

**BLANCA VALADARES FERREIRA**

**CRESCIMENTO URBANO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS MEDIANTE  
RECLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS E DE POPULAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Tiago Augusto da Cunha

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F383c  
2022  
Ferreira, Blanca Valadares, 1996-  
Crescimento urbano dos municípios mineiros mediante  
reclassificação de áreas e de populações / Blanca Valadares  
Ferreira. – Viçosa, MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (105 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Tiago Augusto da Cunha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

Referências bibliográficas: f.102-105.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.317>

Modo de acesso: World Wide Wide.

1. Crescimento urbano - Minas Gerais. 2. Cidades e vilas -  
Classificação - Minas Gerais. 3. Minas Gerais - Censo. I. Cunha,  
Tiago Augusto da, 1982-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151


**BLANCA VALADARES FERREIRA**

**CRESCIMENTO URBANO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS MEDIANTE  
RECLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS E POPULAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 25 de fevereiro de 2022

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 BLANCA VALADARES FERREIRA  
Data: 25/05/2023 11:17:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Blanca Valadares Ferreira  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 TIAGO AUGUSTO DA CUNHA  
Data: 30/05/2023 14:59:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Tiago Augusto da Cunha  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui, a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a concluir esta dissertação, desenvolvida em tempos assustadores, em meio a desafios e incertezas decorrentes da pandemia da covid-19. Certamente foram tempos em que os modos de viver e de se relacionar foram repensados.

Aos meus pais, Flaviana e Marco Polo, que nunca mediram esforços para tornar possível esta caminhada, por todo carinho e auxílio. Aos meus irmãos, Alba e Marco Polo, pelo companheirismo, e, à minha família, avós e tios, por todo apoio durante minha formação.

Aos amigos que estiveram ao meu lado nesses dois anos, nos momentos de alegria e de choro, por ouvir meus desabafos, pelo incentivo e até mesmo pelas revisões de texto. André, meu companheiro de toda graduação e mestrado. Carol e Túlio, grandes amigos desde a graduação. Angélica, minha conterrânea apaixonada pelos estudos urbanos, mostrou-me os encantos de se estudar as cidades pequenas. E também os agregados do 305, Rodrigo, Ari, Lorena, Gian.

Ao meu orientador, professor Tiago Augusto da Cunha, por sempre acreditar em mim, por me apoiar e também me desafiar, trazendo discussões que iam além da zona de conforto. Agradeço por ser tão humano e compreensivo durante esse período de tantas dificuldades.

Ao grupo de estudos Território e Desigualdades, pela contribuição e amizade.

À Universidade Federal de Viçosa, e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela oportunidade de fazer o curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), assim como à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento e apoio fundamental para execução desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

FERREIRA, Blanca Valadares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2022. **Crescimento urbano dos municípios mineiros mediante reclassificação de áreas e populações.** Orientador: Tiago Augusto da Cunha.

A urbanização e a globalização modificaram o modo de produção dos espaços urbanos e rurais, a relação entre eles e a sociedade. Muito se estuda sobre o impacto do crescimento vegetativo e das migrações no crescimento urbano e na urbanização. Entretanto, existe mais um componente, pouco abordado, que pode contribuir para esses dois processos: a reclassificação de áreas e de populações, que está diretamente relacionada à determinação do que cada país considera urbano ou rural. Este trabalho introduz a discussão sobre a temática no país ao analisar o papel da reclassificação no crescimento urbano dos municípios de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva, com procedimentos de mensuração da área urbana a partir dos setores censitários de 2000 e 2010, disponibilizados pelo IBGE, e de elaboração de estudos de caso específicos. Observamos que a reclassificação tem impactado o crescimento urbano e o aumento do grau de urbanização dos municípios mineiros, em alguns mais intensamente que em outros. A reclassificação parece se destacar nos pequenos municípios com menores graus de urbanização, mas não significa que não ocorra nos demais. Também verificamos que, nos municípios em geral, a área urbana cresce mais que a população urbana, resultando em um padrão de crescimento mais disperso que pode agravar diversos problemas urbanos já existentes. A pesquisa abre caminhos para pesquisas complementares sobre cada contexto específico que viabilize propostas de intervenção.

Palavras-chave: Crescimento urbano. Reclassificação. Minas Gerais. Setor censitário.

## ABSTRACT

FERREIRA, Blanca Valadares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2022. **Urban growth in Minas Gerais municipalities through the reclassification of areas and populations.** Adviser: Tiago Augusto da Cunha.

Urbanization and globalization have changed the way urban and rural spaces are created, the relationship between them and society. Much has been studied about the impact of urban natural population increase and migration on urban growth and urbanization. However, there is one more component, little discussed, that can contribute to these two processes: the reclassification of areas and populations, which is directly related to the determination of what each country considers urban or rural. This paper introduces the discussion on the topic in the country by analyzing the role of reclassification in the urban growth of municipalities in Minas Gerais. It is a quantitative and descriptive research, with procedures for measuring the urban area based on the census tract of 2000 and 2010, provided by IBGE, and the development of specific case studies. We observed that the reclassification has impacted urban growth and the increase in the degree of urbanization of Minas Gerais municipalities, in some more intensely than in others. That said, it seems to stand out in small municipalities with lower degrees of urbanization, but that does not mean that it does not occur in the others. In addition, we also verified that, in municipalities in general, the urban area grows more than the urban population, resulting in a more dispersed growth pattern that can aggravate several urban problems that already exist. The research opens the way for complementary research on each specific context that makes possible intervention proposals.

Keywords: Urban growth. Reclassification. Minas Gerais. Census tract.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama conceitual relacionando as transições econômicas e populacionais .....	41
Figura 2 - Um modelo estilizado específico das fases da transição demográfica .....	42
Figura 3 - Tipologias de reclassificação .....	48
Figura 4 - Tríade do rápido crescimento urbano .....	49
Figura 5 - Efeitos do crescimento natural, migração e reclassificação no crescimento urbano .....	53
Figura 6 - Diagrama explicativo - sobreposição de setores censitários.....	56
Figura 7 - Diagrama explicativo - trajetória dos setores censitários .....	60
Figura 8 – Compatibilização dos setores censitários de Antônio Carlos: comparação entre as malhas de 2000 e 2010.....	62
Figura 9 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Minas Gerais. Fonte: IBGE, 2000b e IBGE, 2010b.....	65
Figura 10 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	66
Figura 11 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Zona da Mata Mineira .....	66
Figura 12 – Matriz de correlação entre as variáveis: distribuição dos dados para cada variável; coeficientes de correlação de Pearson; gráficos de dispersão .....	70
Figura 13 - Distribuição dos municípios por classes de população total, 2010 .....	74
Figura 14 - Rio Preto – MG .....	86
Figura 15 - Rio Preto – MG áreas urbanas e rurais.....	87
Figura 16 - Sobreposição da mancha considerada urbana pelo município em 2010 com a imagem satélite de 2018.....	89
Figura 17 - São João Evangelista – MG.....	92
Figura 18 - São João Evangelista – MG áreas urbanas e rurais .....	93
Figura 19 - Sobreposição da mancha considerada urbana pelo município em 2010 com a imagem satélite de 2018.....	95

Gráfico 1 - Grau de urbanização, Brasil, Sudeste e Minas Gerais .....	32
Gráfico 2 - Taxa geométrica de crescimento populacional total, urbana e rural, Brasil, Sudeste e Minas Gerais .....	33
Gráfico 3 - Variação relativa de domicílio particular permanente urbano, rural, Brasil, Sudeste e Minas Gerais .....	34
Gráfico 4 - Proporção de municípios mineiros por classes de população total, 2010 .....	36
Gráfico 5 - Porcentagem da população residente em áreas urbanas, por região, 1950-2030 .....	45
Gráfico 6 - Dispersão – variação da área urbana e crescimento populacional urbano .....	72
Quadro 1 - Tipologia dos setores censitários urbanos e rurais .....	27
Quadro 2 - Visão geral dos componentes do crescimento urbano e suas contribuições para o incremento urbano .....	50
Quadro 3 - Tabela 202 – População residente, por sexo e situação de domicílio.....	57
Quadro 4 - Tabela 206 – Domicílios particulares permanentes por situação de domicílio e número de cômodos.....	57
Quadro 5 - Variáveis correlacionadas .....	58
Quadro 6 - Combinações do ‘codform’ - modificações ocorridas no setor censitário entre a situação atual e a situação anterior.....	61
Quadro 7 - Variáveis dos Dados Agregados por Setor Censitário .....	63
Quadro 8 - Possibilidades de correlação entre regimes de crescimento demográfico e expansão urbana.....	71
Quadro 9 – Síntese do crescimento populacional, grau de urbanização, variação de domicílios, variação de área e de densidade urbana, por porte municipal.....	81
Quadro 10 - PIB do município de Rio Preto – MG.....	87
Quadro 11 - PIB do município de São João Evangelista – MG.....	93



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População dos pequenos municípios (até 50 mil habitantes) de Minas Gerais 2010.....	37
Tabela 2 - Taxas de crescimento populacional anualizada e grau de urbanização de pequenos municípios de Minas Gerais com menos de 10 mil habitantes .....	47
Tabela 3 - Crescimento da população e do número de domicílios nos municípios mineiros.....	68
Tabela 4 - Crescimento populacional, grau de urbanização, variação de domicílios, variação de área e de densidade urbana por porte municipal.....	75
Tabela 5 – Coeficiente de correlação de Pearson entre variação de área urbana entre 2000 e 2010 e variáveis demográficas, por grupo de município, Minas Gerais .....	84
Tabela 6 - Novos setores censitários urbanos formados pela subdivisão e reclassificação de antigos setores rurais de Rio Preto.....	88
Tabela 7 - Variação de área urbana, domicílios, população e densidade populacional em Rio Preto, 2000 a 2010.....	90
Tabela 8 - Variação de domicílio particular permanente e de população, de 2000 a 2010, em cada região dos setores de 2000 de Rio Preto .....	91
Tabela 9 - Novos setores censitários urbanos formados pela subdivisão e reclassificação de antigos setores rurais de São João Evangelista .....	94
Tabela 10 - Variação de área urbana, domicílios, população e densidade populacional em São João Evangelista, 2000 a 2010.....	96
Tabela 11 - Variação de domicílio particular permanente e de população, de 2000 a 2010, em cada região dos setores de 2000 de São João Evangelista.....	97

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 URBANO E RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>15</b>
1.1 Trajetória das relações cidade-campo e urbano-rural .....	16
1.1.1 A cidade-urbana e o campo-rural - O início da urbanização.....	16
1.1.2 A cidade industrial – O desenvolvimento da urbanização .....	17
1.1.3 A cidade e o urbano contemporaneamente .....	18
1.1.4 Correntes de pensamento .....	19
1.2 Delimitação física de áreas urbanas .....	21
1.2.1 Delimitação do urbano no Brasil .....	24
1.3 Urbanização brasileira.....	28
1.4 Uma introdução à realidade de Minas Gerais .....	31
1.4.1 A expressividade rural do pequeno município mineiro .....	35
<b>2 COMPONENTES DO CRESCIMENTO URBANO .....</b>	<b>38</b>
2.1 Introduzindo alguns conceitos.....	39
2.2 As particularidades das transições demográfica e urbana .....	44
2.3 Reclassificação: mais um componente do crescimento urbano .....	48
2.4 Possível relação entre os componentes do crescimento urbano e os estágios da transição demográfica e da transição urbana .....	52
<b>3 UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO .....</b>	<b>55</b>
3.2 A mensuração da área urbana e da reclassificação de áreas.....	56
3.3 Correlação entre variáveis .....	57
3.5 Estudo de caso .....	59
<b>4 DIMENSÕES DA RECLASSIFICAÇÃO E ÁREAS.....</b>	<b>64</b>
4.1 Crescimento urbano repensado em Minas Gerais .....	64
4.1.1 As correlações - o papel da reclassificação nos municípios mineiros ...	69
4.1.2 As especificidades por porte demográfico de município.....	74
4.2 Estudo de caso .....	86
4.2.1 Rio Preto (código 3155900).....	86
4.2.2 São João Evangelista (código 3162807) .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Na história, muitas vezes a urbanização esteve relacionada ao moderno e ao progresso, principalmente ao progresso econômico. O mundo é predominantemente urbano desde 2008. Entretanto, a promessa de emprego e melhoria de vida nas áreas urbanas, “as luzes da cidade”, não era algo concreto para todos e, ao mesmo tempo, o campo expulsava a sua população devido ao sistema de latifúndio e à mecanização agrícola. Espoliados de ambos os lados, espoliados de tudo. Em diversos lugares, e principalmente nos países em desenvolvimento e capitalistas, a urbanização aprofundou as desigualdades sociais, segregando espacialmente a população e intensificando uma crise urbana.

Conforme estudos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2007), o futuro do crescimento urbano se concentrará nos países em desenvolvimento, sobretudo da África e Ásia, apesar de serem mais populosos que os países desenvolvidos. Isso porque estes últimos já realizaram a transição urbana e estão mais avançados na transição demográfica, ou seja, mais da metade da população se concentra nas áreas urbanas e possuem baixo crescimento populacional. A América Latina e o Caribe também são predominantemente urbanos, processo que ocorreu na década de 60, de forma acelerada. Os países desse contexto se encontram em um processo intermediário de urbanização e o crescimento urbano permanece considerável, embora seja mais lento do que anteriormente. Mas que urbanização é esta? As causas, atualmente, são as mesmas que aquelas da década de 60?

Os debates sobre o crescimento urbano e a urbanização focam essencialmente nos componentes *migração* e *crescimento vegetativo*, e, assim, nas *políticas públicas* que os envolvem. De acordo com Farrell (2017), há uma tendência de se atribuir o crescimento urbano à migração rural-urbano devido à compreensão desse primeiro processo baseado em experiências como o dos países desenvolvidos. Entretanto, hoje, o crescimento vegetativo é o maior contribuinte para o aumento da população urbana (UNFPA, 2007).

Além disso, devemos considerar que uma parcela significativa do crescimento populacional urbano é impulsionada pela reclassificação de áreas rurais em urbanas, apesar de ser um componente pouco explorado na literatura sobre processos de

crescimento urbano e urbanização. Em geral, a reclassificação é quantificada juntamente da migração rural-urbana, mas cada processo é motivado por diferentes aspectos sociais, econômicos ou políticos e, por isso, cada um resulta em políticas públicas distintas.

A reclassificação implica na modificação da situação oficial de uma área, que pode ser rural ou urbana, e, conseqüentemente, os domicílios ali localizados e a população que vive nessas áreas também serão reclassificados. Dessa forma, é possível aumentar a população urbana sem migração. A reclassificação de áreas rurais em urbanas acontece pela expansão dos limites urbanos ou pela criação de novas áreas urbanas. Contudo, quando a reclassificação ocorre sem qualquer critério, pode agravar diversos problemas urbanos, como a precariedade de infraestrutura urbana, os vazios urbanos e a especulação fundiária. Isso porque são criadas novas áreas urbanas sem um planejamento anterior e sem uma demanda real, motivada, na verdade, por estratégias políticas e econômicas, pela concentração de terras, voracidade do mercado imobiliário, etc.

Alguns estudos evidenciam a representatividade da reclassificação nos processos de crescimento urbano e urbanização. Farrell e Westlund (2018), por exemplo, constataram que ela foi responsável por 24% do incremento populacional urbano na China entre 1950 a 2010, enquanto o aumento da população natural urbana foi de 26% e o da migração rural-urbana, 50%. Já no México e nos EUA, a reclassificação foi o segundo componente mais importante no crescimento urbano no período de 2000 a 2010, 14% e 28% respectivamente (JIANG; O'NEILL, 2018).

Paralelamente às análises sobre os componentes do crescimento urbano, as discussões em torno do que é urbano e rural hoje são importantes, uma vez que essas definições interferem nos dados citados. As modificações no modo de produção capitalista, a industrialização e a globalização alteraram o campo, a cidade, as relações entre esses territórios e, por consequência, o conceito de rural e urbano. As cidades e até mesmo a urbanização passaram por profundas modificações que refletiram na vida das pessoas, devido a mudanças estruturais em que não só o modo de se produzir os espaços foi alterado, mas também a forma de os consumir. Emergiram, então, novos padrões de ocupação do território em áreas periurbanas.

Como consequência de todo esse contexto, a delimitação dos espaços urbanos e rurais passou a ser um tanto complexa, pois, conforme explicitado por Alencar

(2011), os modos de vida rural e urbano já não se encaixam nos modelos “agropecuária” e “indústria”. Há, portanto, diversos critérios para se definir as áreas urbanas de acordo com cada país. No Brasil, esses critérios são político-administrativos, o próprio município determina o perímetro urbano através de leis e, a partir dessa divisão municipal, o IBGE realiza suas pesquisas (LIMA, 2016). Esse método facilita a reclassificação de áreas rurais em urbanas, principalmente nos pequenos municípios onde a legislação é menos restritiva.

A transição urbana brasileira ocorreu em meados da década de 1960 (SILVA; MONTE-MÓR, 2010) e, em pouco tempo, entre 1950 e 1980, houve um aumento de 61,5 milhões de pessoas na população urbana, o que representa uma variação de 328% (OJIMA, 2006). O grau de urbanização brasileiro em 2010 era de 84% (IBGE, 2010a), mas não podemos assegurar que toda essa população considerada urbana tinha acesso à infraestrutura urbana, por exemplo. Entendemos que o processo de reclassificação do território rural em urbano pode favorecer o aumento do grau de urbanização, mas será que favorece, de fato, o aumento da urbanização ou apenas o aumento de pessoas vivendo em áreas urbanas?

Sabemos também que há um crescimento mais acelerado da população urbana em comparação à rural, o que, novamente, pode indicar anexação de terras rurais às urbanas sem que elas apresentem características urbanas. A partir disso, indagamos: quais são os critérios para se considerar uma área como urbana? Quais são as consequências desse crescimento urbano em que há reclassificação? Por que reclassificar? Esta ação está vinculada a estratégias políticas?

Os estudos citados e os fatos levantados nos despertam para novas abordagens do tema a partir dos processos de distribuição e concentração espacial da população, evidenciando a relevância da reclassificação de áreas para compreender o crescimento urbano e a urbanização. Temos como questão norteadora da pesquisa: *a reclassificação de áreas rurais em áreas urbanas impulsiona o crescimento populacional urbano dos municípios mineiros?* Presume-se que o grau de urbanização tem sido afetado especialmente pela reclassificação de áreas e, conseqüentemente, de populações.

Sendo assim, diante do contexto socioeconômico, político e cultural vigente, interessa-nos investigar o que ocorre segundo os atributos dos municípios mineiros (rural e urbano), a partir da análise do processo de crescimento da população urbana

e, indiretamente, de expansão urbana dos municípios de Minas Gerais de acordo com o porte demográfico. Tudo isso com ênfase no processo de reclassificação de áreas e de residentes ao longo da década de 2000-2010. Presumimos que o grau de urbanização tem sido afetado especialmente pela reclassificação de áreas e, conseqüentemente, de populações.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro e o segundo são revisões bibliográficas que tratam dos aspectos teóricos que norteiam o estudo. Buscam esclarecer conceitos pertinentes à temática como transição demográfica, transição urbana, urbanização, urbano e rural, além de explicar os processos de crescimento urbano e reclassificação de áreas, suas motivações e conexões com os conceitos acima citados. Portanto, são capítulos que contribuem na contextualização do tema e na justificativa e relevância da pesquisa.

Adotamos uma pesquisa quantitativa e descritiva, visto que pretendíamos realizar macro análises, ou seja, entender as tendências gerais sobre o crescimento urbano e a reclassificação. Todo procedimento metodológico e as variáveis manuseadas estão descritos no terceiro capítulo. Primeiramente, examinamos a reclassificação de áreas em Minas Gerais de forma ampla, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 sobre área urbana, população e domicílios. Realizamos análises espaciais e demográficas para todos os municípios, os quais foram classificados em oito grupos por porte demográfico. Nesse ínterim, optamos por agrupá-los porque a reclassificação poderia ser mais significativa nos pequenos municípios, como já exposto.

Não era nosso objetivo estudar a fundo cada município a fim de desenvolver explicações ou identificar as nuances por trás dos macroprocessos, pois, para isso, seriam necessárias análises qualitativas, o que foge do escopo desta dissertação. Entretanto, para alcançar uma análise mais apurada sobre o comportamento demográfico no processo de reclassificação, executamos estudos de caso, também quantitativos, de dois municípios de pequeno porte demográfico – Rio Preto e São João Evangelista. Para tanto, compatibilizamos os setores censitários de 2000 e 2010 e investigamos os dados agregados por setores censitários para confirmar nossas conjecturas e comparar com as conclusões gerais sobre os grupos.

O quarto capítulo apresenta os resultados alcançados. Nele, pudemos descrever o grau de urbanização, analisar o crescimento demográfico por situação de

domicílio (urbano e rural) e a variação da área urbana e retratar a variação de domicílios particulares permanentes entre os anos de 2000 e 2010. Exploramos a temática do crescimento urbano dos grupos de municípios mineiros e dos dois estudos de caso nos últimos dois Censos Demográficos, focando sempre na reclassificação. Ademais, os dados são analisados a partir de discussões pautadas nas referências bibliográficas.

O quinto e último capítulo traça as principais contribuições do estudo, pautadas nas seções anteriores. Além disso, evidencia as limitações que encontramos no decorrer das análises e as sugestões de algumas propostas de pesquisas futuras que deem continuidade à temática.

## 1 URBANO E RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para entender o crescimento urbano, torna-se indispensável refletir sobre o que é urbano e o que é rural e quais as relações entre eles, pois, apesar da histórica dicotomia conceitual e estrutural entre cidade e campo, ela se reflete cada vez menos na produção dos espaços urbanos e rurais. Essa discussão nos auxiliará a compreender os processos de distribuição e concentração espacial da população, de expansão urbana e, porventura, de reclassificação de áreas e populações, dado que, assimilar os mecanismos que estão por trás de cada um desses processos é essencial para elaborar políticas públicas de desenvolvimento territorial.

As modificações nos sistemas econômico e produtivo dos últimos dois séculos (XIX e XX) também transformaram o campo e a cidade, resultando “em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano” (HESPANHOL, 2013, p. 104). A autora defende que, para entender o rural e o urbano na contemporaneidade, é necessário associá-los ao campo e à cidade, e então, diferenciar cada um deles. Por isso, inúmeros autores, de diversos lugares do mundo, discutem as características do urbano e do rural na sociedade moderna e contemporânea, com foco na conceituação e também na delimitação física:

Na verdade, o problema apresenta dois aspectos muito diferentes. Por um lado, há a questão da definição teórica do fato urbano em contraste com o rural, e a enumeração das características essenciais da cidade. Por outro lado, a definição específica utilizada em cada país para determinar o que é urbano para fins estatísticos, e para estabelecer o limite a partir do qual se pode começar a falar de cidade como entidade distinta dos núcleos rurais ou semi-rurais<sup>1</sup> (CAPEL, 1975, s.p.).

Assim sendo, o objetivo deste capítulo é levantar a discussão sobre cidade-campo e urbano-rural ao longo da história para entendermos a complexidade desses espaços atualmente e a conseqüente dificuldade de demarcá-los fisicamente. Não nos interessa delimitar o conceito de cidade, campo, urbano e rural, isto é, separá-los

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: “En realidad, el problema presenta dos vertientes muy distintas. Por un lado, está la cuestión de la definición teórica del hecho urbano en contraposición a lo rural, y la enumeración de los rasgos esenciales de la ciudad. Por otro, la definición concreta utilizada en cada país para determinar con fines estadísticos lo urbano, y fijar el límite a partir del cual puede empezar a hablarse de ciudad como entidad distinta de los núcleos rurales o semirurales” (CAPEL, 1975, s.p.).



através de uma metodologia própria, já que, para exequibilidade desta pesquisa, aplicamos a definição de urbano estabelecida pelos próprios governos municipais. A partir dessa trajetória de transformação, enumeramos as principais definições físicas utilizadas pelos órgãos oficiais em diversos países, em especial no Brasil, para diferenciar áreas urbanas e rurais. E, por fim, abordamos a expressividade do rural brasileiro a partir da realidade dos municípios de Minas Gerais.

## **1.1 Trajetória das relações cidade-campo e urbano-rural**

### *1.1.1 A cidade-urbana e o campo-rural - O início da urbanização*

O surgimento das primeiras cidades<sup>2</sup> foi possível após a existência de um estoque de energia, pois garantiu a divisão do trabalho e a estrutura de classes – organização social mais complexa, considerada essencial para a existência das cidades, e lugar de dominação política e das instituições sociais (SPOSITO, 2021). Limonad e Monte-Mór (2012) destacam que, nesse período, cidade e campo estabeleciam relações antagônicas, mas que também eram territórios complementares em seus conteúdos e funções.

A cidade era o espaço central onde a população comercializava, se organizava e se politizava; era um local de civilização, onde estava o excedente de energia, o trabalho intelectual, a indústria e a classe dominante. Já o campo, por sua vez, era marcado pela vida agrária que pouco se estendia para além das unidades familiares, pelo trabalho manual e pela classe dominada, sendo percebido como o espaço natural isolado que circundava alguma cidade. Foi assim que se atribuiu os adjetivos: urbano para a cidade e rural para o campo (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012).

Até esse momento, a cidade e o campo configuravam substantivos que indicavam um local, uma construção espacial; o urbano e o rural, adjetivos que caracterizam a sociedade daqueles espaços (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012; HESPANHOL, 2013). De acordo com Wanderley (2000), eram as cidades que dependiam do dinamismo econômico do campo. Entretanto, diante do contexto

---

<sup>2</sup> Datadas de aproximadamente 3500 a.C., antes disso a humanidade foi marcada por uma organização homogênea, autossuficiente e nômade; não havia excedente de alimentos, tampouco a estratificação social. A partir da revolução agrícola, plantio e domesticação de animais, foi possível a ocupação permanente de uma área, formando as aldeias, mas ainda não eram consideradas cidades (SPOSITO, 2021).

socioeconômico, principalmente nos séculos XIX e XX, em que houve o desenvolvimento do capitalismo como sistema econômico predominante e da industrialização como modo de produção (SPOSITO, 2021), as relações de poder entre cidade e campo mudam. Nesse cenário, o significado de urbano foi transformado, assim como todo processo de urbanização, dando início ao período da sociedade industrial e uma inversão de dependência em que o campo se subordinava à cidade (WANDERLEY, 2000).

### *1.1.2 A cidade industrial – O desenvolvimento da urbanização*

Sposito (2021) esclarece que, neste contexto, a divisão do trabalho se intensificou, o trabalho assalariado emergiu e o processo de urbanização começou a se modificar. As cidades, antes centro de poder, transformaram-se igualmente em espaço de produção e, conseqüentemente, a classe dominante e a classe dominada passaram a compartilhar esse mesmo espaço, concentrando capital e força de trabalho devido à intensificação do êxodo rural (SPOSITO, 2021; LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012). Com a industrialização, a cidade se efetivou como espaço de produção, pois as cidades do capitalismo, antes comercial, era um bom lugar para se desenvolver o capitalismo industrial (SPOSITO, 2021).

Desta forma, a Revolução Industrial constitui-se um marco temporal sobre o qual diversos autores concordam que as relações cidade-urbana e campo-rural se alteraram. As áreas urbano-industriais foram tidas como cenário de progresso ao passo que as áreas rurais, como arcaicas. Além disso, era função dessas áreas rurais fornecerem mão de obra barata e desqualificada para as cidades, que passavam por intenso crescimento das atividades econômicas. Segundo Sposito (2021), a própria urbanização como processo sofreu alterações, tendo se tornado mais intensa, mais expressiva e extensa no território, devido principalmente à migração campo-cidade. Além disso, ela também gerou cidades mais diversas.

Conforme os autores acima citados, o termo urbano nessa sociedade capitalista e mercantil passou a se referir não apenas à vida nas cidades, mas também à reprodução das relações de produção capitalista no contexto urbano-industrial em

diferentes escalas, formando redes urbanas<sup>3</sup>. Essas redes foram estruturadas por diferentes cidades hierarquizadas conforme a dependência que exerciam umas sobre as outras, formando as metrópoles: “estas aglomerações subordinavam outras de porte médio, que por sua vez exerciam o papel de elo de ligação com os pequenos centros” (SPOSITO, 2021, p. 45).

### *1.1.3 A cidade e o urbano contemporaneamente*

Apesar de, inicialmente, ser nas cidades onde se encontravam as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, hoje, este modo de produção também está presente no campo por meio da especialização produtiva e da mecanização, alterando a paisagem e o modo de vida campestre (SPOSITO, 2021). De acordo com Limonad e Monte-Mór (2012), quando o modo de produção das cidades se estendeu para o campo, levou consigo o modo de vida urbano:

Ou seja, ampliam-se as redes de infraestruturas de abastecimento, transportes e comunicações, reorganizam-se os mercados de trabalho e fundiários, transforma-se o espaço construído (a cidade). Dessa forma, a politização do espaço de vida coletivo, antes restrito às cidades, torna-se uma questão nacional<sup>4</sup> (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012, s.p.).

Os autores consideram, então, que o meio urbano passou a ser o espaço social total, e não apenas o espaço da cidade. Para Sposito (2021), ainda existe a visão sobre cidade e campo como diferentes espaços sociais, embora o capitalismo e a industrialização tenham impactado a urbanização, modificando-os, assim como as relações urbano-rural. Essa perspectiva aumentou a articulação entre cidade e campo, levando o rural a uma maior dependência do urbano e “colocando em dúvida a distinção entre cidade e campo” (SPOSITO, 2021, p. 65).

---

<sup>3</sup> A mudança de uma produção voltada ao mercado local antes da industrialização, para um mercado regional e até mesmo internacional na pós industrialização, estreitou as relações entre os lugares.

<sup>4</sup> Tradução livre de: “En otras palabras, se extienden las redes de infraestructuras de abastecimiento, transportes y comunicaciones, se reorganizan los mercados de trabajo y de tierras, se transforma el espacio construido (la urbe). De esta manera, la politización del espacio de vida colectiva, antes restricta a las ciudades se vuelve una cuestión nacional” (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012, s.p.).

Do mesmo modo avalia Santos (2020), ao retratar que a fase atual, a do meio técnico-científico-informacional<sup>5</sup>, se estende para todos os lugares, mesmo que de forma desigual, e marca a organização do território. Ela se manifesta de forma contínua em algumas áreas e de forma pontual em outras, porém, com tendência a expandir em tempo relativamente rápido. Ainda segundo o autor acima mencionado, esse meio técnico-científico-informacional é propício para a manifestação do capitalismo maduro, influenciando até mesmo o campo a se capitalizar: “um campo que acolhe o capital novo e difunde-o rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas” (SANTOS, 2020, p. 43).

É neste contexto que Wanderley (2000) cita as ocupações no campo por outros perfis da sociedade, formadas por não-agricultores:

Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos (WANDERLEY, 2000, p. 100).

A modernização rural ressignifica as funções sociais desses espaços, atraindo outras atividades econômicas como industriais e comerciais; diminuindo as distâncias físicas e sociais entre campo e cidade; transformando a vida dos camponeses; e, em paralelo com a crise urbana, atraindo também outros interesses sociais. Todavia, “é preciso considerar, porém, que esta paridade (entre vida rural e vida urbana) está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado” (WANDERLEY, 2000, p. 114). Tudo isso contribui para uma redistribuição espacial da população, com reduções na migração rural-urbana e, até mesmo, com atração para o meio rural.

#### *1.1.4 Correntes de pensamento*

---

<sup>5</sup> “(...) momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (SANTOS, 1993, p. 37).

Hespanhol (2013), em sua revisão bibliográfica sobre as relações cidade-campo e urbano-rural, pondera que há três correntes de pensamento. A primeira é a da dicotomia campo-cidade, que considera o campo como o meio natural, restrito à produção agropecuária e arcaico; ao tempo em que a cidade é o meio técnico, da produção industrial e moderno. Ou seja, esses são espaços bem demarcados e opostos. Apesar dessa histórica ideologia dualista, nas literaturas mais recentes, os autores (WANDERLEY, 2000; LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012; HESPANHOL, 2013) já superam as tradicionais oposições entre cidade e campo, tratando-os como complementares e não mais pela dicotomia urbano-rural.

A segunda corrente é a do *continuum* rural-urbano, sobre a qual Wanderley (2000) diz ter duas abordagens. Uma se dá pela “noção de urbanização [que] está igualmente vinculada à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que diz respeito ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade” (WANDERLEY, 2000, p. 126). Portanto, conforme a autora, é uma visão que vai de encontro à dicotomia citada anteriormente, pois há maior integração e continuidade entre os espaços e a transição entre elas ocorre de modo gradual, integrando-os.

Já a outra abordagem do *continuum* é caracterizada como “urbano-centrada” e considera a urbanização de toda a sociedade, a partir da qual conseqüentemente se perde a nitidez entre os espaços sociais e resulta no fim do rural. “O extremo rural do *continuum*, visto como o polo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano” (WANDERLEY, 2000, p. 127). Ademais, a “vida urbana” já não se restringe às cidades. A partir da urbanização sob a égide do capitalismo e da industrialização surge a ideia de que ela se estende para todo o território, constituindo-se a urbanização completa da sociedade, com homogeneização das realidades (SPOSITO, 2021).

A terceira e última corrente “defende a permanência das diferentes ruralidades derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais” (HESPANHOL, 2013, p. 108). A autora reconhece as modificações nos meios rurais, como a diversificação da economia, mas alega que eles não se homogeneizaram e ainda se diferem dos meios urbanos. Santos (2020) compactua com essa ideia, argumenta que a globalização e

a ampliação das especializações produtivas das regiões, na verdade, intensificam as divergências entre os espaços.

Atualmente, alguns autores, como Rúa (2005) e Limonad e Monte-Mór (2012), também versam sobre uma hibridez espacial. Para eles, cidade e campo já não são reconhecíveis e concretos no espaço social, mas sim, expressos por um tecido social híbrido, nem urbano e nem rural. Os autores traçam uma narrativa que rompe com aquela relação, entre forma e conteúdo, já citada entre cidade e urbano e campo e rural ao longo da história, realçando essas alterações.

Diante de toda a discussão sobre as modificações sofridas pela cidade e pelo campo, por suas relações, e sobre o que é urbano e rural hoje, é necessário entender quais são os critérios para se definir uma área como urbana, pois a delimitação de seu perímetro é determinante para a elaboração de todos os dados que serão citados sobre população (urbana e rural) e urbanização e, muitas vezes, o debate teórico não condiz com o perímetro físico adotado para as áreas urbanas.

## **1.2 Delimitação física de áreas urbanas**

Assim como esclarecido por Rodrigues (2014), as definições teóricas de urbano e rural, abordadas no tópico anterior, vão subsidiar a marcação física dos espaços. Em geral, são aspectos econômicos, demográficos e do modo de vida ou cultura, apesar deste último já ser considerado insuficiente por alguns autores (CAPEL, 1975). Como são muitas abordagens diferentes, favorecem que os países utilizem uma multiplicidade de parâmetros qualitativos e quantitativos para delimitar o urbano:

Como era de se esperar, a mesma diversidade que existe nas definições teóricas aparece igualmente nas definições concretas do fato urbano pelos órgãos oficiais de estatística de cada país. Estas podem ser separadas em dois grupos: por um lado, as que se baseiam em critérios qualitativos, tais como a função jurídica ou administrativa, o aspecto do centro, a existência de determinados serviços; por outro, aquelas baseadas em critérios quantitativos, como o número de habitantes, a densidade ou a existência de um certo número de trabalhadores não agrícolas<sup>6</sup> (CAPEL, 1975, s.p.).

---

<sup>6</sup> Tradução livre de: "Tal como podía esperarse, la misma diversidad que existe en las definiciones teóricas aparece igualmente en las definiciones concretas del hecho urbano por los organismos oficiales de estadística de cada país. Estas pueden agruparse en dos grandes grupos: por un lado, las que se basan en criterios cualitativos, tales como el estatuto jurídico, la función administrativa, el aspecto del núcleo, la existencia de determinados servicios: por otro, las basadas en criterios

Essa diversidade de critérios, por consequência, compromete estudos comparativos entre os países. Para mitigar a incompatibilidade, alguns órgãos, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estabeleceram metodologias que unificam a classificação e possibilitam as comparações, servindo de suporte territorial às políticas de desenvolvimento (RODRIGUES, 2014). Em 1994, a OCDE concebeu uma classificação para o rural, e em 2012, para o urbano – mas não sem fragilidades, tendo em vista que buscou um único método para realidades muito diferentes, como evidenciado por Capel:

Os problemas começam quando se quer definir a densidade a partir da qual você pode começar a falar de cidade como algo diferente do rural. A existência de áreas agrícolas densamente povoadas, como é o caso de alguns pomares mediterrâneos ou algumas regiões deltaicas da China, fez com que o número subisse para mais de 1.000 habitantes por quilômetro quadrado. Em todo o caso, permanece o problema das áreas suburbanas, que podem apresentar densidades inferiores a este valor e às quais, no entanto, um grande número de autores não hesita em atribuir características urbanas<sup>7</sup> (CAPEL, 1975, s.p.).

Para demonstrar e examinar essa heterogeneidade de parâmetros, utilizamos as informações levantadas pela ONU (2020) sobre os critérios de classificação urbana adotada pelos 91 países analisados. Partimos da subdivisão entre critérios qualitativos e quantitativos e os categorizamos em quatro grupos: apenas qualitativo, quantitativo simples, quantitativo composto e quali-quantitativo.

### *1) Apenas qualitativo*

A maior parte dos países se enquadra neste grupo. O urbano é definido pela existência de funções administrativas ou por conter características consideradas urbanas, como, por exemplo: economia não agrícola, infraestrutura urbana e serviços públicos, mas sem especificações detalhadas. A maior parte dos países da África

---

cuantificables, como el número de habitantes, la densidad o la existencia de una determinada cifra de trabajadores no agrícolas” (CAPEL, 1975, s.p.).

<sup>7</sup> Tradução livre de: “Los problemas comienzan cuando se quiere fijar la densidad a partir de la cual puede empezar a hablarse de ciudad como algo distinto a lo rural. La existencia de áreas agrícolas densamente pobladas, como es el caso de ciertas huertas mediterráneas o algunas regiones deltaicas de China, ha hecho que la cifra se eleve hasta más de 1.000 habitantes por kilómetro cuadrado. Queda, de todas formas, el problema de las áreas suburbanas, que pueden presentar densidades inferiores a esta cifra y a las que, sin embargo, gran número de autores no dudan en asignar caracteres urbanos” (CAPEL, 1975, s.p.).

(Egito, África do Sul) e da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai) se encontra nessa categoria, mas também há muitos países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Haiti) e da Ásia (Irã, Tailândia).

### *2) Quantitativo simples*

São os países que utilizam apenas a variável populacional, comum entre países europeus. Em geral, o número mínimo de habitantes para se considerar urbano gira em torno de 2.000, como é o caso da Etiópia, da Argentina, da Bolívia, da Venezuela, da Áustria, da Grécia, de Israel, de Portugal e do México. Entretanto, esse valor mínimo é diverso, podendo variar de 200, na Groenlândia, a 20.000, na Turquia.

### *3) Quantitativo composto*

Encontram-se nesse grupo os países que adotam mais de uma variável quantitativa. Muitas vezes, esse bloco combina número populacional com densidade, ou com porcentagem da população em atividades não agrárias. Alguns exemplos são: Canadá, que exige 1.000 habitantes ou mais e densidade populacional de 400 pessoas por quilômetro quadrado ou mais; Chile, que estabelece mais de 2.000 habitantes, ou entre 1.001 e 2.000 habitantes com 50% ou mais da população economicamente ativa empregada nos setores secundários e terciários de atividades; e Japão, que considera urbanas as cidades com 50.000 habitantes ou mais, com 60% das construções próximas umas das outras e com 60% ou mais da população (incluindo seus dependentes) trabalhando em “atividades urbanas”. À vista desses critérios, podemos julgar o Japão como um dos países mais seletivos para classificar uma área como urbana.

### *4) Quali-quantitativo*

Já os países quali-quantitativos utilizam, ao mesmo tempo, critérios administrativos ou características urbanas e dados quantitativos. O Quênia, por exemplo, considera urbanas as áreas com população de 2.000 habitantes ou mais que têm sistemas de transporte, áreas urbanas, estruturas industriais e outras estruturas desenvolvidas. Por sua vez, Honduras e Jamaica, as localidades com 2.000 habitantes ou mais, com características essencialmente urbanas. E Peru, os centros



povoados com mais de 5.000 habitantes, que contam com serviços públicos, instituições de ensino e instalações de saúde.

Percebemos que, além da diversidade de critérios verificada entre países, essa diversidade também está presente em um mesmo país ao analisarmos momentos distintos. Isso acontece porque as classificações feitas por cada país se modificam com o tempo, o que foi possível concluir após comparar os critérios levantados por Capel (1975) e pela ONU (2020). Essa diferença dificulta a comparabilidade dos dados dentro de um mesmo país e, por isso, a constância é importante e necessária.

### *1.2.1 Delimitação do urbano no Brasil*

Como apresentado, o discernimento entre cidade e campo e entre rural e urbano já foi claro em outros momentos da história, porém, particularmente a partir da Revolução Industrial, a definição desses conceitos se tornou mais complexa. No Brasil não é diferente. Segundo Hespanhol (2013), os critérios vigentes para se definir o urbano são os mesmos desde 1937, logo, são incompatíveis com a atual organização do território, uma vez que não consideram as modificações que ocorreram nesses espaços após a industrialização e, principalmente, no início do século XXI.

Há propostas de novas metodologias de delimitação dos espaços urbanos e rurais (RODRIGUES, 2014), embora estas também possuam suas limitações. As novas propostas utilizam critérios mais atuais e até mesmo a combinação de dois ou mais, possibilitando maior aproximação com a realidade. Usar mais de um critério é interessante, pois quando se vale apenas da população mínima pode não refletir a realidade, já que os traços rurais variam por região e por porte de município. Nesse âmbito, Santos (2020) é ainda mais radical ao defender que, na verdade, hoje, o Brasil é formado por regiões urbanas e regiões agrícolas (e não rurais).

Segundo Lima (2016), a diferenciação dos territórios urbanos e rurais no Brasil foi essencial para solucionar problemas como áreas municipais descontínuas, inexistência de limites municipais, repetições de nomenclaturas dos lugares e incoerência quanto aos foros de cidades e vilas. A autora faz um compilado detalhado de toda a evolução da legislação brasileira sobre a delimitação legal dos espaços urbanos, que hoje é regulada pelo Decreto-Lei nº 311, de 1938, enquanto que a delimitação física de urbano e rural é feita por meio de legislações municipais.

O Decreto-Lei nº 311, de 1938, apresenta a primeira diretriz para divisão do território brasileiro em áreas urbanas e rurais, e determina que seria responsabilidade dos municípios fixar o limite urbano da cidade ou vila naquele mesmo ano (LIMA, 2016). O Decreto estabeleceu que todas as cidades e vilas são urbanas, logo, por exclusão, os demais espaços são rurais, mas não há definição técnica de rural. Além disso, distinguiu cidade e vila: determinou que a sede de município e de distrito seria, respectivamente, a cidade e a vila e teriam o mesmo nome, bem como estabeleceu o mínimo de moradias para cada uma das categorias. Então, apesar do critério parecer excessivamente político, teoricamente é necessário satisfazer alguns requisitos:

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila.

*Parágrafo único.* No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição.

Art. 6º Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca.

(...)

Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias.

*Parágrafo único.* O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta.

Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias (BRASIL, 1938, s.p.).

Em seu estudo, Lima (2016) evidencia que nenhum outro documento legal alterou a definição de urbano e rural, mas não foi por falta de oportunidades (houve a elaboração das Constituições Federais do Brasil de 1946, 1967 e 1988, e também do Estatuto das Cidades de 2001). Contudo, apenas o número de moradias para novas vilas e cidades foi substituído pelo número populacional na Constituição de 1967, e na Constituição de 1988 ocorreram outras modificações. A Constituição Federal de 1967 vigorou até final da década de 1980, e exigia mais de 10 mil habitantes na área pretendida para o novo município, 10% eleitores, cinco milésimos da receita estadual de impostos e, no mínimo, 200 casas na cidade. Entretanto, unificaram requisitos para um país com diferenças regionais, assim como a OCDE fez a nível mundial. Por isso, a Constituição Federal de 1988 transferiu aos estados a responsabilidade de estabelecer os requisitos para a emancipação dos municípios, embora isso gere

“diferenças quantitativas e qualitativas entre eles (...) alguns estados estabeleceram critérios para a criação de distritos, outros delegaram essa atribuição aos municípios, dado o seu critério exclusivamente administrativo” (LIMA, 2016, p. 12).

Há uma outra definição de urbano no Código Tributário Nacional (CTN) para delimitar a área sobre a qual deve incidir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior (BRASIL, 1966, s.p.).

O CTN considera “zona urbana” as áreas definidas em lei municipal como urbanas e que contenham, no mínimo, duas das cinco infraestruturas urbanas citadas no artigo 32. Isso acontece porque, mesmo que uma área seja classificada como urbana, ela pode não ser urbanizada. É necessário estabelecer uma linha para dividir áreas urbanas e rurais, mas a transição desses espaços não acontece desse modo, de forma brusca, mas por uma faixa, como exemplificado por Lima:

(...) desde que as muralhas em torno da cidade deixaram de existir, nem sempre é fácil identificar, no terreno, uma linha que identifique o início das manifestações da vida urbana ou da cidade. Frequentemente, a transição entre a cidade e o campo ocorre em uma zona de transição, uma franja rural-urbana que já foi qualificada de suburbana, termo que com o tempo adquiriu outro significado. Entretanto, a lei estabelece que a divisa seja feita em linha e não em área (LIMA, 2016, p. 15).

A fim de conciliar a área em que ocorre a transição de urbano para rural, preservando as características de vida dessas populações, com a linha exigida pela lei, o IBGE construiu uma classificação em setores, usada a partir do Censo Demográfico de 1991 (LIMA, 2016). Além de respeitar as divisões político-administrativas e as situações urbano e rural, os setores foram subdivididos em oito categorias: três urbanas e cinco rurais (Quadro 1). Esses setores, denominados de censitários, são as unidades territoriais de controle cadastral das coletas de dados realizadas pelo IBGE. Hoje, todo o território brasileiro e, conseqüentemente, os domicílios e a população são classificados segundo as oito categorias.

Quadro 1 - Tipologia dos setores censitários urbanos e rurais

<b>URBANA</b>	<b>1. Área urbanizada</b>	Área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.
	<b>2. Área não-urbanizada</b>	Área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por ocupação de caráter predominantemente rural.
	<b>3. Área urbana isolada</b>	Área legalmente definida como urbana, que se apresenta separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
<b>RURAL</b>	<b>4. De extensão urbana</b>	Área situada fora do perímetro urbano legal, desenvolvida a partir da expansão de áreas urbanas de cidades ou vilas. Pode ser loteamento, conjunto habitacional, ou outro núcleo de característica urbana.
	<b>5. Povoado</b>	Aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas, etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral; e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou, mesmo, secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.
	<b>6. Núcleo</b>	Aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), dispendo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
	<b>7. Outros aglomerados</b>	Aglomerados que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.)
	<b>8. Exclusive aglomerados</b>	—

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE.

Apesar de toda a controvérsia sobre a definição física de urbano no Brasil, não cabe a este trabalho classificar as áreas, tampouco delimitar uma nova metodologia para isso. Levantamos a discussão sobre o que é considerado urbano e rural no Brasil hoje, para então entendermos suas limitações e ampararmos conceitualmente nossas análises nos próximos capítulos. Pretendemos, aqui, estudar a reclassificação de áreas e populações e, para isso, adotamos as divisões por situação de domicílio do IBGE provenientes do estabelecido por cada município.

### **1.3 Urbanização brasileira**

No Brasil, assim como em diversos países, a modernização tecnológica também ampliou as relações entre a agricultura e a indústria, fomentando a tendência à urbanização da sociedade (HESPANHOL, 2013). Conforme Santos (2020), antes, apenas com a mecanização do território, o contexto era chamado de meio técnico. Após os anos 1970 denominou-se meio técnico-científico-informacional, com maiores investimentos em infraestrutura de estradas conectando todo o país, novos sistemas de engenharia, modernização agrícola e desenvolvimento e disseminação de outras formas econômicas não materiais, como educação, informação e saúde. Tudo isso impulsionou a expansão industrial, além de mudanças na informatização do território.

Santos (2020) preconiza que essas modificações ampliaram a tipologia de produção material e, com isso, acentuaram a subdivisão dessa produção. Como a produção é técnica e socioeconômica, ela intensificou a especialização das tarefas no território, a qual:

(...) do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção (SANTOS, 2020, p. 44).

Essa especialização, mais complexa, que redesenhou uma nova divisão territorial do trabalho, mais profunda, aumentou os fluxos, de acordo com as complementaridades regionais, assim formando as redes urbanas citadas por Sposito

(2021). Como consequência dessa complementação entre as regiões, ampliou-se quantitativa e qualitativamente a urbanização nacional, tornando as cidades mais diferentes entre si, e até mesmo o campo se individualizou (SANTOS, 2020).

Ademais, agora também “(...) defrontamo-nos com diferenciações regionais e disparidades territoriais de outra natureza” (SANTOS, 2020, p. 49) no Brasil, apesar dessas disparidades serem antigas. Decerto, há diversos processos de urbanização, na medida em que essas várias “urbanizações” não ocorrem temporalmente e espacialmente de modo uniforme. Por exemplo, enquanto, em 2010, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo contavam com mais de 95% das suas populações residindo em áreas urbanas, Pará, Piauí e Maranhão possuíam menos de 70%.

Além dessa diferença nas frequências, os padrões de ocupação, crescimento, expansão, densidade construtiva, entre outros, igualmente divergem entre eles; aqui, chamaremos essas singularidades de várias “urbanizações”. Assim, dos 5.565 municípios brasileiros existentes em 2010, apenas 1,24% era totalmente urbanizado e 29% ainda não haviam realizado a transição urbana. Em função da região, da localização geográfica dos municípios e do tamanho populacional, não são poucos os que apresentam populações rurais maiores que as urbanas (WANDERLEY, 2001).

Outro ponto importante refere-se à influência da globalização e da crise ambiental no processo de urbanização brasileira nesse mesmo período (final do século XX e início do século XXI) de vigência do meio técnico-científico-informacional. A intensificação das relações econômicas, do fluxo de informações e da difusão de valores culturais – a chamada globalização – acabou alterando as redes urbanas hierárquicas, pois ampliou a possibilidade de articulação entre as cidades, sobrepondo redes e estabelecendo novos contextos espaciais (SPOSITO, 2010). Ademais, apesar da tendência à urbanização generalizada, os problemas urbanos levaram a um caminho inesperado por muitos, qual seja, a revalorização do campo como um espaço para se viver. “É nesse contexto que a ruralidade estabelece diálogo com o mundo rural e com o mundo urbano simultaneamente” (ALENCAR, 2011, p. 172).

A urbanização, a partir de 1950, concentrou-se nas metrópoles, as quais cresceram expressivamente mais que outras aglomerações urbanas e exerceram influência em suas redes hierárquicas específicas. Entretanto, nos anos 1980 ocorreu uma inflexão no padrão concentrador das metrópoles diante de um intenso processo

de expansão horizontal da malha urbana com redistribuição da população, denominado periferização (BÓGUS; VÉRAS, 2000; ALENCAR, 2011).

Do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles, houve, ao longo da história brasileira, quatro momentos. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, com ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, a chamada sua zona de influência. Num segundo momento, há esforços pela formação de um mercado único, mas a integração territorial é, praticamente, limitada ao Sudeste e ao Sul. Um terceiro momento é quando se constitui um mercado único nacional. E o quarto momento é quando há um ajustamento: primeiro à expansão e, depois, à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com apoio do Estado (SANTOS, 2020, p. 99).

Na verdade, a metrópole não diminuía e sim se redimensionava, pois estava se reestruturando em redes transfronteiriças devido à dinâmica do mundo global (RANDOLPH, 2011). Nesse processo, as metrópoles se expandem deslocando suas tradicionais fronteiras a partir de uma reorganização regional do seu entorno para atender serviços cada vez mais espalhados no território.

Nas últimas décadas, portanto, houve uma desaceleração do crescimento populacional brasileiro, com concentração da população nas áreas urbanas mais densas, em geral nas cidades grandes e, mais recentemente, nas cidades médias. Em paralelo, há uma propensão de dispersão devido à expansão das fronteiras agrícolas. Esse cenário demonstra movimentações em direções teoricamente opostas: por um lado, a concentração e, por outro, a dispersão da população. Essas movimentações são retratadas por Santos (2020) como tendência para as próximas décadas, configurando-se em “(...) uma desmetropolização que se verifica em paralelo com a permanência do fenômeno de metropolização” (SANTOS, 2020, p. 98).

Nesse cenário, os espaços rurais, dentro e fora das regiões metropolitanas, recebem novas formas ocupacionais fundamentadas na nova articulação entre o urbano e o rural (ALENCAR, 2011). Segundo Randolph (2011), hoje, há indícios de novos tipos de ocupação do território na fronteira urbana, que nem sempre estão relacionados à pobreza, pois há favelização, mas também há condomínios de luxo. Logo, essa periferia vem se tornando cada vez mais heterogênea. Assim,

(...) nas áreas rurais e periurbanas mais próximas aos grandes centros urbanos, em que parte dos cidadãos, de maior poder aquisitivo, demandam uma maior aproximação com a “natureza” e o mundo rural, passam a ser desenvolvidas atividades e ocupações que, não necessariamente estão vinculadas à produção agropecuária, como o turismo realizado no espaço rural (chácaras de lazer, pesque-pagues, spas etc.), moradias secundárias para a classe média urbana, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros, etc.) (HESPANHOL, 2013, p. 106).

Nesse sentido, com a expansão urbana nos espaços de transição entre o rural e o urbano, surgem padrões mais dispersos e fragmentados como retratado por Ojima (2006) e novas tipologias e formas de habitação. É justamente neste contexto que se destaca a conveniência de se reclassificar áreas, afinal, a cidade moderna, capitalista e global vem sendo alterada e definida pelos agentes produtores do espaço de acordo com interesses econômicos (RUA, 2005).

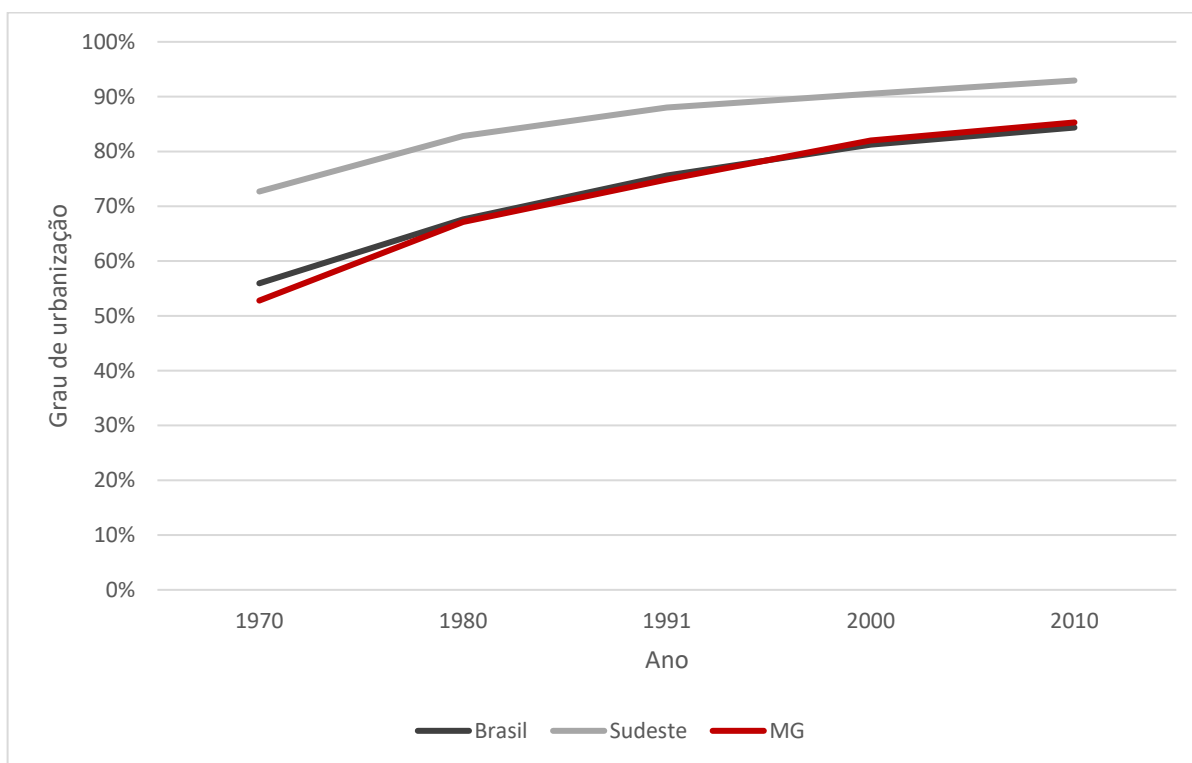
#### **1.4 Uma introdução à realidade de Minas Gerais**

As novas relações entre o urbano e o rural também modificaram o papel das pequenas cidades nas redes de cidades. Em Minas Gerais, a realidade é de diversos municípios de pequeno porte onde se concentram a população rural, mas que, mesmo lentamente, vêm se tornando cada vez mais urbanos, seja por migração ou por reclassificação de áreas rurais em urbanas.

Em Minas Gerais, o nível do grau de urbanização nas últimas décadas se aproxima do nível nacional, atingindo 85% e 84%, respectivamente, no Censo de 2010 (Gráfico 1). A região Sudeste se sobressai, contando com uma população urbana maior durante todo período de análise, chegando a 91% em 2010. Percebemos, nos três casos, um aumento crescente do grau de urbanização, o qual tende a se estabilizar devido à proximidade dos valores com o limite máximo (100%). Entretanto, como já mencionado, muitos autores questionam a compatibilidade desses valores com as realidades locais. A depender do que se considera área urbana, o grau de urbanização poderia ser menor.



Gráfico 1 - Grau de urbanização, Brasil, Sudeste e Minas Gerais

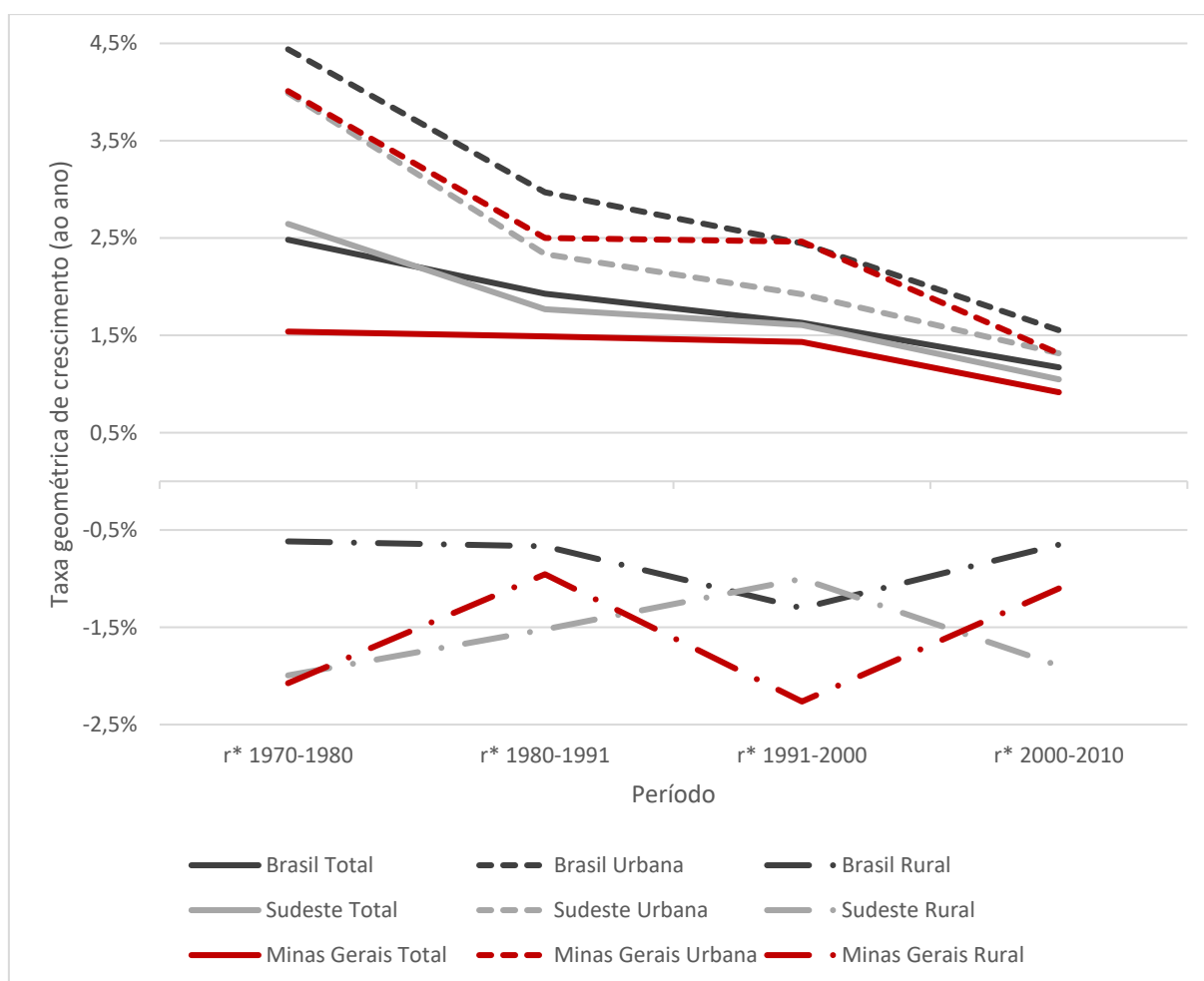


Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIDRA IBGE, 2021.

Apesar do padrão da taxa de crescimento populacional urbano de Minas Gerais ao longo do período analisado destoar da tendência do Brasil e do Sudeste<sup>8</sup>, ainda sim as curvas de crescimento urbano são mais próximas, quando comparadas às curvas do crescimento populacional rural (Gráfico 2). Nos três recortes territoriais, o crescimento populacional urbano é positivo, embora tenha diminuído ao longo do tempo. Significa que a população urbana persiste aumentando, porém com menor intensidade que décadas passadas. Já o crescimento populacional rural oscila, devido ao menor volume populacional, e possui singularidades por recorte territorial e por período. Além disso, o crescimento rural é sempre negativo, isto é, diminuiu desde a década de 1970.

<sup>8</sup> Ao contrário do Brasil e do Sudeste que a taxa de crescimento é menor a cada período, a de Minas Gerais se manteve de 1980 até 2000, e para 2010 diminuiu mais intensamente.

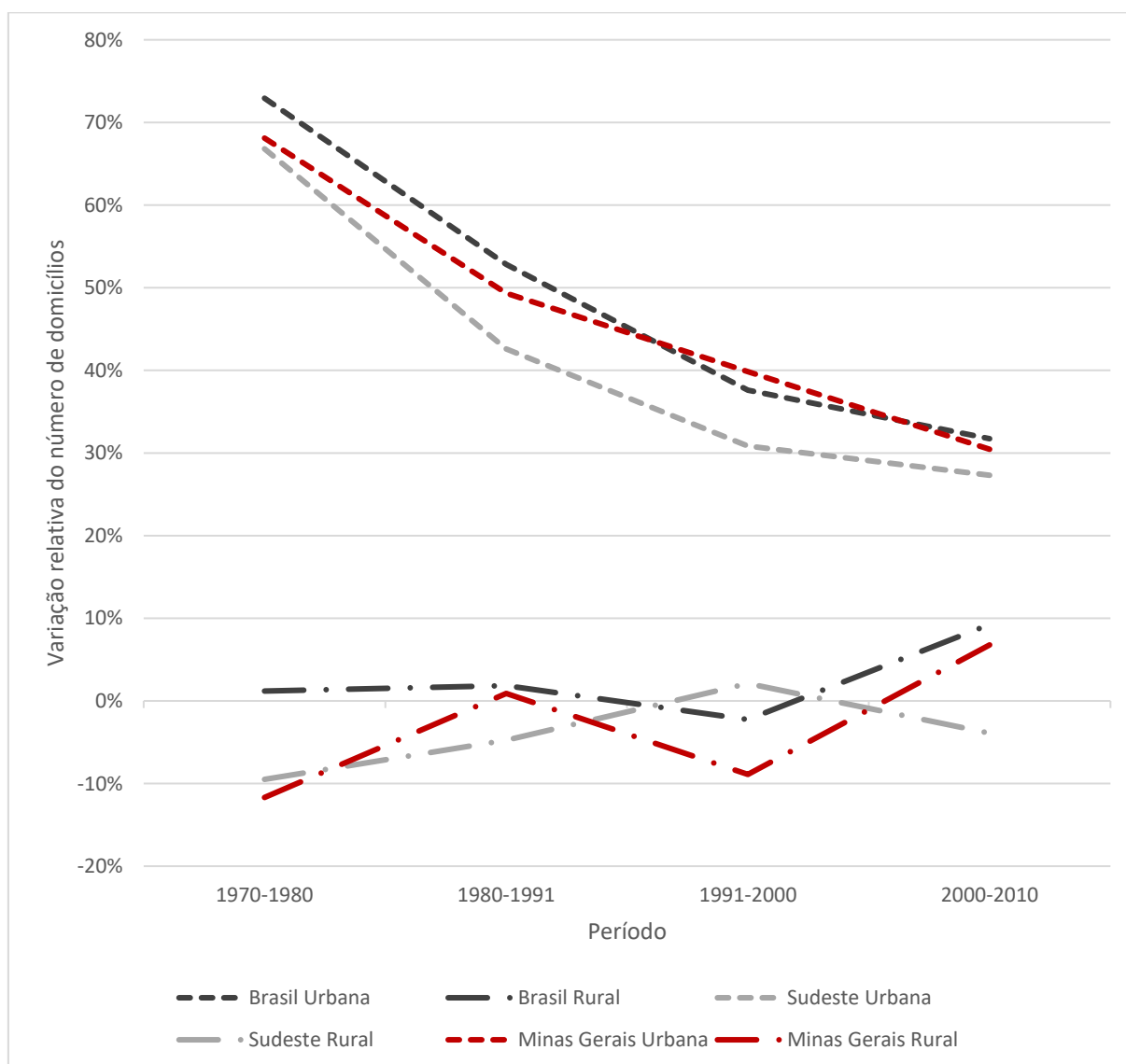
Gráfico 2 - Taxa geométrica de crescimento populacional total, urbana e rural, Brasil, Sudeste e Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIDRA IBGE, 2021.

Em números absolutos, a variação na quantidade de domicílios particulares ocupados urbanos vem aumentando para os três recortes desde a década de 1970, apesar desse aumento ser cada vez menor em termos relativos (Gráfico 3). Em outras palavras, a cada período o número de domicílios urbanos segue aumentando, porém com menor intensidade, assim como o crescimento populacional urbano. As variações na quantidade de domicílios particulares rurais ocupados são menores que as variações dos domicílios urbanos e foram negativas em alguns períodos. Brasil e Minas Gerais possuem uma estrutura mais parecida ao longo do tempo, apesar do Brasil, de forma geral, ter a variação dos domicílios rurais menos negativa que de Minas Gerais. Já o Sudeste tem comportamento bem específico e até mesmo inverso dos outros dois recortes nos dois últimos períodos.

Gráfico 3 - Variação relativa de domicílio particular permanente urbano, rural, Brasil, Sudeste e Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIDRA IBGE, 2021.

Os valores absolutos em função da situação do domicílio (rural ou urbano) são bem diferentes e, em decorrência disso, qualquer variação positiva ou negativa no montante de população rural é mais sensível. Por exemplo, qualquer tipo de parcelamento de natureza eminentemente urbana em área rural pode aumentar significativamente a população da região e os domicílios. Por outro lado, qualquer alteração do limite urbano que abranja núcleos residenciais rurais também pode diminuir significativamente os números tangentes ao rural. É justamente nessa última situação que acontece o processo de reclassificação de áreas rurais em urbanas e favorece o aumento do grau de urbanização.

#### 1.4.1 A expressividade rural do pequeno município mineiro

É importante ressaltar que o pequeno município é considerado parte integrante do mundo rural (WANDERLEY, 2001) e que a cidade pequena se encontra na confluência entre o urbano e o rural (CORRÊA, 2011), tornando a diferenciação entre território rural e território urbano mais complexa.

A cidade, sede municipal como já mencionado, pode ser classificada como pequena, média ou grande, segundo a influência que exerce na região ou segundo o seu porte demográfico. Muitos autores preferem caracterizá-la conforme a importância que exerce na rede de cidades, pois, ao se considerar apenas o número de habitantes, perdem-se as especificidades de cada cidade (FRESCA, 2010). Uma cidade pode ser pequena demograficamente, mas exercer um importante papel na região em que está inserida. Assim, os autores costumam diferenciar quando se fala de “cidade de pequeno porte” e apenas “pequena cidade” ou “cidade de médio porte” e “cidade média”:

As cidades de médio porte se referem a todas que têm seu tamanho demográfico dentro de certo intervalo em termos de dimensão populacional, o que varia conforme o país e o período histórico. Já as cidades médias remetem muito mais às cidades que desempenham papel de comando regional, realizando funções de intermediação entre cidades maiores e menores de sua rede urbana. Assim, o grupo da cidade de porte médio é maior do que aquele composto pelas cidades médias, segundo esta concepção (SPOSITO, 2014).

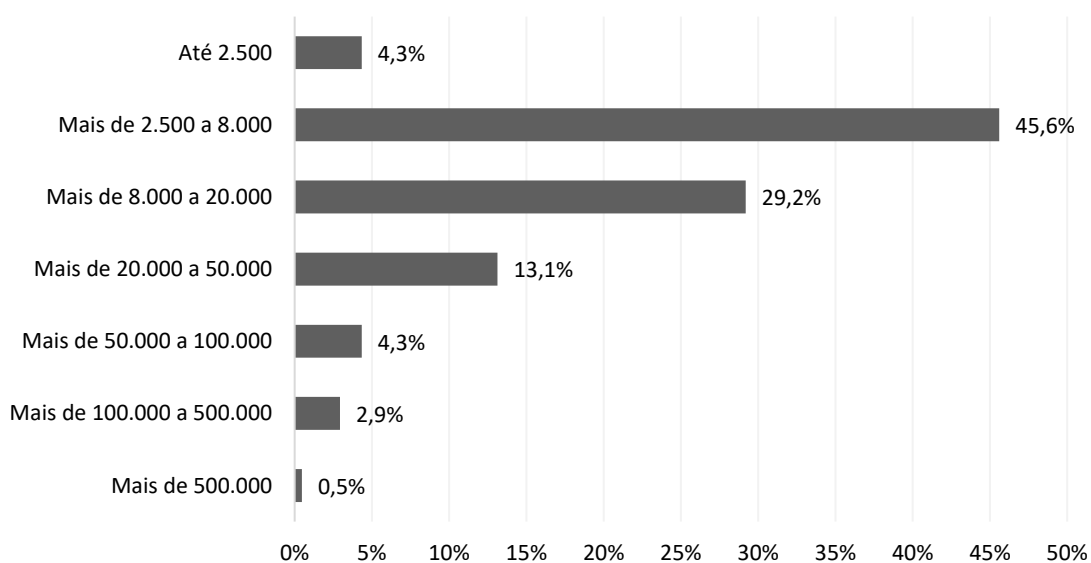
Nesse sentido, esta classificação considera dados além dos quantitativos. Corrêa (2011), por exemplo, analisa mais a fundo as características de um município para classificá-lo como pequeno. Pondera, entre outros aspectos, a possibilidade de um *continuum* rural-urbano, o grau de centralidade (em geral, são centros locais) e estima que dificilmente ultrapassa os 20-30.000 habitantes. O autor nos alerta que as transformações do meio do século XX no Brasil também afetaram as pequenas cidades. Elas exerciam um papel socioeconômico e cultural importante, eram mais parecidas funcionalmente, além de serem o elo de ligação entre as cidades grandes e o campo. Mas, hoje, a pequena cidade “constitui-se em um nó minúsculo em uma vasta e complexa rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano-rural foi alterado” (CORRÊA, 2011, p. 10).

Fresca (2010) ainda diferencia as pequenas cidades dos centros locais. A autora parte da definição de centro local, que é o menor nível de cidade no Brasil, entendendo-o como aquele que responde apenas às demandas imediatas da população. Nesse âmbito, ela conceitua a pequena cidade como aquela que não é um centro local, pois excede o nível mínimo de complexidade, mas não o suficiente para ser considerada cidade média. Por fim, Fresca (2010) realça a necessidade de se entender a inserção destas instâncias na rede urbana ou região para classificá-las.

Demograficamente, entende-se como cidade de pequeno porte, a partir do IBGE, aquela com menos de 100 mil habitantes; entre 100 mil e 500 mil de médio porte; e acima de 500 mil, de grande porte. Apesar de toda a discussão em torno das classificações, neste trabalho, utilizaremos a classificação por porte demográfico, assim como estabelecido pelo IBGE, pois também pretendemos verificar se existe alguma correlação da temática aqui abordada com o porte populacional.

Minas Gerais, por exemplo, apesar de possuir um grau de urbanização de 85%, possui 19,1% dos municípios predominantemente rurais – todos eles de pequeno porte segundo a classificação do IBGE e com menos de 50 mil habitantes (Gráfico 4). Todavia, deve-se ter em mente que a maior parte dos municípios mineiros (96,6%) se enquadra nessa categoria de pequeno porte e é justamente neles onde se concentra a população rural do estado (Tabela 1).

Gráfico 4 - Proporção de municípios mineiros por classes de população total, 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE PNAD Contínua 2019.

Tabela 1 - População dos pequenos municípios (até 50 mil habitantes) de Minas Gerais 2010

	Municípios com até 20 mil habitantes (A)	Municípios entre 20 e 50 mil habitantes (B)	Municípios com até 50 mil habitantes (A+B)
População total da categoria de municípios considerada	5.145.330	3.300.894	8.446.224
% sobre a população total de Minas Gerais	26,3%	16,8%	43,1%
População rural	1.775.424	669.168	2.444.592
% da população rural sobre a população rural de Minas Gerais	61,6%	23,2%	84,8%
% da população rural sobre a população total da categoria de municípios considerada	34,5%	20,3%	28,9%

Fonte: Elaborada a partir de Wanderley, 2001; IBGE, 2019.

Alguns dados tornam esta realidade evidente. Minas Gerais possui 675 municípios (79,13%) com até 20 mil habitantes. Enquanto a população urbana desses municípios representa apenas 17,2% da população urbana mineira, a população rural representa 61,2% da população rural do estado (Tabela 1). Ou seja, são municípios que ainda possuem expressiva população rural, e em que o grau de urbanização médio é de 63,7%.

Apesar da relevância numérica da população rural na composição da população total desses municípios de pequeno porte ser inequívoca, a maioria apresenta crescimento populacional rural negativo (80,89% dos municípios) e urbano positivo (91,56% dos municípios). Segundo Wanderley (2001), o processo de urbanização do município pequeno é reconhecido nacionalmente por uma dependência muito estreita do mundo rural. Assim, percebemos que há especificidades na urbanização desses municípios, os quais possuem grande potencial de expansão urbana sobre áreas rurais. Por isso, destacamos a importância de estudar as dinâmicas do crescimento urbano em Minas Gerais, a fim de estabelecer as condições em que ele acontece e de constatar se a reclassificação de áreas rurais e, conseqüentemente, das populações rurais tem papel expressivo no incremento populacional urbano.

## 2 COMPONENTES DO CRESCIMENTO URBANO

Para várias áreas acadêmicas e políticas, é essencial entender o crescimento da população ao longo do tempo, uma vez que o conhecimento sobre esse processo possibilitará projeções mais acuradas sobre as consequências da urbanização para a sociedade e para o meio ambiente (JIANG; O'NEILL, 2018). De acordo com Silva e Monte-Mór (2010), em países em desenvolvimento, essa abordagem é crucial, pois a transição demográfica e a transição urbana ocorreram/ocorrem intensamente e influenciam, mesmo que indiretamente, as escolhas da população quanto à reprodução, à longevidade e à ocupação do território.

As transições demográfica e urbana foram tratadas, muitas vezes, como processos lineares por autores que se baseiam no modelo europeu. Neste cenário, à medida que a transição demográfica avança, espera-se que ocorra a transição urbana. Além do mais, à medida que o grau de urbanização aumenta, a importância dos componentes de crescimento urbano parece se alterar: os crescimentos vegetativo e migratório diminuem suas importâncias relativas e a alteração do crescimento urbano se concentra na reclassificação. Nesse sentido, a transição demográfica pode, possivelmente, impactar no processo de reclassificação de áreas e de populações rurais em urbanas, já que elas se relacionam indiretamente.

Entretanto, veremos que não necessariamente esses processos são lineares, e que em cada contexto as transições ocorreram de modo específico. São essas relações que buscamos fazer, conceitualizar e também desmistificar neste capítulo. Em cada país ou município as transições demográfica e urbana são particulares, em muitos lugares estão associadas, mas nem sempre uma é consequência imediata da outra. Em alguns municípios de Minas Gerais, por exemplo, a transição urbana parece ter mais relação com a queda de população rural por migração rural-urbana intermunicipal, do que com a concentração da população nas áreas urbanas do município de origem do fluxo migratório.

Nesse sentido, neste capítulo discorreremos sobre o processo de crescimento urbano: o contexto em que se sucedeu, as motivações que o impulsionaram, suas diferentes temporalidades e intensidades e os componentes que o determinam (crescimento vegetativo, migração e reclassificação). Além disso, esclarecemos a relevância mais recente da reclassificação de antigas áreas e populações rurais para

o crescimento urbano, logo, para a expansão urbana. Porém, sem considerá-la como o único componente que o impulsiona. A migração ainda persiste, principalmente a urbana-urbana, logo, é necessário entender o perfil dos municípios e suas relações para saber a contribuição da reclassificação em específico.

## 2.1 Introduzindo alguns conceitos

Os termos “crescimento urbano” e “urbanização” são constantemente confundidos. Farrell (2017) esclarece que o primeiro relata o aumento populacional absoluto em território urbano, enquanto que o segundo, o aumento da proporção de população que é urbana, elevando o grau de urbanização, isto é, a razão da população urbana sobre a população total. No entanto, ainda segundo o autor, ambos os processos são sustentados pelos mesmos componentes: crescimento vegetativo da população urbana, migração rural-urbana e reclassificação de antigas áreas rurais em urbanas.

Para se analisar o processo de crescimento urbano, é necessário considerar fatores demográficos e de ocupação espacial (OJIMA, 2008). Já sobre a urbanização, superando a compreensão meramente demográfica, Paviani (2009) ressalta que também devem ser consideradas questões históricas e geográficas, as quais são avaliadas como processo e resultado, que se desdobram em desenvolvimento da rede urbana, crescimento físico-estrutural das cidades e mudanças econômicas e sociais. É possível, então, o crescimento urbano acontecer sem aumento da urbanização, apesar de, muitas vezes, esses processos se combinarem (FARRELL, 2017).

Desse modo, o crescimento populacional urbano mais intenso que o crescimento populacional rural (que pode acontecer por diversas razões como será explicado mais à frente) alimenta a transição urbana – conceito que, segundo Silva e Monte-Mór (2010), uniu questões demográficas e questões urbanas a uma mesma discussão:

(...) o conceito cria um campo de convergência importante entre problemas os quais são com mais frequência abordados de forma separada do que conjunta: a mudança entre regimes demográficos, com seus componentes sócio-históricos, e a produção e reprodução do espaço urbano e, conseqüentemente, as implicações socioespaciais da distribuição e reprodução da população no território (SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p. 1).

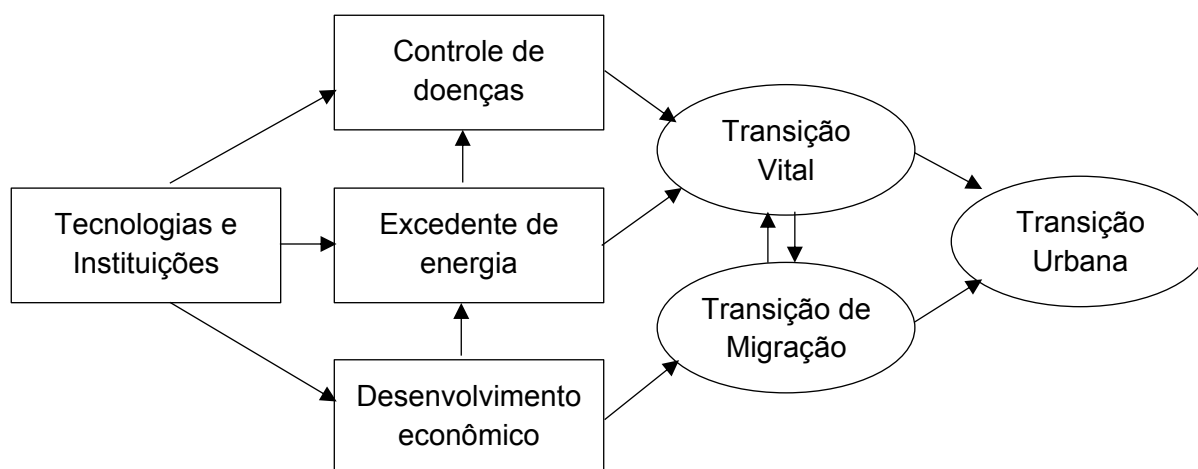


Autores como Ojima (2006), Silva e Monte-Mór (2010) e Castiglioni (2020) distinguem a transição urbana em duas etapas: na primeira, fase de intenso crescimento da urbanização, a população urbana supera a população rural, ou seja, mais da metade da população passa a viver em áreas urbanas. Na segunda, a população se acomoda dentro da área urbana por efeito da atenuação do crescimento populacional urbano e, “com a maioria da população vivendo nas cidades, intensificam-se as migrações interurbanas” (CASTIGLIONI, 2020, p. 11). Essas etapas geralmente coincidem com as da transição demográfica, o que indica que “as mudanças demográficas têm como motor comum as mudanças urbanas” (SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p. 10).

O termo “transição demográfica”, neste texto, refere-se às alterações demográficas alusivas à transição vital, processo que considera os componentes de fecundidade e mortalidade, bem como se refere, também, à transição de mobilidade, ou seja, o componente de migração e a distribuição espacial da população. Nem sempre a migração é incorporada na teoria da transição demográfica (CASTIGLIONI, 2020). Entretanto, adotamos essa unificação porque, assim como descrito por Bocquier e Costa (2015) e Castiglioni (2020), existem estudos que comprovam a interdependência entre transição vital e transição de mobilidade devido à relação entre suas fases (dimensões temporais e espaciais) e ao diálogo com alguns processos socioeconômicos.

Bocquier e Costa (2015) sintetizaram o contexto das modificações demográficas (as variáveis econômicas em retângulos e as variáveis populacionais em círculos) e também o percurso até a transição urbana (Figura 1). Evidenciam que as principais causas da transição demográfica são as inovações tecnológicas (na saúde, produtividade agrícola e no transporte) e institucionais. Essas inovações favoreceram o controle de doenças, o excedente de energia e o desenvolvimento econômico, que levaram à transição vital e de mobilidade (transição demográfica), resultando em crescimento populacional, sem necessariamente haver crescimento econômico. Como há um diferencial de crescimento da população urbana e rural, o grau de urbanização se eleva e ocasiona, posteriormente, a transição urbana.

Figura 1 - Diagrama conceitual relacionando as transições econômicas e populacionais

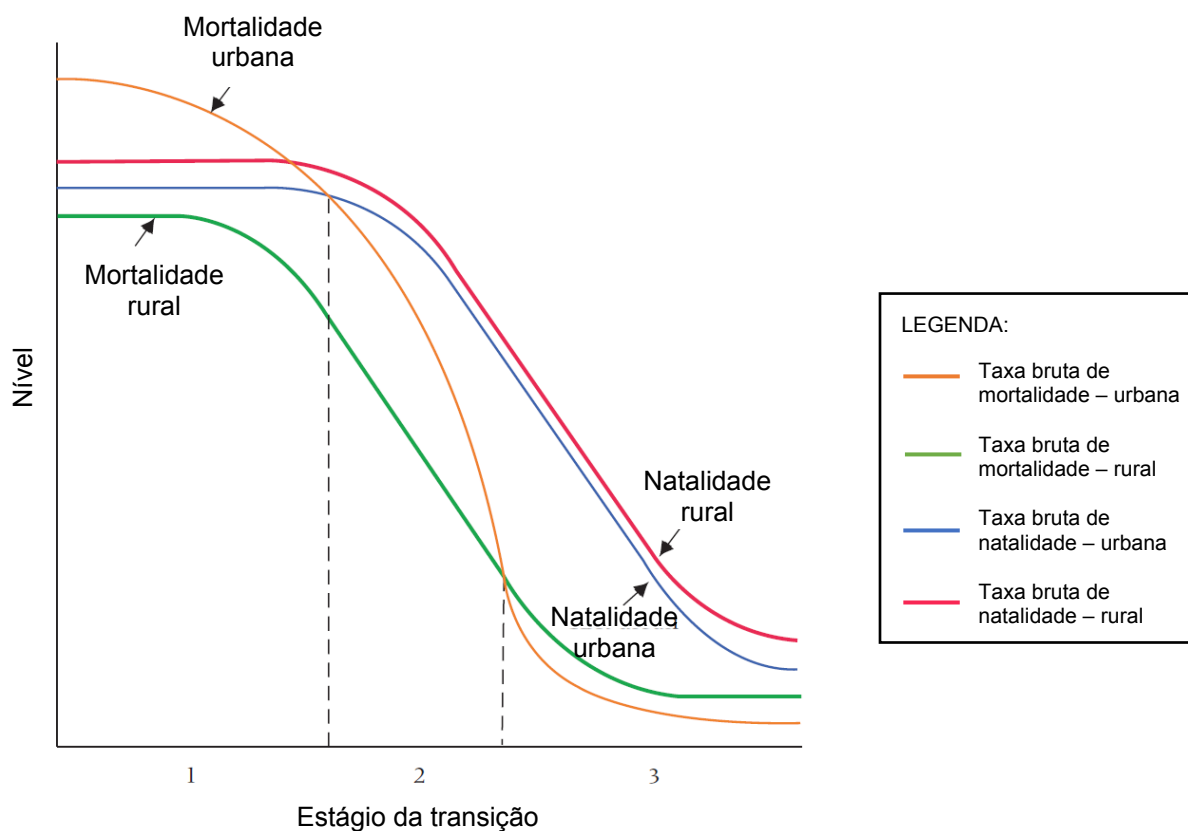


Fonte: Bocquier e Costa, 2015 adaptado de Fox, 2012 (tradução nossa).

Neste momento, as áreas urbanas se tornaram mais densas e também se expandiram para comportar toda a população. Mas esse processo de expansão, em que áreas rurais passam a ser urbanas – e, conseqüentemente, as populações rurais que ali viviam também são classificadas como urbanas – parece não ser tão relevante para o incremento populacional urbano. Os estudos comumente focam migração rural-urbana e nas altas taxas de crescimento vegetativo urbano. Portanto, certamente a reclassificação de áreas e de populações já ocorria, mas era difícil mensurá-la.

Ainda sobre a transição demográfica, é possível dividi-la em três fases: pré-transição, transição e pós-transição (DYSON, 2011). Dyson (2011), em seu estudo sobre o papel da transição demográfica no processo de urbanização, elaborou um modelo de cada fase (Figura 2) baseado em uma representação da urbanização europeia proposta por De Vries (1990). Na primeira, as taxas de mortalidade urbanas são maiores que as de natalidade, resultando no que ele chama de “sumidouro demográfico”, devido, principalmente, às doenças que se prosperavam nas cidades. Trata-se do cenário anterior à Revolução Industrial, em que havia altas taxas de mortalidade e natalidade, mas ao contrário das áreas urbanas, nas áreas rurais era possível ter um crescimento vegetativo positivo. Desta forma, a migração rural-urbana era o principal contribuinte para a população urbana se manter e até mesmo existir.

Figura 2 - Um modelo estilizado específico das fases da transição demográfica



Fonte: Dyson, 2011 baseado em De Vries, 1990 (tradução nossa).

A segunda fase inicia-se quando a taxa de mortalidade urbana fica mais baixa que a de natalidade. Isso se deve à redução das mortes por doenças infecciosas nos centros urbanos, e, assim, seu declínio é mais intenso que o da mortalidade rural, o que possibilita o crescimento vegetativo urbano, já que as taxas de natalidade se mantiveram altas em um primeiro momento. A transição se manifestava, portanto, de modo não uniforme por situação, seja urbano ou rural. Além disso, essas áreas urbanas se tornavam atrativas para migrantes, e, com a mecanização do campo e o desemprego, houve intensa migração da população campestre para as cidades. Inicialmente essa migração é o principal contribuinte do crescimento urbano, mas provavelmente depois perde importância para o crescimento vegetativo urbano.

Já a terceira fase, pós-transicional, começa quando a mortalidade urbana se faz menor que a rural, iniciando um período em que o crescimento vegetativo urbano é maior que o rural, mas que é improvável de se manter (DYSON, 2011). Para Castiglioni (2020), é um período de envelhecimento e decréscimo populacional, em função do aumento da expectativa de vida e principalmente em função da baixa

fecundidade, decorrente do modelo familiar vigente e do adiamento. Assim, a imigração torna-se importante para o crescimento populacional.

Alguns autores segmentam-na em Primeira Transição Demográfica (1TD) e Segunda Transição Demográfica (2TD) (CASTIGLIONI, 2020). As razões de uma e outra são diferentes, mas se relacionam, em grande medida, ao cenário econômico e social em questão e às alterações nos padrões familiares.

Duas palavras-chave caracterizam as normas e atitudes por trás da primeira e segunda transições demográficas e destacam os contrastes entre elas: altruísmo e individualismo. A primeira transição para baixa fecundidade foi dominada por preocupações com família e filhos, enquanto que a segunda enfatiza os direitos e a autorrealização dos indivíduos (VAN DE KAA, 1987, p. 5, *apud* CASTIGLIONI, 2020, p. 8, tradução nossa).

Desse modo, “os dois processos baseiam-se em modelos familiares diferentes, o padrão comportamental passa a ser movido mais pela busca da realização pessoal do que pelos filhos” (CASTIGLIONI, 2020, p. 8) na 2TD. Conforme a autora, a 1TD é marcada pela queda na mortalidade, principalmente pela redução nas mortes infantis que, nos países europeus, aconteceu no final do século XVIII. Na 2TD, é notável o declínio da fecundidade e o aumento da expectativa de vida e da importância da imigração para o crescimento populacional, acontecendo a partir de 1960. Como consequência, há alterações na estrutura etária da população, com envelhecimento populacional, além das mudanças importantes na composição familiar/domiciliar, com redução do número médio de pessoas por domicílios e aumento de domicílios unipessoais (OJIMA; DIÓGENES, 2018).

Entretanto, há autores que não as separam, ou seja, não veem a 2TD como algo novo, mas como a continuação esperada da 1TD. A concentração espacial da população é consequência da 1TD devido à semelhante concentração espacial dos meios de produção, bem como à expropriação das terras rurais e ao excedente populacional provocado entre os diferentes regimes de mortalidade e fecundidade do período. Mas, por que esse processo não é revertido na 2TD? Por que a convergência da mortalidade e da fecundidade em baixos níveis, isto é, o baixo crescimento vegetativo, não significou estancamento do grau de urbanização? A resposta para este questionamento está justamente nas especificidades de cada região dentro de uma escala de análise, como um país ou uma unidade da federação, e na presença

de outros componentes que contribuem para a urbanização. Ambas as questões serão abordadas nos próximos tópicos.

## **2.2 As particularidades das transições demográfica e urbana**

A 1TD e a 2TD aconteceram em diversos países do mundo, com suas particularidades territoriais e temporais, e por isso Patarra (1994) critica a generalização da transição demográfica em uma teoria comum. Há uma condensação das informações e uma uniformização do modelo de transição demográfica para classificá-la que escondem as individualidades populacionais e podem contribuir para a ideia de um processo inexorável e evolutivo-positivista.

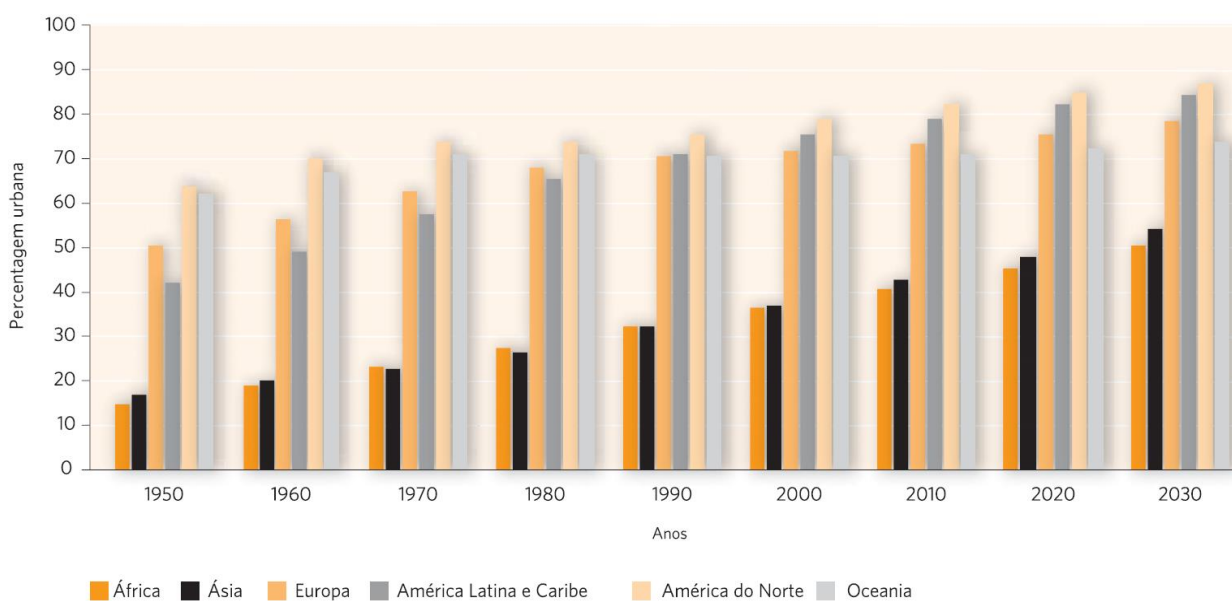
Os países da América Latina e o Caribe, por exemplo, se encontravam em diferentes etapas da transição demográfica na década de 1990 (transição avançada, em plena transição, de transição moderada, de transição incipiente). A duração de cada etapa da transição também variava. Nesse ínterim, o único ponto de generalização que muitos autores concordam se refere à sequência das etapas da transição, pois o declínio da mortalidade precede o declínio da fecundidade, apesar de, em alguns casos, os declínios de mortalidade e de fecundidade serem sincrônicos (PATARRA, 1994).

Entre países europeus e até mesmo entre os grupos sociais de um mesmo país, as especificidades também são nítidas. As etapas iniciais, caracterizadas pelas modificações nas taxas de mortalidade e de fecundidade, não atingem igualmente (temporalmente) todos os grupos sociais, pois há “diferenciais urbano-rurais, ocupacionais, de classe social, por nível de escolarização etc.” (PATARRA, 1994, p. 32). Posteriormente, quando o processo dessas etapas iniciais avança, as tendências de certos grupos sociais se propagam para os demais, denominado de tendência à homogeneização a partir do que a autora chama de “nova etapa de equilíbrio”, em que há baixas taxas de mortalidade e fecundidade.

Os estudos consideram que há basicamente dois momentos de transição demográfica e urbanização. Em um primeiro momento, dos países da Europa e da América do Norte; e em um segundo momento, o que UNFPA (2007, p. 7) denomina de “segunda onda de transições demográficas, econômicas e urbanas” dos países em desenvolvimento. Mas, ainda sim, há particularidades dentro desses dois grupos, pois

a transição demográfica e, conseqüentemente, a transição urbana da América Latina e do Caribe, por exemplo, foi anterior a dos demais países em desenvolvimento (Gráfico 5)<sup>9</sup>.

Gráfico 5 - Porcentagem da população residente em áreas urbanas, por região, 1950-2030



Fonte: UNFPA, 2007.

Patarra (1994) também ressalta que o período de tempo total que ocorreu a transição demográfica nos países da Europa ocidental (100 anos) não é tão diferente dos países da América Latina e Caribe (projeção de 75 anos). Na verdade, a diferença está na mudança de nível das taxas em curto espaço de tempo. Portanto, o auge do crescimento populacional nos países europeus ocorreu em meados do século XVIII, enquanto que, nos países subdesenvolvidos, foi em meados do século XX, reproduzindo péssimas condições de vida, fome e miséria. Farrell (2017) compactua com Patarra (1994), pois comprova que a questão mais preocupante é o rápido crescimento urbano:

Durante o período de 25 anos, de 1950 a 1975, os países em desenvolvimento passaram de um nível de urbanização de 17,6% para

<sup>9</sup> Vale lembrar que a determinação das áreas urbanas é diferente em cada país, podendo ser realizada por critérios quantitativos, qualitativos ou quali-quantitativos.

26,9%, porcentagem muito semelhante a dos países desenvolvidos de hoje entre 1875 e 1900, que experimentaram um aumento de 17,2% para 26,1%. A diferença é que a taxa de crescimento urbano nos países em desenvolvimento durante esse período foi, em média, de 4%; taxa significativamente maior do que os 2,8% experimentados nos países desenvolvidos. Tendências semelhantes também foram experimentadas durante os períodos subsequentes. Isso alude ao fato de que a velocidade da urbanização nos países em desenvolvimento nos últimos tempos é semelhante à dos países desenvolvidos durante seu pico, e que são as taxas de crescimento urbano que são comparativamente rápidas<sup>10</sup> (FARRELL, 2017, p. 3).

Assim, para os autores também é equivocado caracterizar como rápida a urbanização desses países da segunda onda, pois o pico da urbanização dos países em desenvolvimento (segunda metade do século XX) foi parecido com o dos países desenvolvidos.

Por isso, Farrell (2017) analisa os três componentes do crescimento urbano e a interação entre eles, para examinar as complexidades do rápido crescimento urbano em países em desenvolvimento e entender o processo de transição urbana. Isso porque a transição urbana não é um processo uniforme; o crescimento urbano é visto como processo decorrente unicamente da migração rural-urbana; e os países desenvolvidos já concluíram a transição urbana, então, o crescimento das cidades é mais intenso nos países em desenvolvimento.

Além do mais, também devemos considerar a possibilidade da transição urbana não ser consequência exclusiva da transição demográfica, isto é, não necessariamente serem dependentes. É certo que boa parte do cenário se deu dessa forma: transição demográfica se desdobrando em transição urbana. Porém, não podemos descartar a possibilidade de casos em que os processos não são lineares e a transição urbana ocorra por contribuição maior de outros fatores.

Um exemplo seria elevar o grau de urbanização – realizando a transição urbana – simplesmente por subtração de população rural, ou seja, a população urbana não se altera significativamente, apenas a rural diminui. Essa situação poderia ser a

---

<sup>10</sup> Tradução livre de: “During the 25-year period from 1950 to 1975, developing countries went from an urbanization level of 17.6 to 26.9 percent, which is very similar to today’s developed countries between 1875 and 1900, which experienced an increase from 17.2 to 26.1 percent. The difference being that the urban growth rate in developing countries during this time was averaging 4 percent; a rate that is significantly higher than the 2.8 percent experienced in developed countries. Similar trends were experienced during subsequent periods as well. This alludes to the fact that the speed of urbanization in developing countries in recent times is similar to that of developed countries during their peak, and it is the urban growth rates that are comparatively rapid” (FARRELL, 2017, p. 3).

realidade de municípios pequenos do interior de Minas Gerais, como Joanésia, Jeceaba e Palmópolis, que são a origem de fluxos migratórios (Tabela 2). Nesse caso, a emigração desses municípios se constitui principalmente de migração rural-urbana e, como consequência, neles o grau de urbanização se eleva. Entretanto, não nos referimos a um aumento do grau de urbanização por concentração da população nas áreas urbanas desses pequenos municípios de origem dos fluxos migratórios (apesar de essa situação também acontecer), mas, sim, pela migração de uma distância maior, da população rural para outros municípios.

Tabela 2 - Taxas de crescimento populacional anualizada e grau de urbanização de pequenos municípios de Minas Gerais com menos de 10 mil habitantes

	Taxa de crescimento 2000-2010			Grau de urbanização		
	Total	Urbana	Rural	2000	2010	Varição
Joanésia	-0,19%	0,00%	-0,29%	30,4%	38,0%	7,7%
Jeceaba	-0,10%	0,04%	-0,26%	46,3%	55,4%	9,0%
Palmópolis	-0,21%	0,00%	-0,49%	50,3%	64,8%	14,4%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000; IBGE, 2010.

Ressaltamos que isso não quer dizer que esses pequenos municípios não tenham experimentado a transição demográfica. Estamos apenas relativizando qual é o principal fator para que ela suceda. Talvez, nesse cenário hipotético, a transição urbana tenha ocorrido sem necessariamente haver queda expressiva de mortalidade e redução no número de filhos. Ou então, não tenham sido síncronas, como generalizado nas teorias. Sendo assim, essa forma encadeada e evolutiva pode não se manifestar em todos os casos, levantando a possibilidade de a transição urbana acontecer sem transição demográfica.

Como vimos anteriormente, os indivíduos estão se concentrando na cidade por atração, bem como por repulsão do campo. Então, a transição urbana pode acontecer em um município pelo crescimento da população urbana, através da redistribuição populacional (migração rural-urbana ou urbano-urbano), e, em outros, pela subtração de população rural.

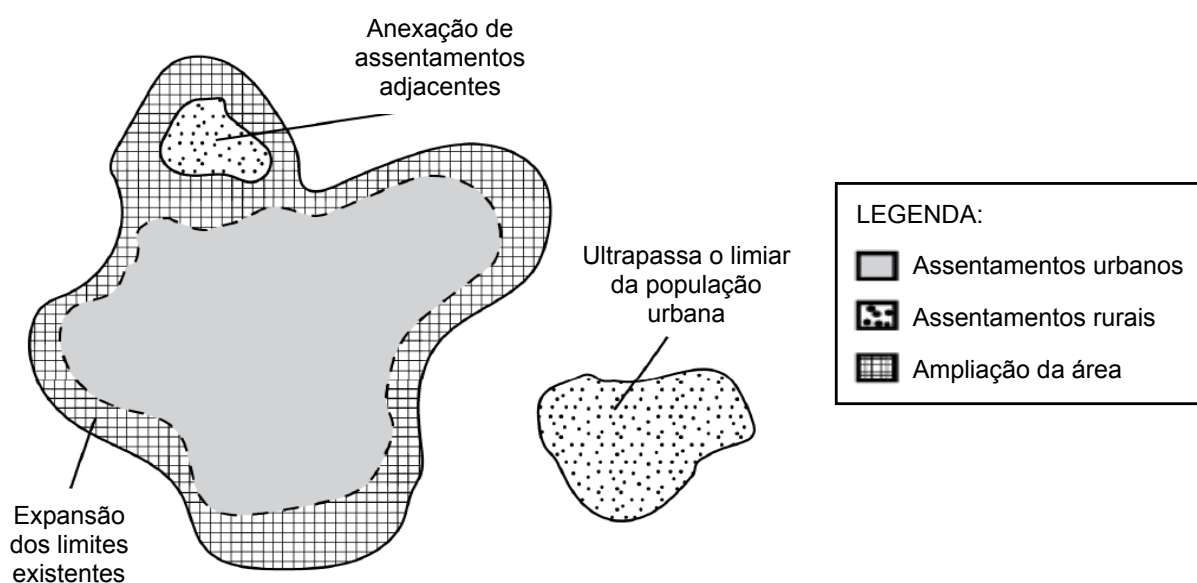


### 2.3 Reclassificação: mais um componente do crescimento urbano

Como já citado anteriormente, por muito tempo o crescimento urbano e o aumento da urbanização foram explicados apenas pelo crescimento vegetativo urbano e pela migração rural-urbana. Entretanto, hoje, vários autores (BOCQUIER; COSTA, 2015; FARRELL, 2017; JIANG; O'NEILL, 2018; JONES; BALK; LEYK, 2020) esclarecem que são três os componentes que o impulsionam, pois a reclassificação de áreas rurais em áreas urbanas também contribui para os processos citados.

A reclassificação ocorre quando se altera a situação oficial de uma área de rural para urbana ou de urbana para rural. Reclassificar certa área significa que a terra e a população que nela vive também serão reclassificadas (FARRELL, 2017; JONES; BALK; LEYK, 2020), assim como toda a base econômica provavelmente será alterada. Ela pode acontecer nas periferias, por meio da expansão dos limites urbanos e pela anexação e adição de novas áreas urbanas, devido ao aumento da população rural e da densidade (Figura 3), ou seja, os outros dois componentes do crescimento urbano (crescimento vegetativo e migração) podem contribuir indiretamente para a reclassificação (FARRELL, 2017; JIANG; O'NEILL, 2018). Em ambas as situações, a reclassificação se deve ao ajuste dos limites administrativos da definição de urbano.

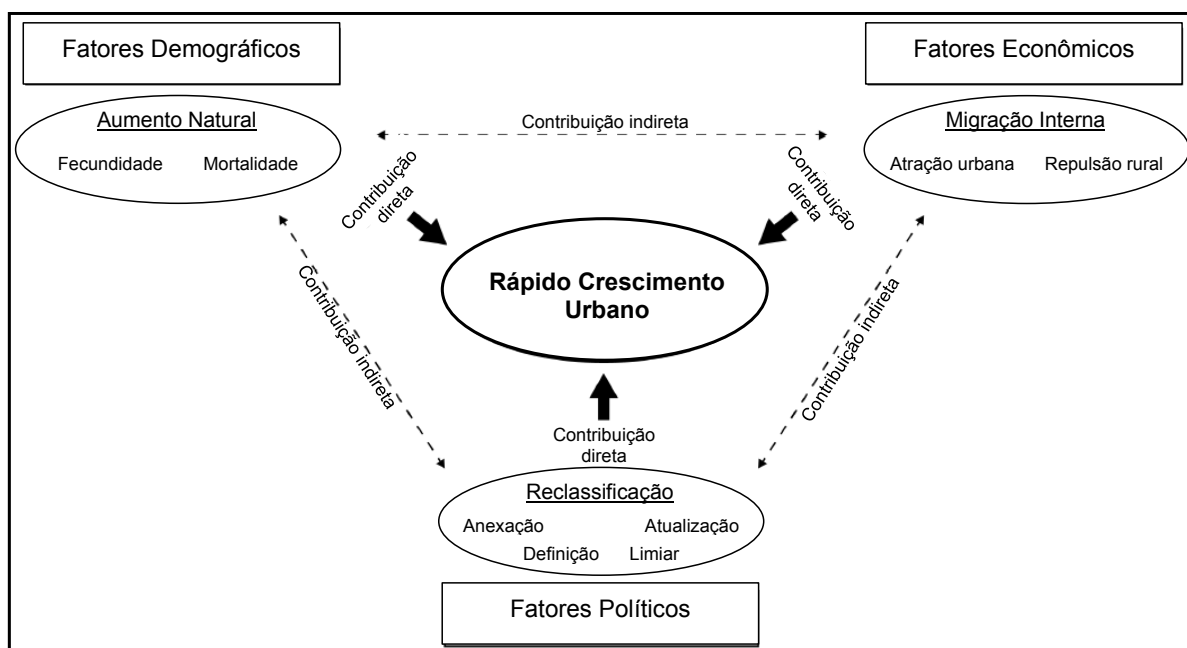
Figura 3 - Tipologias de reclassificação



Fonte: Farrell, 2017, tradução nossa.

Conforme apresentado naqueles estudos, muitas vezes, a reclassificação é negligenciada pela carência de discussões que a abarcam no processo de urbanização. Além disso, em outras situações, a reclassificação e a migração rural-urbana são avaliadas como sinônimos devido à disponibilidade limitada de dados. Todavia, como explicitado por Farrell (2017) na Figura 4, as principais forças sustentadoras de cada um desses fenômenos são diferentes.

Figura 4 - Tríade do rápido crescimento urbano



Fonte: Farrell, 2017, tradução nossa.

Esta divisão é questionável por enquadrar a migração como uma transformação econômica, concebida pela transição de mobilidade. O aumento natural da população (crescimento vegetativo) é uma transformação demográfica que pode ser compreendida com a transição vital; e a reclassificação, basicamente uma transformação política, mas pode ser de estratégia econômica ou institucional (FARRELL, 2017). Todos esses fatores podem se relacionar (Figura 4 e Quadro 2), e o crescimento urbano impulsionado por cada um resulta em políticas públicas distintas. Entretanto, não existe uma teoria única para explicar as motivações dos processos migratórios, e mesmo assim, as teorias consolidadas são insuficientes devido à complexidade dos movimentos.

Quadro 2 - Visão geral dos componentes do crescimento urbano e suas contribuições para o incremento urbano

	<b>Aumento Natural</b>	<b>Migração Interna</b>	<b>Reclassificação</b>
<b>Aumento Natural</b>	Nascimentos urbanos sobre mortes urbanas levam a um ganho líquido no incremento urbano	Um ganho líquido em nascimentos rurais sobre mortes rurais pressiona os recursos e leva a um maior estoque de futuros migrantes nas áreas rurais - contribuindo para migração interna	Um ganho líquido em nascimentos rurais sobre as mortes rurais pode empurrar assentamentos para além dos limites de população rural - contribuindo para a reclassificação
<b>Migração Interna</b>	Migrantes de áreas rurais para áreas urbanas tendem a ser mais jovens e mais férteis - contribuindo para o aumento natural	Imigração urbana sobre emigração urbana leva a um ganho líquido no incremento urbano	Devido à falta de terra, uma desproporcional quantidade de migrantes se instala nas periferias das cidades; eventualmente sendo absorvido pelos limites da cidade - contribuindo para a reclassificação
<b>Reclassificação</b>	Desenvolvimento rural através da reclassificação leva a melhorias na saúde pública (reduzindo taxas de mortalidade) - contribuindo para o aumento natural	Melhor conectividade e acesso à educação, resultado da reclassificação, pode aumentar a renda rural e elevar a emigração – contribuindo para a migração interna	Reclassificação sobre a desclassificação leva a um ganho líquido no incremento urbano.

Fonte: Farrell, 2017, tradução nossa.

Como a reclassificação é um processo essencialmente espacial e administrativo, Jones, Balk e Leyk (2020) nos fazem refletir sobre dois aspectos: o primeiro, que nenhuma das pesquisas existentes utilizaram métodos espaciais para investigar a reclassificação (elas, em geral, utilizam apenas dados demográficos); e o segundo, os possíveis impactos da reclassificação nas estimativas de crescimento urbano e no crescimento espacial das áreas urbanas.

O termo reclassificação administrativa é frequentemente aplicado porque a decisão de se reclassificar uma unidade censitária é uma ação administrativa oficial tomada pelo devido órgão nacional. Não revela nada sobre a natureza das unidades censitárias em si, que muitas vezes são simplesmente enumerativas em vez de refletir a governança ou a função administrativa (...) conseqüentemente, pouco se sabe sobre como isso afeta as estimativas de crescimento urbano que são comumente derivadas de dados censitários. Além disso, como a reclassificação é um processo inerentemente espacial, existe uma lacuna de conhecimento sobre o impacto da reclassificação no crescimento espacial das áreas urbanas que pode limitar a capacidade de modelar e/ou projetar adequadamente a evolução das populações urbanas<sup>11</sup> (JONES; BALK; LEYK, 2020, p. 1-2).

Devido ao caráter administrativo da reclassificação, muitos setores censitários podem estar classificados como urbanos sem necessariamente possuir tais características. No Brasil, por exemplo, uma das motivações para se reclassificar está relacionada a estratégias econômicas. Como o Imposto Territorial Rural – ITR se destina aos cofres federais, e o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU aos cofres municipais (podendo apenas ser cobrado em áreas consideradas urbanas), reclassificar uma área rural é vantajoso como estratégia para aumentar a arrecadação de impostos, supervalorizando o que seria o urbano (RUA, 2005).

Essa situação é favorecida pelos critérios de delimitação das áreas urbanas que, no Brasil, são político-administrativos, como visto no capítulo anterior, podendo tal delimitação ser feita independentemente do tamanho populacional, densidade, infraestrutura urbana e o modo de vida (RODRIGUES, 2014). Existe, então, uma pressão sobre as áreas rurais para que sejam reclassificadas como urbanas, favorecendo os interesses de alguns poucos. Conseqüentemente, como abordado por Jiang e O'Neill (2018), os efeitos futuros do crescimento urbano motivado pela reclassificação são inconstantes, sendo, portanto, inviável fazer uma projeção, pois dependem de políticas de planejamento urbano e governamentais, baseadas em fatores tecnológicos, socioeconômicos ou de definição do limite urbano.

---

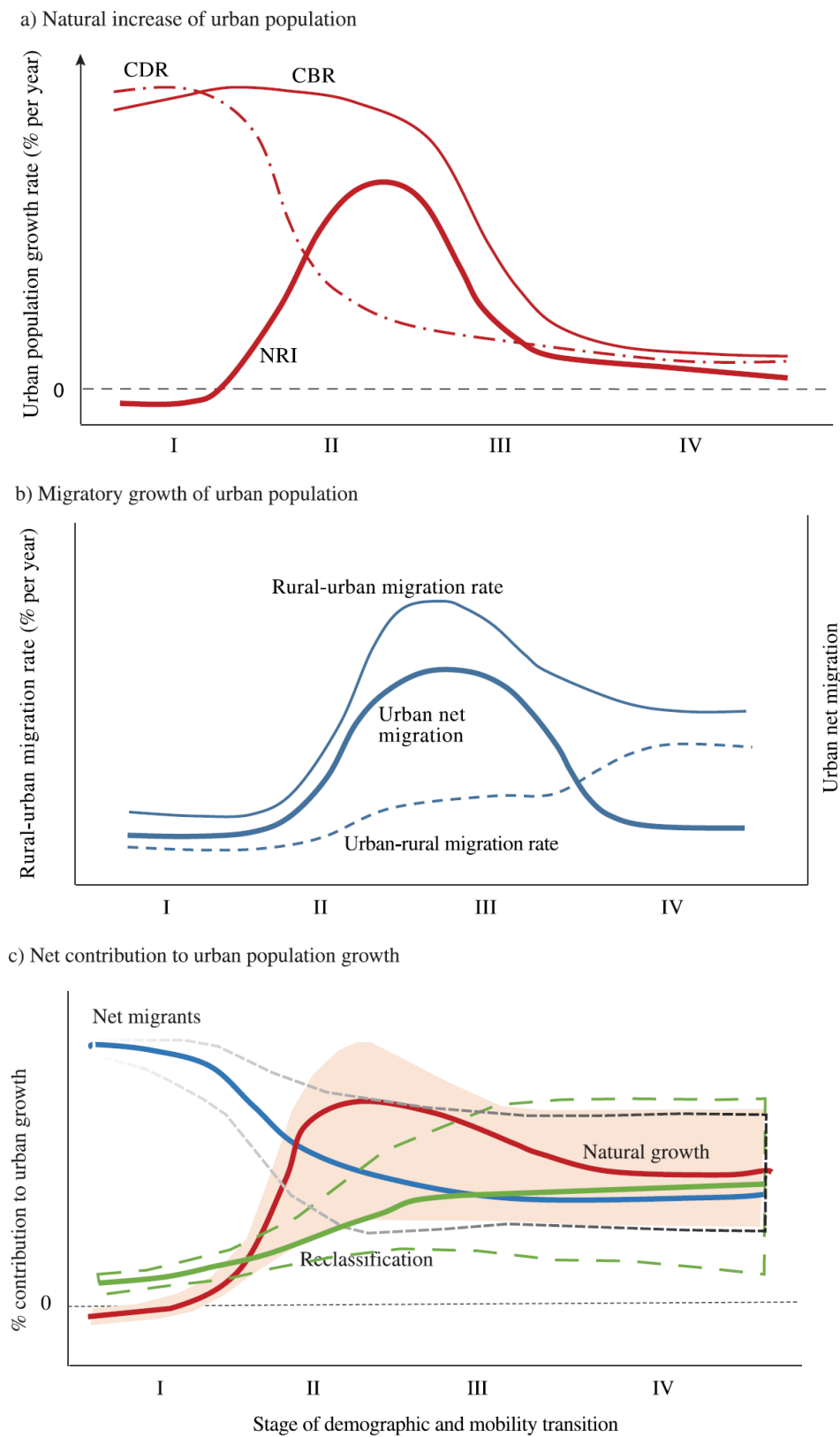
<sup>11</sup> Tradução livre de: “The term administration reclassification is often applied because the decision to reclassify a census unit is an official administrative action taken by the appropriate national agency. It does not reveal anything regarding the nature of census units themselves, which are often simply enumerative as opposed to reflecting governance or administrative function (...) Consequently, little is known on how it affects estimates of urban growth that are commonly derived from census data. Moreover, because reclassification is an inherently spatial process, there is a knowledge gap regarding the impact of reclassification on the spatial growth of urban areas that may limit the ability to appropriately model and/or Project the Evolution of urban populations” (JONES; BALK; LEYK, 2020, p. 1-2).

## **2.4 Possível relação entre os componentes do crescimento urbano e os estágios da transição demográfica e da transição urbana**

Com objetivo de explicar o crescimento da população urbana (e não os estágios da urbanização), Jiang e O'Neill (2018) esquematizaram, com base em outros estudos, uma possível relação entre o papel de cada componente do crescimento urbano e os estágios da transição demográfica (Figura 5). Ou seja, a variação da importância do crescimento vegetativo, da migração e da reclassificação à medida que a transição demográfica avança.

Nos estágios pré-transicionais, a migração rural-urbana, mesmo baixa, é o componente dominante na condução do crescimento urbano, pois, como já citado, o crescimento vegetativo (resultado entre o número de nascimentos menos o de mortes dentro de áreas urbanas) costuma ser negativo devido às altas taxas de mortalidade. A partir da modernização, há aumento na migração e também no crescimento vegetativo da população urbana, que passa a ser positivo pelo declínio da mortalidade e ultrapassa a importância inicial da migração. Nos estágios seguintes, ambos os componentes tendem a diminuir e é quando a reclassificação começa a ser mais relevante. Entretanto, ao longo dos períodos de transição demográfica, não é observado um padrão referente ao papel da reclassificação, o que se deve à falta de dados e de estudos sobre a reclassificação em específico (BOCQUIER; COSTA, 2015).

Figura 5 - Efeitos do crescimento natural, migração e reclassificação no crescimento urbano



Fonte: Jiang e O'Neill, 2018.

Esse cenário não significa, portanto, que a reclassificação não acontecia anteriormente, mas apenas que não era tão significativa para o crescimento urbano. Com o inchaço dos centros urbanos, naturalmente houve expansão do perímetro urbano para acomodar a população. A diferença é que, hoje, a migração rural-urbana e o crescimento vegetativo urbano já não são tão expressivos em muitos contextos e, por isso, ela tende a se destacar para explicar as diminuições de população rural e o aumento de população urbana. Mas não podemos atribuir todo crescimento urbano brasileiro atual à reclassificação. Boa parte desse crescimento é simplesmente por redistribuição populacional e concentração em outras áreas urbanas, em uma migração urbana-urbana, como, por exemplo, em regiões metropolitanas e onde há conurbações.

Onde, portanto, essa reclassificação é mais notória e influencia o crescimento urbano? Ela provavelmente está acontecendo em todos os municípios, o que não quer dizer que é a causa mais importante do crescimento urbano em todos eles. Acredita-se, então, que a reclassificação seja fundamental para explicar a expansão urbana e o crescimento urbano onde a migração urbana-urbana não é tão intensa, nem a rural-urbana, e onde o crescimento vegetativo igualmente não se destaca.

### 3 UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO

Este trabalho é essencialmente quantitativo quanto à abordagem e descritivo quanto aos objetivos. Utilizamos dados secundários, análises demográfica, espacial e de correlação, tendo em vista o objetivo de descrever as características do crescimento urbano, além de verificar a possível correlação entre as variáveis “área urbana reclassificada” e “crescimento populacional urbano”, com foco nos municípios de Minas Gerais. Além disso, realizamos estudos de caso para verificar conjecturas sobre o processo de reclassificação territorial e populacional.

O recorte territorial está vinculado a proximidade existente entre o estado de Minas Gerais e o mundo rural já levantada no capítulo anterior. Há uma sensível diferença entre o grau de urbanização da unidade da federação e do Sudeste<sup>12</sup>. Minas Gerais possui 853 municípios, dos quais apenas cinco são 100% urbanizados<sup>13</sup> e 79,13% são de pequeno porte com até 20 mil habitantes. Como já evidenciado, esses pequenos municípios possuem uma estreita relação com o mundo rural e grandes chances de verem suas áreas rurais reclassificadas, independentemente da causa.

Para aferir a área urbana, vários estudos utilizam técnicas de sensoriamento remoto a partir de imagens satélites, contudo, apresentam limitações como o alto custo para adquirir as imagens, o processamento e a subjetividade de definição do que é urbano (OJIMA, 2007). Já a técnica que manipula a Malha de Setores Censitários disponibilizada pelo IBGE, possui limitações em relação aos critérios para a demarcação das áreas urbanas, mas apresenta vantagens como a facilidade de se obter os dados, o baixo custo para utilizá-los, a cobertura territorial nacional (OJIMA, 2007) e a compatibilidade com os dados populacionais por situação rural e urbana.

Assim, usamos os Censos Demográficos de 2000 e 2010 para as análises, devido à universalidade de cobertura, ao nível de desagregação territorial e à confiabilidade estatística. O recorte temporal deriva da disponibilidade de dados: 2000 e 2010 são as únicas décadas com informações demográficas e espaciais acessíveis. Nos Censos anteriores não há Malha Digital de Setores Censitários disponível para cálculo das áreas urbanas. Além do mais, houve a fundação de 130 municípios

---

<sup>12</sup> O Sudeste se sobressai, com 93% de população urbana em 2010, enquanto Minas Gerais (85%) se aproxima dos dados nacionais (84%).

<sup>13</sup> Belo Horizonte, Confins, Santa Cruz de Minas, São Lourenço e Vespasiano (IBGE, 2010).



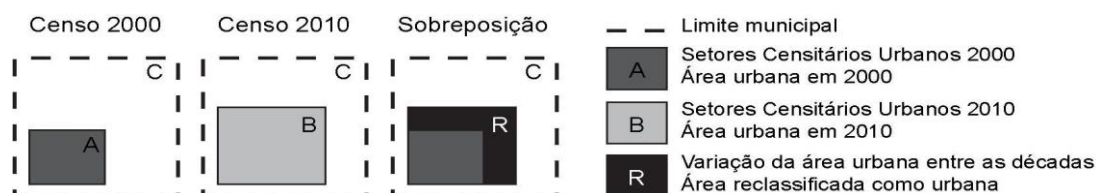
mineiros após o Censo de 1991, o que dificulta compará-los entre 1991 e 2000. Sobre 2020, a ausência do Censo Demográfico inviabilizou a análise desse período.

### 3.2 A mensuração da área urbana e da reclassificação de áreas

A Malha de Setores Censitários do ano 2010 está disponível em um único arquivo *shapefile* (SHP) por Unidade da Federação, inclui setores urbanos e rurais (IBGE, 2010b), segundo os municípios. Já a Malha de Setores Censitários do ano 2000 encontra-se dividida em dois arquivos nomeados “setor\_urbano” e “setor\_rural” (IBGE, 2000b). O primeiro, contém apenas os setores urbanos e, no caso de Minas Gerais, está disponível para 112 municípios, dificultando a análise de todo o território estadual. O segundo arquivo abrange os setores rurais e urbanos, sendo o urbano unificado em uma geometria por cidade e/ou vila<sup>14</sup>. Como nos interessava a área urbana total de cada município, o uso deste segundo arquivo nos foi satisfatório.

Após a conversão para um único sistema de projeção cartográfica e *datum* referencial<sup>15</sup>, calculamos a área de cada geometria de setor censitário. Todos os procedimentos foram realizados aplicando o Sistema de Informação Geográfica (GIS). Exportamos os setores urbanos do ano de 2000 como novo arquivo *shapefile* (SHP) e depois, os de 2010. Através da ferramenta de análises estatísticas, somamos as áreas dos setores urbanos pertencentes a um mesmo município por meio do geocódigo municipal em comum. Além das análises quantitativas e de correlação, construímos mapas que auxiliaram na análise espacial das áreas reclassificadas pela sobreposição das malhas censitárias como exemplificado na Figura 6.

Figura 6 - Diagrama explicativo - sobreposição de setores censitários



Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>14</sup> Os setores censitários urbanos fronteiros estão agrupados, sendo difícil distinguir cada um, mas não se agrupam entre municípios diferentes.

<sup>15</sup> Os arquivos usam o sistema de coordenadas geográficas (Geographic Coordinate System - GCS) e datum Sirgas 2000. Para o cálculo de áreas foi necessário projetá-los para o sistema de coordenadas projetadas (Projected Coordinate System - PCS) utilizando-se o SAD 69 (South American Datum 1969).

### 3.3 Correlação entre variáveis

Como nosso foco era entender o processo de reclassificação de áreas e populações a despeito das pressões demográficas, em outras palavras, sem influência do intenso crescimento populacional produzido por migração ou crescimento vegetativo, valemos de análises descritivas utilizando dados do Censo Demográfico obtidos pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA para pré-selecionar alguns municípios onde a investigação se aprofundaria. Para nossos objetivos, foram necessárias as tabelas 202 e 206 (Quadro 3, Quadro 4).

Quadro 3 - Tabela 202 – População residente, por sexo e situação de domicílio

202 População residente, por sexo e situação de domicílio					
2000			2010		
Unidade Territorial	Sexo	Situação do domicílio	Unidade Territorial	Sexo	Situação do domicílio
Todos os 853 municípios de MG	Total	Total Urbana Rural	Todos os 853 municípios de MG	Total	Total Urbana Rural

Fonte: SIDRA IBGE, 2021. Tabulação própria.

Quadro 4 - Tabela 206 – Domicílios particulares permanentes por situação de domicílio e número de cômodos

206 Domicílios particulares permanentes por situação de domicílio e número de cômodos					
2000			2010		
Unidade Territorial	Número de cômodos	Situação do domicílio	Unidade Territorial	Número de cômodos	Situação do domicílio
Todos os 853 municípios de MG	Total	Total Urbana Rural	Todos os 853 municípios de MG	Total	Total Urbana Rural

Fonte: SIDRA IBGE, 2021. Tabulação própria.

A partir das informações demográficas e de área e por meio do *software* MS Excel, foi possível calcular para cada Censo Demográfico: taxa geométrica de crescimento populacional total, urbana e rural; grau de urbanização; variação do grau de urbanização; variação dos domicílios particulares permanentes totais, urbanos e rurais; variação da área urbana; densidade urbana; e variação da densidade urbana.

Por meio do método estatístico da correlação de Pearson, elaboramos uma matriz de correlação entre as variáveis (Quadro 5) a partir da linguagem de programação R. Verificamos se existe relação especialmente entre as variáveis demográficas e a variação de área urbana (área reclassificada) para Minas Gerais, como um todo, e também por grupo de municípios. O grau de associação linear entre as variáveis e a direção dessa associação são medidos pelo coeficiente de correlação de Pearson ( $-r$ ) e varia de  $-1 \leq r \leq 1$ . Quanto mais próximo de 1, mais forte a correlação; se positivo, as variáveis são diretamente proporcionais, e, se negativo, são inversamente proporcionais. Por outro lado, quanto mais próximo de 0 for o resultado, mais fraca será a correlação<sup>16</sup>.

Quadro 5 - Variáveis correlacionadas

Variável	Código
Taxa geométrica de crescimento populacional total 2000-2010	TCresPopTot
Taxa geométrica de crescimento populacional urbano 2000-2010	TCresPopUrb
Taxa geométrica de crescimento populacional rural 2000-2010	TCresRur
Variação dos domicílios particulares permanentes totais 2000-2010	VarDomTot
Variação dos domicílios particulares permanentes urbanos 2000-2010	VarDomUrb
Variação dos domicílios particulares permanentes rurais 2000-2010	VarDomRur
Variação do grau de urbanização 2000-2010	VarGrauUrb
Variação da densidade urbana 2000-2010	VarDens
Variação da área urbana 2000-2010	VarArea

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>16</sup> Dancey e Reidy (2006) consideram fraco  $r = 0,10$  até  $0,30$ ; moderado  $r = 0,40$  até  $0,60$ ; forte  $r = 0,70$  até  $1$ .

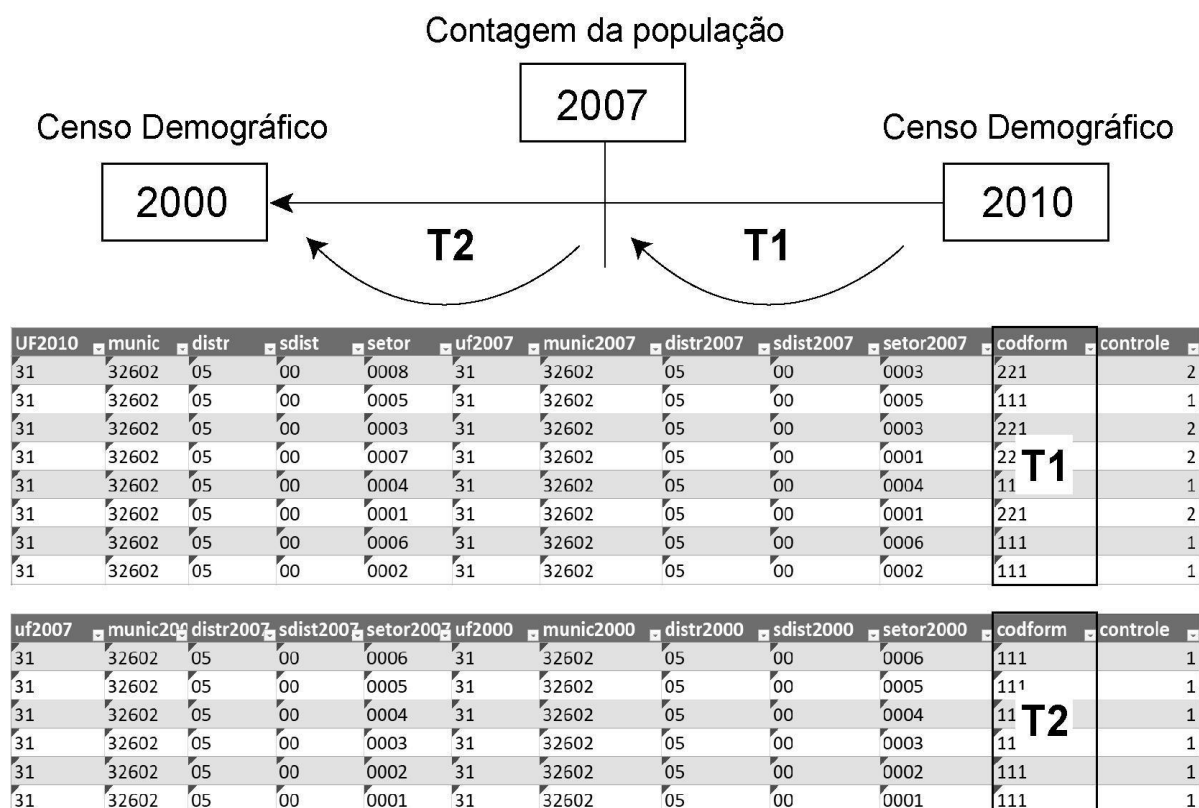
Para as análises, agrupamos os municípios em nove categorias segundo porte populacional. Adotamos essa divisão porque imaginávamos que a reclassificação não ocorreria de modo uniforme no espaço e que seus requisitos se faziam mais presentes em certas localidades. Especulávamos que ela fora mais significativa, ao menos em termos relativos, nos pequenos municípios, dentre uma das razões, por contarem com um arcabouço legal mais permissivo sobre legislação urbana municipal.

### **3.5 Estudo de caso**

Por mais que nos propuséssemos a dissertar sobre o crescimento urbano de cada agrupamento de município por porte populacional, ainda assim gostaríamos de entender o que ocorre na escala intramunicipal. Almejávamos compreender as características daquele setor anteriormente rural e, agora, urbano, em relação aos domicílios e populações, esclarecendo um pouco mais sobre a relação urbano-rural e a reclassificação. Por isso, incorporamos dois estudos de caso considerados representativos dos municípios onde houve reclassificação.

Primeiro, compatibilizamos os setores censitários dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para verificar se um mesmo código representa uma mesma área. Aplicamos a metodologia proposta por Dal'Asta e Amaral (2014), que usa a tabela de comparabilidade de setores do IBGE, dividida em duas etapas (Figura 7), para mapear a trajetória de cada setor. Isso porque compará-los por meio das semelhanças das formas de seus polígonos, um procedimento visual, teria alta probabilidade de erro.

Figura 7 - Diagrama explicativo - trajetória dos setores censitários



Fonte: Adaptada de Dal'Asta e Amaral, 2014.

Identificamos a trajetória dos setores do Censo Demográfico de 2010 (mantiveram-se, subdividiram-se ou agregaram-se) por meio das colunas 'codform'<sup>17</sup> (Quadro 6) e 'controle'<sup>18</sup>, e, então, reconstruímos a malha de 2000. Como na malha de setores rurais de 2000 as áreas urbanas estão fundidas em uma única geometria por município, isso inviabilizou utilizá-la para o estudo de caso. Além disso, a malha de 2000 é imprecisa e, por isso, não se sobrepõe perfeitamente à de 2010 (DAL'ASTA; AMARAL, 2014). Partimos, então, da malha de 2010, que possui cada setor (urbano e rural) isolado, ou seja, dados mais desagregados, e, utilizando a tabela de comparabilidade do IBGE, elaboramos a malha de 2000.

<sup>17</sup> É o código de formação do setor conforme Quadro 8.

<sup>18</sup> Indica o total de setores envolvidos na operação.

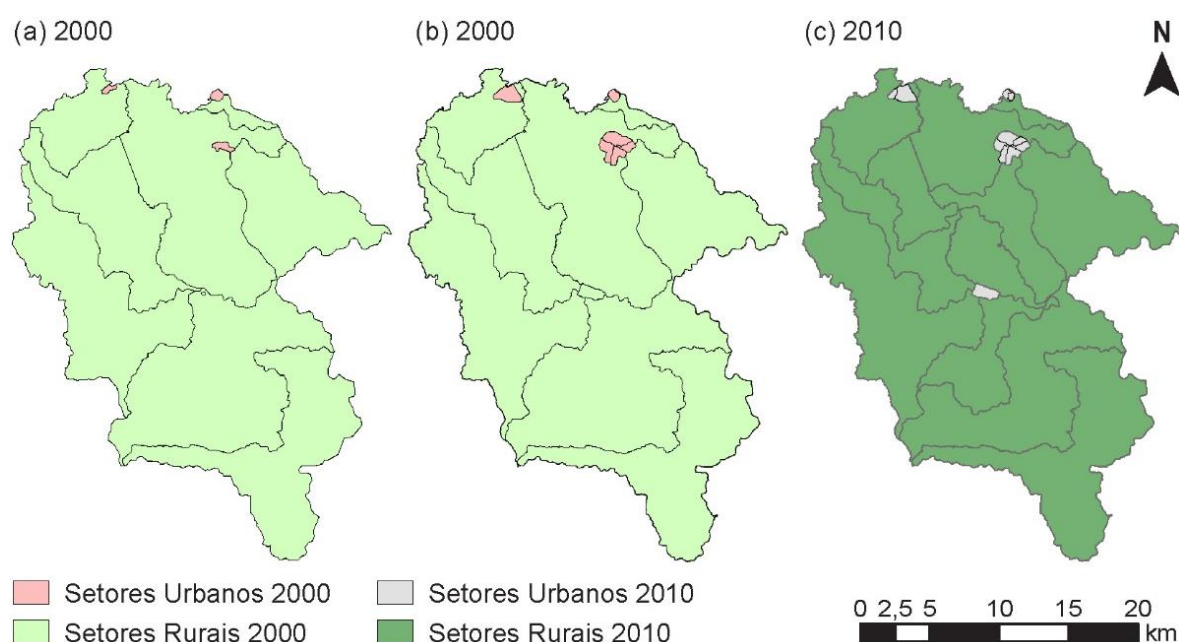
Quadro 6 - Combinações do 'codform' - modificações ocorridas no setor censitário entre a situação atual e a situação anterior

PRIMEIRA POSIÇÃO		SEGUNDA POSIÇÃO		TERCEIRA POSIÇÃO			
				SUBORDINAÇÃO			
COD	composição da área	COD	operação para a formação	COD	de Município	de Distrito de Subdistrito ou Zona	de Situação
1	área do setor constituída pela área do ano anterior	1	manutenção	1	mantida a do ano anterior	mantida a do ano anterior	mantida a do ano anterior
2	área do setor constituída por parte do setor do ano anterior	2	subdivisão por critério quantitativo de unidade de coleta	2	mantida a do ano anterior	mantida a do ano anterior	<b>alterada a do ano anterior</b>
		3	subdivisão por área superior a 500 km <sup>2</sup>	3	mantida a do ano anterior	alterada a do ano anterior	mantida a do ano anterior
		4	subdivisão por limite de área de apuração	4	mantida a do ano anterior	alterada a do ano anterior	<b>alterada a do ano anterior</b>
		5	subdivisão por outro motivo	5	alterada a do ano anterior	alterada a do ano anterior	mantida a do ano anterior
3	área do setor constituída pela junção de setores inteiros do ano anterior	6	agregação por critério quantitativo	6	alterada a do ano anterior	alterada a do ano anterior	<b>alterada a do ano anterior</b>
4	área do setor constituída pela junção de partes de setores do ano anterior	7	agregação por outro motivo				
5	área do setor constituída pela junção de áreas de setores inteiros com partes de setores do ano anterior	9	agregação de setor sem domicílios com setor com domicílios				
6	área do setor parcialmente alagada	8	extinção de parte do setor do ano anterior	0	mantida a do ano anterior	mantida a do ano anterior	mantida a do ano anterior
0	área do setor totalmente alagada	0	extinção de todo o setor do ano anterior				

Fonte: IBGE, 2010c.

Os limites físicos da área urbana de 2000 obtidos dos setores de 2010 (Figura 8 – b) diferem-se dos limites físicos da área urbana do arquivo de setores censitários de 2000 (Figura 8 – a). Para cada situação há uma área distinta. Em alguns casos os valores se aproximam, em outros, não tanto. Conforme as descrições dos limites nos dados agregados, notamos que a malha de 2000 elaborada a partir da regressão de 2010 (Figura 8 – b) se aproxima mais da realidade, sendo mais confiável. Porém, era inviável, neste estudo, convergir os setores censitários para os 853 municípios mineiros por esse procedimento. Assim, nos estudos de caso regredimos a malha de 2010 para gerar a de 2000, e para as análises gerais sobre Minas Gerais, operamos a malha de 2000 disponibilizada pelo IBGE. A magnitude das adaptações e o esforço em concretizá-las foi uma das razões para reduzir a pesquisa a dois estudos de caso.

Figura 8 – Compatibilização dos setores censitários de Antônio Carlos: comparação entre as malhas de 2000 e 2010.



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000b, IBGE, 2010b e IBGE, 2010c.

No caso de Antônio Carlos, toda a área urbana acrescida resultou da criação de uma vila (área urbana sede do distrito), isto é, da reclassificação de um antigo e pequeno setor censitário rural. A área da cidade não se alterou; houve apenas subdivisão de alguns setores já urbanos dessa região, aumentando a quantidade de setores urbanos. Dessa forma, a área urbana de Antônio Carlos, obtida pela malha de

2000, estava subdimensionada. Ao compará-la à malha de 2010, fomos levados a acreditar que a reclassificação foi mais intensa do que de fato ocorreu.

Portanto, consideramos o 'codform' (Quadro 6) como fator decisivo para a seleção dos estudos de caso, e não a variação da área urbana. Localizamos os municípios com mais setores censitários que o terceiro algarismo do 'codform' é 2, 4 ou 6, pois indicam que a situação (urbana ou rural) do setor foi alterada e asseguram que houve reclassificação. Também tentamos isolar a reclassificação por causa administrativa, isto é, sem influência indireta dos outros dois componentes do crescimento urbano, em especial da migração. Para isso, incluímos a baixa variação de população total, para tentar excluir a migração intermunicipal ou o alto crescimento vegetativo; e usamos o tamanho populacional e a localização geográfica como critérios de exclusão. Desconsideramos os municípios de médio e grande porte e aqueles pertencentes à RMBH, pois supúnhamos que a dinâmica econômica e os fluxos migratórios eram mais intensos nestes recortes territoriais.

Além das áreas de cada setor obtidas pela Malha Digital de Setores Censitários de 2010 e por sua regressão para obter a de 2000, utilizamos variáveis do Censo Demográfico extraídas dos Dados Agregados por Setor Censitário (Quadro 7).

Quadro 7 - Variáveis dos Dados Agregados por Setor Censitário

	Domicílios Particulares Permanentes		População Residente	
	Arquivo	Variáveis	Arquivo	Variáveis
<b>2000</b>	Domicilio_UF.xls	Cod_setor	Morador_UF.xls	Cod_setor
		Situacao_setor		Situacao_setor
		V0003		V0237
<b>2010</b>	Domicilio01_UF.xls	Cod_setor	Domicilio02_UF.xls	Cod_setor
		Situacao_setor		Situacao_setor
		V002		V001

Fonte: IBGE, 2000a e IBGE, 2010b. Tabulação própria.

A partir das estratégias operacionais adotadas acima, garantimos a comparabilidade entre as variáveis a fim de avaliar o processo de crescimento da população urbana e, indiretamente, o de expansão urbana dos municípios selecionados, esclarecendo um pouco mais o processo de reclassificação.



## 4 DIMENSÕES DA RECLASSIFICAÇÃO E ÁREAS

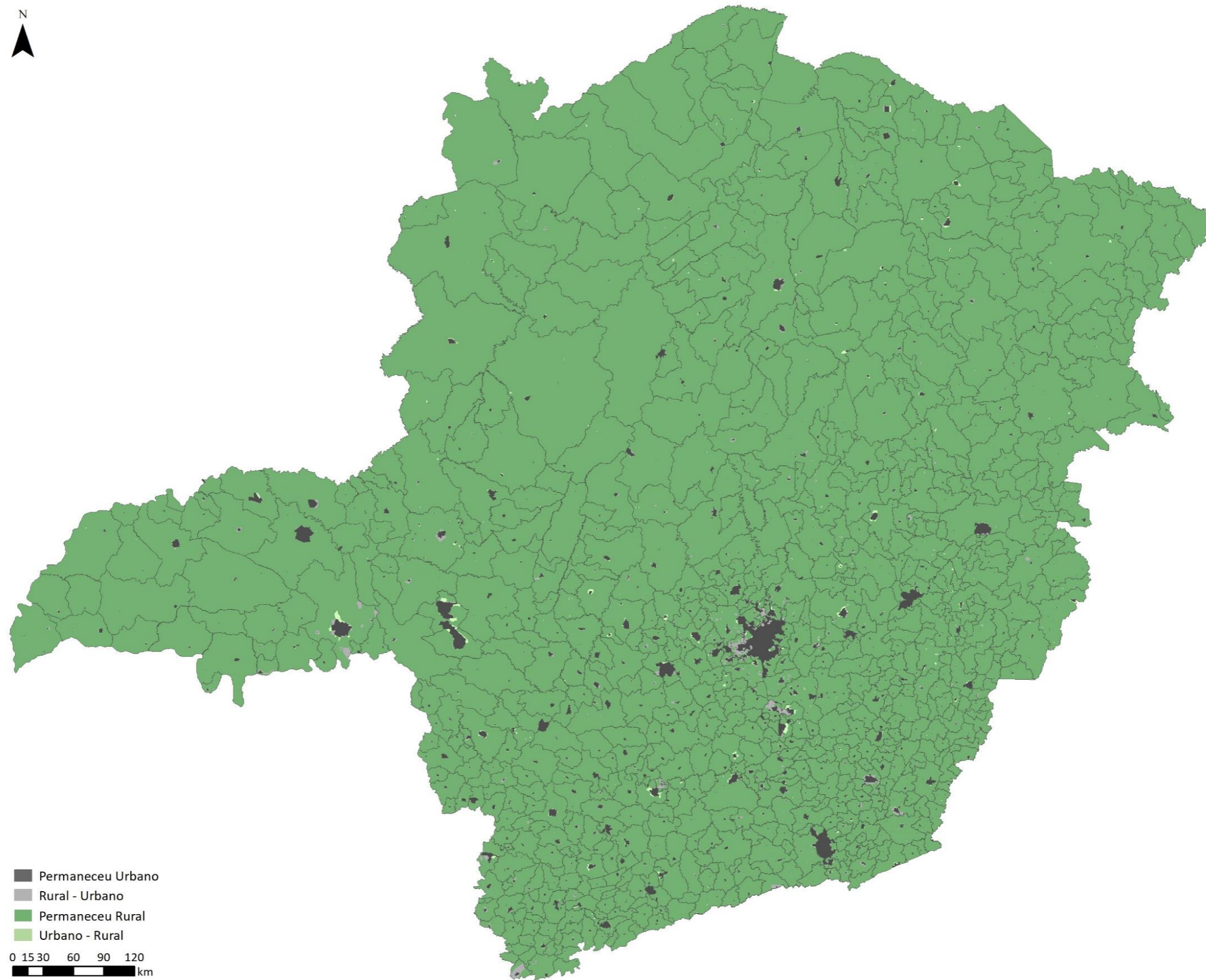
Levando em consideração todos os conceitos apresentados sobre transição demográfica, transição urbana, a diferenciação entre urbanização e crescimento urbano, os fatores que os impulsionam e a acepção de urbano e rural hoje, assim como os métodos utilizados na pesquisa, descrevemos, neste capítulo, algumas análises sobre o crescimento urbano em Minas Gerais durante os últimos dois Censos Demográficos, objetivando sempre versar sobre o principal assunto da dissertação, a reclassificação de áreas e de populações.

### 4.1 Crescimento urbano repensado em Minas Gerais

Ao longo da década 2000-2010, a população urbana mineira seguiu aumentando (1,32% a.a), sendo o principal componente do incipiente incremento da população total (0,91% a.a), posto que a população rural diminuiu (-1,18% a.a). Esse diferencial entre o crescimento urbano e rural contribuiu para o acréscimo no grau de urbanização, que deixou os 81,9% para atingir 85,3% ao final da década. Os dados demonstram onde o crescimento populacional se deu, inequivocamente no meio urbano, o que pressiona os perímetros urbanos em direção às áreas rurais. Provavelmente, esta também é uma das razões para a redução da população no campo, e não exclusivamente a migração rural-urbana.

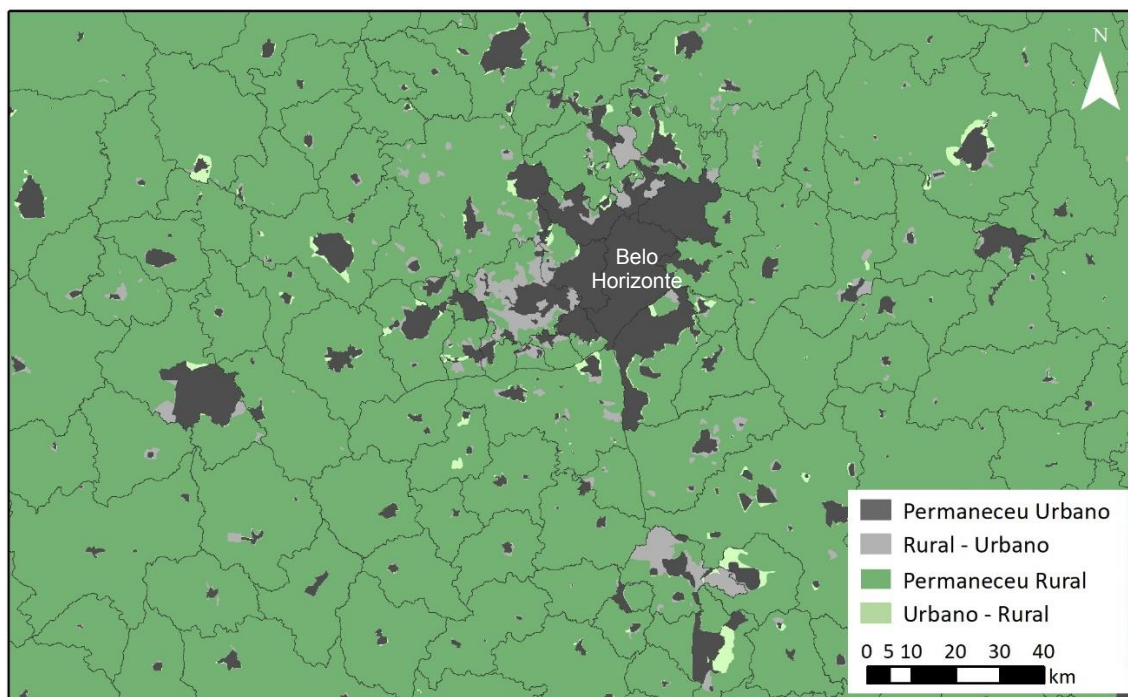
Em conformidade com a situação descrita, paralelamente ao crescimento populacional, ocorreu o crescimento da área urbana, em virtude da reclassificação de áreas rurais em urbanas se sobressair à reclassificação de áreas urbanas em rurais. Na Figura 9 percebemos que as manchas cinza-claras (reclassificação de áreas rurais em urbanas) predominam em relação às verde-claras (reclassificação de áreas urbanas em rurais), principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 10). Neste cenário, a área urbana de Minas Gerais ampliou-se 1.332,86 km<sup>2</sup>, o equivalente a 13% de novas áreas durante a década, atingindo o total de 11,5 mil km<sup>2</sup> (1,96% do território mineiro). Neste universo, determinados municípios que mais que quadruplicaram suas áreas urbanas (Congonhas, 4,7 vezes, e Esmeralda, 6,5 vezes), enquanto outros a reduziram intensamente (Lavras -30,7%).

Figura 9 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Minas Gerais. Fonte: IBGE, 2000b e IBGE, 2010b



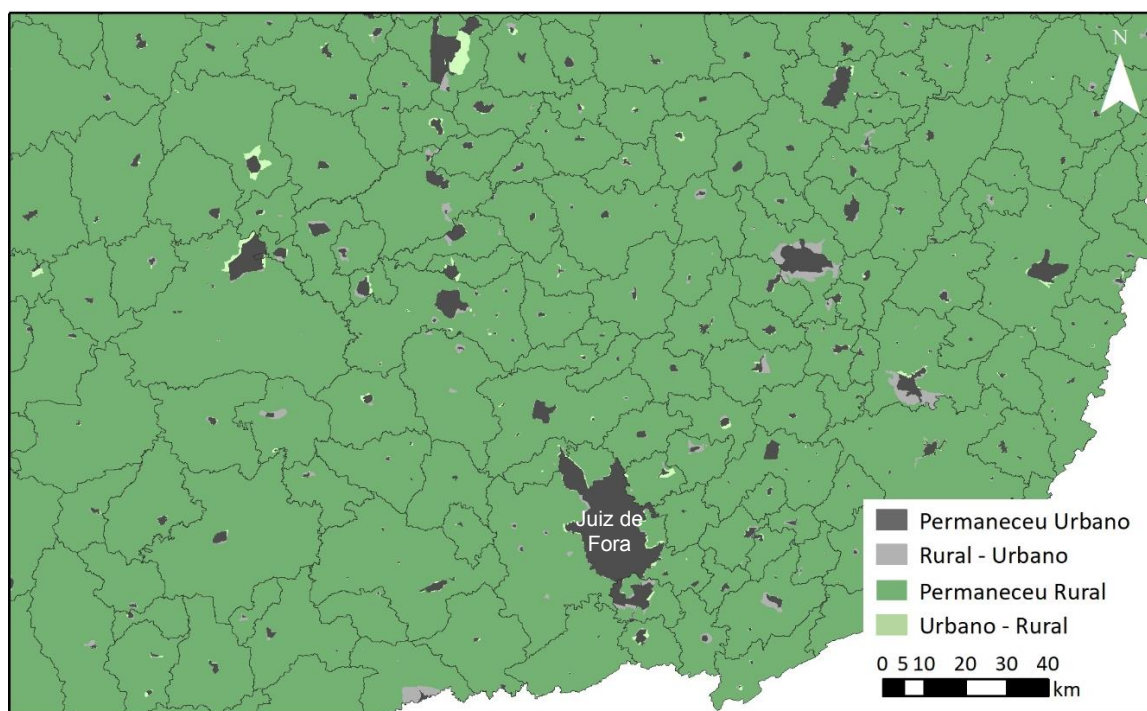
Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000b e IBGE, 2010b.

Figura 10 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000b e IBGE, 2010b.

Figura 11 - Reclassificação de áreas 2000-2010 – Zona da Mata Mineira



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000b e IBGE, 2010b.

Com relação às tipologias de reclassificação de áreas especificadas por Farrell (2017), identificamos em Minas Gerais situações onde há expansão dos limites urbanos de cidades ou vilas, ilustradas pelas manchas cinza-claras contíguas às manchas cinza-escuras (Figura 10, Figura 11), que representam novas áreas urbanas formadas a partir de áreas urbanas já consolidadas em 2000. Também verificamos alguns episódios de criação de novas áreas urbanas onde há manchas cinza-claras isoladas de uma mancha cinza-escura.

A maioria dos setores censitários reclassificados são áreas constituídas por parte do setor do ano anterior, ou seja, setores formados por subdivisão de setor e alteração de sua situação (rural ou urbana). Neste cenário, o mais comum é um setor rural adjacente a um setor urbano se fragmentar: as partes resultantes limítrofes de setores urbanos são reclassificadas, expandido os limites urbanos pelas periferias; e as subdivisões restantes, mais afastadas, se mantêm como rurais.

Outros casos estão relacionados a setores com a mesma área do ano anterior que apenas alteraram a situação. No município de Unaí, por exemplo, um setor rural, que já era menor, foi reclassificado como urbano e passou a representar a sede distrital (vila) do novo distrito que surgiu em 2010. Existe ainda uma terceira situação, que ocorre menos frequentemente, na qual os setores são formados por agregação de áreas, seja por agregação de setores inteiros do ano anterior, por partes de setores ou por setores inteiros com partes de setores.

Nesse sentido, especulamos que uma pré-etapa da reclassificação de áreas rurais em urbanas é o aumento do número de domicílios (e em alguns casos residentes também) rurais através da criação de chácaras de recreio, núcleos urbanos isolados, loteamentos clandestinos e condomínios fechados na zona rural conforme ilustrado por Hespanhol (2013), Limonad e Monte-Mór (2012) e Wanderley (2000). Estes recortes e suas populações serão posteriormente incluídos à área urbana através de um novo perímetro urbano.

Em ambos os casos não é possível afirmar, apenas com esses dados disponíveis, qual a ordem dos fenômenos: a) a reclassificação da área de rural em urbana abrindo novas frentes de expansão e ocupação populacional, ou b) o aumento da população rural e da densidade dessa mesma área validando a reclassificação da zona. Imaginamos que ambos os processos ocorrem dentro do universo de 853 municípios mineiros.

Destacamos que, na maior parte dos municípios, a reclassificação de áreas rurais em urbanas foi presente hegemonicamente. Dentre eles, 80,2% diminuíram a população rural e 62,3% aumentaram o número de domicílios rurais (Tabela 3). De acordo com o senso comum, espera-se que o acréscimo de domicílios seja acompanhado pelo igual acréscimo de população, mas essa não é a realidade de muitos municípios mineiros, visto que 268 deles (31,4% do total e 69,8% dos que aumentaram a área urbana e os domicílios rurais) perderam população rural. Esses dados parecem dialogar com a 2TD, pois podem ser explicados pelas alterações nos arranjos domiciliares e no número médio de moradores por domicílio, além da emergência de outros padrões de ocupação nas áreas rurais já citados, como de segunda residência e chacreamento.

Tabela 3 - Crescimento da população e do número de domicílios nos municípios mineiros

	<b>616 (72,2%) municípios aumentaram área urbana</b>		<b>236 (27,7%) municípios diminuíram área urbana</b>	
	Domicílios rurais	População rural	Domicílios rurais	População rural
Aumentou	384 (62,3%)	117 (18,9%)	168 (71,2%)	51 (21,6%)
Diminuiu	225 (36,5%)	494 (80,2%)	67 (28,4%)	185 (78,4%)
Manteve	7 (1,1%)	5 (0,08%)	1 (0,4%)	0

\* Um município (União de Minas) manteve a área urbana de 2000 a 2010.

Fonte: SIDRA IBGE, 2000 e SIDRA IBGE, 2010. Tabulação própria.

Segundo Silva e Monte-Mór (2010), procede uma nova dinâmica demográfica que vem se moldando gradativamente durante as últimas décadas. O número médio de pessoas por domicílio em 2010 é menor que dos demais Censos Demográficos, enquanto que o número de idosos morando sozinhos aumentou, assim como o de famílias unipessoais em geral. Desse modo, realmente há um descompasso entre o crescimento do número de domicílios e o de pessoas, já que a população está envelhecendo e constituindo novas famílias em novos domicílios; assim, tendem a aumentar mais rapidamente que a população.

A densidade demográfica também contribui para a compreensão do processo de fragmentação dos setores rurais e suas reclassificações ao vislumbrarmos, embora

indiretamente, onde a população se concentra. Como a intensidade com que a população urbana e a área urbana aumentaram diverge, a razão entre elas, que representa a densidade demográfica, se alterou. Em 2000 eram 1.438 hab/km<sup>2</sup> e em 2010 passou a 1.450 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, houve uma variação de 12 hab/km<sup>2</sup> na área urbana do estado como um todo, mas grande parte (50,7%) dos municípios, na verdade, diminuíram a densidade demográfica urbana.

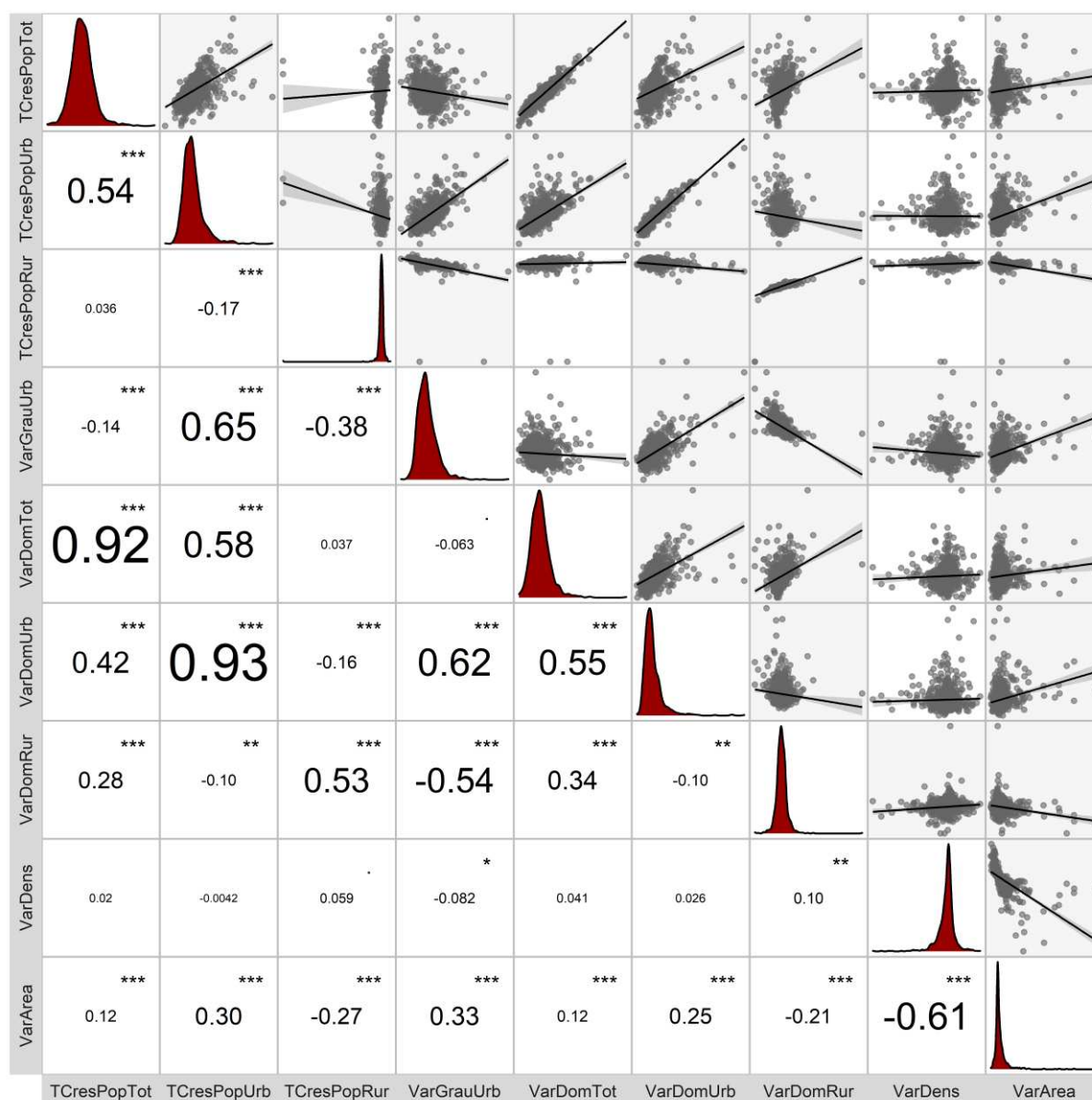
Percebemos, então, que o processo de concentração populacional nas áreas urbanas ainda é predominante, mesmo com as novas ondas de migração para o campo, citadas por Wanderley (2000). É preciso lembrar que o grau de urbanização médio aumentou. Assim, dada a tendência geral brasileira e, inclusive, mineira, de crescimento do número de residentes nas áreas urbanas, parece que a migração urbana destinada às áreas rurais não é tão significativa, muito menos a reclassificação de áreas urbanas em rurais, como já comprovado.

#### *4.1.1 As correlações - o papel da reclassificação nos municípios mineiros*

Hipoteticamente, o ideal é que houvesse uma forte correlação entre crescimento demográfico e crescimento da área urbana. Afinal, neste caso, o crescimento territorial das cidades estaria associado, além de outros fatores, a uma demanda demográfica e, logo, haveria motivos para investimentos públicos em infraestrutura urbana, posto que supostamente haveria pouca ociosidade ou vacância fundiária. Entretanto, ao correlacionar essas duas variáveis, em que a segunda se refere a reclassificação de áreas rurais em urbanas em Minas Gerais, e as demais variáveis entre si, os resultados encontrados nos revelam outra realidade (Figura 12).

A variação de área urbana tem uma correlação com a taxa geométrica de crescimento populacional urbano ( $r = 0,30$ ) e com a taxa de geométrica de crescimento populacional rural ( $r = -0,27$ ), que se encontra no limiar entre fraca e moderada. Essa correlação é ainda menor com o crescimento populacional total ( $r = 0,12$ ). Isso significa que valores pequenos ou grandes de taxa de crescimento populacional estão associados tanto a valores pequenos quanto a valores grandes de variação de área urbana. Dessa forma, ampliação da área urbana não necessariamente é acompanhada de aumento populacional e vice-versa.

Figura 12 – Matriz de correlação entre as variáveis: distribuição dos dados para cada variável; coeficientes de correlação de Pearson; gráficos de dispersão



Legenda: Quadro 5

\* $p < 0.1$ ; \*\* $p < 0.05$ ; \*\*\* $p < 0.01$

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000b; IBGE, 2010b; SIDRA IBGE, 2021.

O interessante é que, apesar do crescimento urbano ser diretamente proporcional ao crescimento da área urbana e o rural ser inversamente proporcional, ambos os coeficientes giram em torno dos 0,30. Isso significa que, à medida que a população se concentra ou aumenta nas áreas urbanas, ela diminui nas áreas rurais e também aumenta a probabilidade de crescimento da área urbana. Portanto, esses

dados explicitam as pressões que o território sofre para a expansão urbana, a qual é viabilizada através da reclassificação.

Em geral, as populações poderiam crescer sem que este aumento fosse acompanhado pela criação de novas áreas urbanas (Quadro 8). Com baixa correlação entre crescimento demográfico e reclassificação de áreas, os cenários A e D não são tendências gerais. Entretanto, é possível especular que os demais (B e C), sim.

Quadro 8 - Possibilidades de correlação entre regimes de crescimento demográfico e expansão urbana

		Crescimento Demográfico (CD)	
		Alto	Baixo
Reclassificação de áreas rurais como urbanas (RA)	Alta	Alto CD / Alta RA (cenário A)	Baixo CD / Alta RA (cenário B)
	Baixa	Alto CD / Baixa RA (cenário C)	Baixo CD / Baixa RA (cenário D)

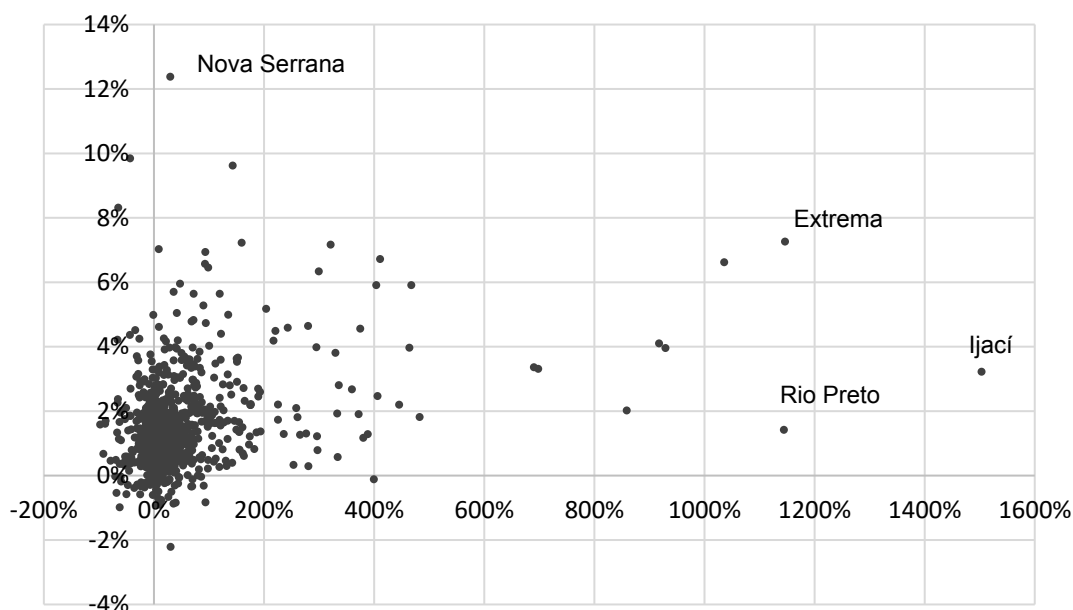
Fonte: Elaborado e tabulado pela autora.

Como já apresentado no Capítulo 1 (Gráfico 2), as taxas geométricas de crescimento populacional mineiras na década 2000-2010 são inferiores às nacionais e às apresentadas pelo Sudeste. Parece, então, pouco razoável que o cenário C seja a tônica do padrão de crescimento das cidades mineiras, embora há casos, como por exemplo Nova Serrana (Gráfico 6). Mesmo retirando os valores extremos, os nove municípios<sup>19</sup> com variação de área urbana acima de 600%, a correlação entre taxa crescimento da população urbana e variação da área urbana se mantém fraca, e até mesmo diminui para  $r = 0,28$ .

<sup>19</sup> Rosário de Limeira, Senador Cortes, São Sebastião da Bela Vista, Caiana, Nova Belém, Confins, Rio Preto, Extrema, Ijaci.



Gráfico 6 - Dispersão – variação da área urbana e crescimento populacional urbano



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE, 2000b; IBGE, 2010b; SIDRA IBGE, 2021.

Outro indício pode surgir da correlação entre variação da área urbana e de domicílios particulares permanentes, mas também é fraca  $(0,12)^{20}$ . Esse cenário sugere que a expansão da área urbana não está associada ao aumento de domicílios particulares permanentes. Pode ser o caso de cidades entrópicas, de maior densidade construtiva (verticalizadas, elevadas taxas de ocupação e baixas proporções de vazios urbanos), ou de cidades retalhadas por vazios urbanos. Este segundo quadro se encaixa melhor no caso de Minas Gerais.

Por outro lado, a correlação entre taxa geométrica de crescimento populacional urbano e variação de domicílios urbanos é forte  $(r = 0,93)$ , assim como a correlação entre taxa geométrica de crescimento populacional rural e variação de domicílios rurais  $(r = 0,82)$  ao eliminamos da amostra os cinco municípios totalmente urbanos em 2010<sup>21</sup>. O resultado era esperado, assim, a forte correlação entre crescimento populacional urbano e domicílios particulares urbanos deve ser analisada à luz da fraca-moderada correlação entre crescimento populacional urbano e aumento de áreas também urbanas.

<sup>20</sup> Assim como a correlação entre reclassificação de áreas e variação de domicílios rurais  $(r = -0,21)$  e entre reclassificação de áreas e variação de domicílios urbanos  $(r = -0,25)$ .

<sup>21</sup> Correlacionando todos os municípios o grau de correlação cai para  $r = 0,53$ .

Já a moderada correlação existente entre variação da área urbana e variação de densidade populacional urbana ( $r = -0,61$ ) é inversamente proporcional porque, à medida que a área urbana aumenta sem um crescimento populacional equivalente, o número de habitantes por  $\text{km}^2$  diminui, assim como a correlação com a densidade habitacional urbana ( $r = -0,63$ ). Estes dados são valiosos, pois sugerem qual o padrão de ocupação dessas novas fronteiras urbanas.

A variação de área não tem qualquer correlação com o porte populacional do município ( $r = -0,04$ ), mas, mesmo que com menor intensidade, pode estar associada à variação do grau de urbanização ( $r = 0,33$ ). Dito isto, a reclassificação de áreas rurais em urbanas em Minas Gerais pode até mesmo contribuir para o aumento do grau de urbanização em alguns municípios, em uma relação causal, ao incorporar antigos residentes rurais à população urbana.

Após a análise das correlações entre as variáveis, fica nítido que a reclassificação de áreas rurais em urbanas nos municípios mineiros nem sempre se vincula ao crescimento da população ou do número de domicílios. Entretanto, a reclassificação está negativamente associada à densidade. A combinação destas constatações nos sugere que muitas vezes a reclassificação se sucede sem demanda de aumento da área urbana. Cria-se, por conseguinte, maior proporção de terrenos ociosos, processos especulativos e de valorização imobiliária, além de menores densidades populacionais, contribuindo para formação de cidades espraiadas, que se configura uma urbanização mais dispersa (OJIMA, 2008).

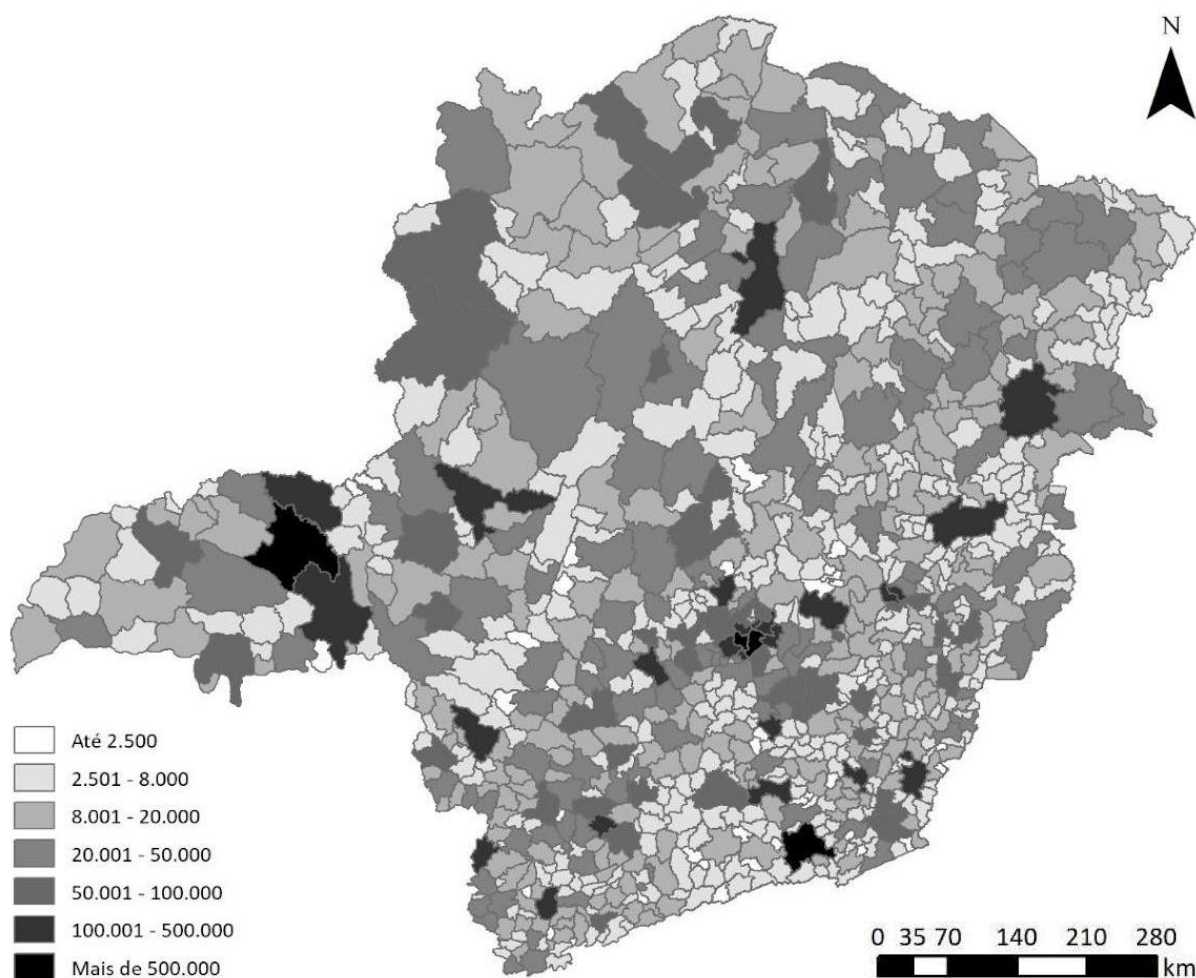
Um dos motivos que propicia a conjuntura descrita é a falta de critérios específicos e claros para se definir uma área como urbana – questão já abordada no Capítulo 1. Como a determinação é estritamente político-administrativa, pode sujeitar-se a interesses políticos e econômicos de elites locais. Além disso, também é de interesse da administração municipal, uma vez que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), repassado ao município, incide apenas em áreas urbanas. Como na maioria dos municípios mineiros não é obrigatório o plano diretor, essa reclassificação pode acontecer sem muitos critérios, tornando-se subjetiva.

Dessa forma, partimos para uma análise específica por porte de município, para verificar como a reclassificação de áreas e populações atua nos diferentes cenários.

#### 4.1.2 As especificidades por porte demográfico de município

Ao retratar Minas Gerais de forma abrangente, perdem-se algumas particularidades territoriais. Por isso, optamos por descrever o padrão de crescimento urbano e verificar o papel da reclassificação dos municípios a partir dos grupos separados por porte demográfico (Tabela 4), como sugerido pelo IBGE em alguns de seus estudos. Esperávamos, assim, esclarecer em que tipo de município (pequenos, médios e grandes) esses processos são mais intensos. Esses grupos possuem representantes em diferentes partes do estado (Figura 13), logo, são representativos para toda Unidade da Federação.

Figura 13 - Distribuição dos municípios por classes de população total, 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIDRA IBGE, 2010.

Tabela 4 - Crescimento populacional, grau de urbanização, variação de domicílios, variação de área e de densidade urbana por porte municipal

MUNICÍPIOS	Taxa Geométrica cresc. pop. total (%)	Taxa Geométrica cresc. pop. urbana (%)	Taxa Geométrica cresc. pop. rural (%)	Grau de Urbanização 2000	Grau de Urbanização 2010	Variação Grau de Urbanização	Variação de domicílios Total 2000-2010	Variação de domicílios Urbano 2000-2010	Variação de domicílios Rural 2000-2010
<b>Até 2.500</b>	-0,14	1,14	-2,04	56,1%	63,8%	7,7%	16,7%	30,4%	-2,3%
<b>2.501 a 8.000</b>	0,21	1,47	-1,50	54,2%	61,4%	7,2%	21,2%	33,9%	4,5%
<b>8.001 a 20.000</b>	0,50	1,38	-1,13	62,4%	68,1%	5,7%	22,9%	31,2%	7,2%
<b>20.001 a 50.000</b>	0,87	1,42	-1,02	75,5%	79,7%	4,2%	26,5%	31,7%	8,5%
<b>50.001 a 100.000</b>	1,20	1,48	-1,08	88,0%	90,4%	2,5%	29,5%	32,2%	8,1%
<b>100.001 a 500.000</b>	1,38	1,49	-1,12	95,3%	96,4%	1,0%	31,6%	32,9%	4,9%
<b>500.001 a 1.000.000</b>	1,43	1,42	1,76	98,6%	98,6%	0,0%	31,2%	31,2%	34,4%
<b>Mais de 1.000.000</b>	0,59	0,59	-	100,0%	100,0%	0,0%	21,3%	21,3%	-

MUNICÍPIOS	Área Urbana 2000	Área Urbana 2010	Variação de área 2000-2010	Densidade Urbana 2000 hab/km <sup>2</sup>	Densidade Urbana 2010 hab/km <sup>2</sup>	Variação de densidade hab/km <sup>2</sup>
<b>Até 2.500</b>	49,28	58,86	19,4%	832,32	780,81	-51,51
<b>2.501 a 8.000</b>	1202,85	1445,68	20,2%	862,55	830,33	-32,22
<b>8.001 a 20.000</b>	1551,10	1714,03	10,5%	1194,09	1238,92	44,83
<b>20.001 a 50.000</b>	1970,34	2408,81	22,3%	1159,68	1092,54	-67,13
<b>50.001 a 100.000</b>	2110,68	2166,14	2,6%	977,30	1103,12	125,82
<b>100.001 a 500.000</b>	2213,40	2614,24	18,1%	1656,30	1625,57	-30,73
<b>500.001 a 1.000.000</b>	762,40	784,60	2,9%	1935,30	2165,50	230,20
<b>Mais de 1.000.000</b>	331,35	331,35	0,0%	6755,80	7168,10	412,30

Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2000b; IBGE, 2010b; SIDRA IBGE, 2021. Tabulação própria.

### ***Metrópole – mais de 1 milhão de habitantes***

Grupo formado apenas pela capital mineira, Belo Horizonte, e, como apresenta comportamento único, optamos por separá-la dos municípios de grande porte<sup>22</sup> para evitar distorções nas estimativas. Belo Horizonte já não cresce com tanto vigor. Suas taxas de crescimento populacional estão bem abaixo dos municípios de grande e médio porte, além de seu território ser classificado como 100% urbano, o que explica o maior incremento na densidade urbana. Acreditamos, então, que parte do crescimento urbano dos municípios vizinhos, pertencentes à região metropolitana, decorra da exaustão de novas frentes fundiárias na capital.

### ***Municípios de grande e médio porte – mais de 500 mil a 1 milhão de habitantes e mais de 100 mil a 500 mil habitantes***

Como mencionado, enquadram-se na categoria de grande porte três municípios e na de médio porte, vinte e cinco. Neste segundo grupo, 24% dos municípios pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Um deles, Vespasiano, foi considerado integralmente urbano em 2010.

Esses grupos dispõem das maiores taxas de crescimento populacional total e urbano e variações de domicílios totais e urbanos, mas se diferem pelo comportamento demográfico rural. Enquanto nos municípios de médio porte a população rural diminui, assim como em todos os demais grupos, nos municípios de grande porte a população rural aumenta, com a mais expressiva taxa de crescimento de 1,76%. Consequentemente, conta com o maior incremento de domicílios rurais<sup>23</sup>. O desenvolvimento atual destas áreas rurais, o crescimento da população rural e de domicílios rurais podem estar associados com a utilização urbana desses espaços – talvez como desdobramentos de outras funções ou outros usos que mantêm estreita relação com as cidades (SANTOS, 2020; WANDERLEY, 2000; HESPANHOL, 2013).

Além disso, são grupos nitidamente mais avançados na urbanização de suas populações. Com exceção de Teófilo Otoni (81,7%), todos os demais municípios contam com valores acima de 90% de grau de urbanização. Por já se aproximarem

---

<sup>22</sup> Categoria composta por três municípios: Juiz de Fora, Contagem e Uberlândia.

<sup>23</sup> Contagem teve diminuição de 50% dos domicílios rurais, mas Juiz de Fora e Uberlândia tiveram um aumento de 75% e 50% dos domicílios rurais, respectivamente.

do total 100%, possuem as menores variações entre 2000 e 2010. Apesar do crescimento da população e dos domicílios rurais nos municípios de grande porte, não há diminuição do grau de urbanização. Isso acontece porque, além da população urbana continuar crescendo, o crescimento rural é pequeno em valores absolutos, e, do ponto de vista relativo, ainda menor, pois as áreas rurais já foram esvaziadas e boa parte da população se concentra no espaço urbano.

A reclassificação de áreas rurais em urbanas se sobressai em comparação à situação inversa, tal como nos grupos subsequentes. Mas as médias de reclassificação dos municípios de médio porte são maiores, e a variação da densidade demográfica é negativa, ao contrário dos grandes municípios onde a densidade aumentou. Esse cenário dos médios municípios indica uma variação da área urbana em dissonância à variação demográfica. Ainda sobre esse grupo, 36% dos municípios diminuíram os domicílios rurais, e, destes, em apenas um não houve incremento de área urbana. Esses dados nos sugerem que a diminuição de domicílios rurais foi o resultado da reclassificação de áreas rurais em urbanas. Os municípios que mais aumentaram a área urbana por meio da reclassificação são também os que mais diminuíram a densidade populacional urbana.

Em Ubá, por exemplo, a área urbana aumentou 83% e a população rural, que já era pequena, caiu para menos da metade (8.378 habitantes para 3.883). Excluindo Vespasiano, que se tornou 100% urbano no período, dentro dos municípios de médio e grande porte, Ubá foi aquele com maior taxa de crescimento populacional urbano, segunda menor taxa de crescimento populacional rural, o quinto em taxa de crescimento total, além de obter o maior acréscimo no grau de urbanização, de 6%. Esse panorama indica que seu crescimento populacional urbano manifestado entre 2000 e 2010 tem forte correlação com a reclassificação de áreas e populações<sup>24</sup>. Já Pouso Alegre possui taxa de crescimento populacional total maior que Ubá, mas menor crescimento urbano e maior crescimento rural, tendo mantido grau de urbanização e ampliado em apenas 9% seu território urbano.

Logo, ambos os grupos parecem ter uma dinâmica demográfica parecida, diferenciada pela reclassificação: os de grande porte se destacam por pouca variação da área urbana, gerando expressivo aumento populacional e domiciliar rurais e aumento da densidade urbana. Já os de porte médio, onde a reclassificação é mais

---

<sup>24</sup> O que não exclui a migração como contribuinte.

significativa, há taxas negativas de crescimento populacional rural, baixo incremento domiciliar rural e a diminuição da densidade urbana.

Essas informações, juntamente da análise anterior sobre Belo Horizonte, nos alertam para certa diminuição da intensidade de crescimento da metrópole em relação aos municípios de grande e médio porte. Também nos sugerem movimentos de fuga do centro urbano em busca de qualidade de vida em meio à natureza, decorridos das novas relações urbano-rural e, assim, dos “novos modos de habitar” (SANTOS, 2020; WANDERLEY, 2000; LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012). Em algumas situações, essas novas ocupações são acompanhadas pela reclassificação de áreas, em outras, não.

### ***Municípios de pequeno porte – mais de 50 mil a 100 mil habitantes:***

Deste porte em diante, os municípios apresentam comportamento demográfico mais diversificado dentro de um mesmo grupo. Por exemplo, todos os 37 municípios pertencentes ao grupo tiveram crescimento populacional total e urbano positivos, compondo os grupos de maior crescimento populacional urbano. Por outro lado, o grau de urbanização, em 2010, varia de 60% a quase 100% entre os municípios integrantes, indicando que se encontram em diferentes etapas da urbanização. Em geral, o grau de urbanização varia pouco ao longo do período, apesar de São Francisco e Esmeraldas terem um acréscimo de mais de 10%.

A variação de área urbana também é múltipla – 40% dos municípios perderam área urbana, enquanto Cataguases mais que a duplicou. Consequentemente, há diferentes comportamentos de densidade populacional urbana – em Nova Serrana houve um incremento de 1.345 hab/km<sup>2</sup>, enquanto Cataguases, uma queda de 1.013 hab/km. Esses diferentes padrões de expansão urbana contribuíram para a média de variação da área urbana do grupo ser pequena, e a média da densidade aumentar, embora se mantenha abaixo das densidades dos grupos de maior população.

Aqui se destaca um fator já mencionado na análise geral de Minas Gerais que é a relação entre população rural e domicílios rurais. A minoria dos municípios (24%) teve crescimento populacional rural positivo, mas a maioria (73%) teve aumento de domicílios rurais. A variação de domicílios parece não acompanhar a variação populacional, entretanto, a correlação entre taxa de crescimento populacional rural e variação de domicílios rurais é muito forte, de 0,93.

### ***Municípios de pequeno porte – mais de 20 mil a 50 mil habitantes***

A partir deste porte populacional, os municípios diminuem consideravelmente a intensidade do crescimento populacional total. O crescimento urbano ainda é notável, em apenas 4,5% dos integrantes a população urbana decresce; já o crescimento rural do grupo é negativo, em 80% dos municípios a população rural diminui. Dessa forma, a média do grau de urbanização aumenta. Enquanto há um município 100% urbanizado, São Lourenço, desde 2000, há seis que, em 2010, ainda não realizaram a transição urbana. É o grupo com maior incremento de área urbana e maior diminuição da densidade demográfica.

Embora a área urbana diminuísse em alguns municípios, a expressividade da expansão urbana chama atenção, assim como no grupo de municípios de médio porte. Em termos percentuais, os valores dos dois grupos podem ser similares, mas isto não necessariamente é verdade para os valores absolutos de área urbana acrescida, pois as áreas urbanas iniciais em cada município são distintas em virtude do porte populacional. Em 11,6% destes municípios de pequeno porte, a área aumentou mais de 100%, ou seja, mais que dobrou. Logo, são municípios com intensa expansão urbana em que a dinâmica demográfica tem grande potencial de ter sido influenciada pela reclassificação de áreas rurais em urbanas.

### ***Municípios de pequeno porte – até 20 mil habitantes***

Neste tópico mantivemos os municípios separados em três grupos como o IBGE adota em algumas análises, pois há especificidades importantes entre eles que seriam perdidas ao agrupá-los. Os grupos *mais de 8 mil a 20 mil habitantes* e *mais de 2.500 a 8 mil habitantes* possuem comportamento parecido ao do grupo anterior (*mais de 20 mil a 50 mil habitantes*), mas com médias menores. Entretanto, o primeiro se destaca pelo aumento da área urbana com aumento da densidade demográfica, enquanto que a densidade diminuiu no segundo grupo e no *até 2.500 habitantes*.

Os grupos *até 2.500 habitantes* e *mais de 2.500 a 8 mil habitantes* apresentam as maiores variações no grau de urbanização. Em parte, por seus baixos valores de partida: possuem as menores médias de grau de urbanização<sup>25</sup> e muitos municípios

---

<sup>25</sup> O grau de urbanização de Frei Lagonegro, por exemplo, é de 18,6%.



ainda não realizaram a transição urbana<sup>26</sup>; e pela elevada perda de população rural, que é ainda mais intensa no primeiro grupo. Logo, referem-se a municípios com população rural mais expressiva, muito, devido ao pequeno porte demográfico como exposto por diversos autores (WANDERLEY, 2001; CORRÊA, 2011).

Como estas análises são baseadas na média das variáveis, há municípios com 20% de grau de urbanização, enquanto outros, os territórios são considerados 100% urbanos<sup>27</sup>; bem como há municípios que perderam mais de 90% do território urbano em contraste com alguns que o expandiram mais de 400%.

Ainda sobre as singularidades, o grupo *até 2.500 habitantes* é o único com diminuição de domicílios rurais, forte indício de reclassificação de áreas rurais em urbanas. Além disso, apesar do predominante crescimento populacional urbano, a maioria deles (67,5% dos municípios) perdeu população total, indicando um papel importante da migração intermunicipal para a dinâmica demográfica. Isso não significa que nos demais grupos a imigração estivesse ausente, apenas que neste grupo ela foi mais perceptível a partir dos dados analisados, e pode ter acontecido de forma direta ou indireta pela perda do potencial reprodutivo da população migrante.

---

<sup>26</sup> No grupo *até 2.500 habitantes*, 10% dos municípios não realizaram a transição urbana em 2010 e, no *mais de 2.500 a 8 mil habitantes*, esse valor chega a quase 30% dos municípios.

<sup>27</sup> No grupo mais de 2.500 a 8 mil habitantes, Confins (localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte) e Santa Cruz de Minas (fronteiriço com São João Del Rey).

Quadro 9 – Síntese do crescimento populacional, grau de urbanização, variação de domicílios, variação de área e de densidade urbana, por porte municipal

Porte municípios (hab.)	Crescimento populacional	Variação de domicílios	Grau de urbanização	Área urbana	Densidade populacional urbana
<b>Até 2.500</b> (37 municípios)	Apenas a população urbana cresce. Maiores perdas de população rural e único com crescimento total negativo. Maioria perdeu população total, apontando indícios da migração intermunicipal.	Único grupo com diminuição de domicílios rurais e menor aumento de domicílios totais (16,7%).	Maior variação devido aos seus baixos valores de partida e à elevada perda de população rural.	Significativa expansão.	Diminuição da densidade. Assim como em outros grupos, indica uma variação da área urbana em dissonância à variação demográfica.
<b>2.501 a 8.000</b> (389 municípios)	Grupo com a mais expressiva população rural e segundo maior decréscimo dessa população (-1,50%). Crescimento populacional urbano maior que o total.	Maior acréscimo relativo de domicílios urbanos, enquanto de domicílios rurais é o menor acréscimo.	Menores médias, quase 30% deles ainda não realizaram a transição urbana em 2010. Possuem variações mais significativas do grau de urbanização.	Segundo maior incremento de área urbana.	Diminuição da densidade.
<b>8.001 a 20.000</b> (249 municípios)	Crescimento da população urbana também maior que o da total, assim como a maioria dos grupos, e o rural negativo.	Aumento de domicílios totais, urbanos e rurais, sendo os urbanos em maior quantidade, assim como os demais grupos.	Assim como nos grupos anteriores, há diversas realidades: enquadram-se municípios com 20% de grau de urbanização e outros com quase 100%.	Alguns perderam mais de 90% do território urbano, outros, expandiram mais de 400%. Média geral de aumento da área.	Aumento da densidade demográfica, logo, a expansão urbana não foi tão aleatória como em outros casos.
<b>20.001 a 50.000</b> (112 municípios)	Até este grupo, há considerável diferença na intensidade do crescimento populacional total e urbano. Notável crescimento urbano e diminuição da população rural.	Segunda maior variação de domicílios rurais, mais não chega nos 10%.	Grau de urbanização abaixo dos 80%, porém, maior que dos grupos já citados. Varia de município 100% urbanizado, a outros seis que ainda em 2010 não realizaram a transição urbana.	Maior incremento de área urbana embora ela diminuísse em alguns municípios. Logo, a dinâmica demográfica deles tem grande potencial de ter sido influenciada pela reclassificação.	Maior diminuição da densidade.

<p><b>50.001 a 100.000</b> (37 municípios)</p>	<p>Maiores taxas de crescimento populacional urbano.</p>	<p>Assim como em outros grupos, destaca-se a relação entre população e domicílios rurais. A minoria (24%) teve crescimento populacional rural positivo, mas a maioria (73%) teve aumento de domicílios rurais.</p>	<p>Grau de urbanização varia pouco ao longo do período, já que as médias aumentam. Mas ainda há municípios em diferentes estágios da urbanização, variando de 60% a quase 100% entre os municípios integrantes.</p>	<p>40% dos municípios na verdade perderam área urbana, enquanto Cataguases mais que a duplicou. Esses diferentes padrões contribuíram para a variação da área urbana do grupo como um todo ser pequena.</p>	<p>Aumento da densidade, mais ainda se mantém abaixo das densidades dos grupos de portes populacionais acima deste.</p>
<p><b>100.001 a 500.000</b> (25 municípios)</p>	<p>Maiores taxas de crescimento populacional total e urbano. Mas população rural diminui.</p>	<p>Maiores variações positivas de domicílios totais e urbanos.</p>	<p>Mais avançados na urbanização de suas populações. Médias do grupo acima de 95%, logo, menores variações no grau de urbanização entre 2000 e 2010.</p>	<p>Aumentou consideravelmente, assim como a população urbana.</p>	<p>Diminuiu a densidade. Indica uma variação da área urbana em dissonância à variação demográfica assim como grupos anteriores.</p>
<p><b>500.001 a 1.000.000</b> (3 municípios)</p>	<p>Maiores taxas de crescimento populacional total e urbano. Único grupo em que a população rural também aumenta.</p>	<p>Maiores variações positivas de domicílios totais, urbanos e até mesmo rurais.</p>	<p>Mais avançados na urbanização de suas populações. Médias do grupo acima de 95%, logo, menores variações no grau de urbanização entre 2000 e 2010.</p>	<p>Pouca variação (2,9%), que talvez se relacione com crescimento populacional e domiciliar rural.</p>	<p>Segundo maior aumento de densidade.</p>
<p><b>Mais de 1.000.000</b> (1 município)</p>	<p>Já não cresce com tanto vigor. Suas taxas de crescimento populacional estão bem abaixo dos municípios de grande e médio porte.</p>	<p>Menor variação de domicílios urbanos (21,3%), todos os demais grupos se encontram na faixa dos 30%.</p>	<p>Não houve variação, pois já era 100%.</p>	<p>Território 100% urbano. Parece que parte do crescimento urbano dos municípios vizinhos, pertencentes à região metropolitana, decorra da exaustão de novas frentes fundiárias na capital</p>	<p>Como internamente não possui áreas de expansão, obteve o maior incremento na densidade.</p>

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000b; IBGE, 2010b; SIDRA IBGE, 2021. Tabulação própria.

Após a análise de todos os grupos de municípios, notamos que, no caso mineiro, as características do grupo (Quadro 9) não representam todos os integrantes. Mesmo com porte populacional parecido, sua dinâmica pode ser diferente dependendo de diversos fatores (econômicos, espaciais, sociais). Santos (2020) aponta que com a intensificação da divisão territorial do trabalho e da especificação produtiva, "hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças (...) No sistema urbano, as categorias consideradas homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si" (SANTOS, 2020, p. 58). Dividi-los em grupo nos auxiliou a ter um panorama geral baseado nas médias, mas é necessário ter cautela ao generalizar os padrões.

Constatamos que o município que mais cresce em população total já não é a metrópole, e, sim, os acima de 100 mil até 1 milhão habitantes (médios e grandes), como preconizado por Santos (2020). Aqueles com maior incremento de área urbana, na maioria das vezes, são os com maior diminuição da densidade populacional urbana, gerando cidades cada vez mais espalhadas. Esses municípios de médio e grande porte também são os com grau de urbanização mais estável, sem grandes alterações durante o período de análise, uma vez que suas populações já se concentram em áreas urbanas por efeito de um processo de transição urbana mais antigo (meados do século XX) e consolidado. No entanto, mesmo com elevado grau de urbanização e baixa população rural, a reclassificação de áreas pode ser decisiva para o crescimento urbano como observado no caso de Ubá.

Em contrapartida, de modo geral, os pequenos municípios com até 20 mil habitantes apresentam os maiores incrementos no grau de urbanização. Isso se deve ao aumento populacional urbano ser mais intenso que o rural e, principalmente, aos níveis de grau de urbanização, situados na faixa de 50% a 60% em 2000. Isso significa que são municípios em que o processo de transição urbana é mais recente (final do século XX e início do século XXI). Desse modo, diferentemente do que ocorreu nos grandes centros urbanos, o aumento da proporção de residentes urbanos parece ter mais relação com o esvaziamento das áreas rurais, por migração ou reclassificação, do que com o inchaço das cidades por serem áreas atrativas ou devido ao alto crescimento vegetativo.

Dessa forma, a reclassificação desempenha um papel importante para a sensação de crescimento urbano desses municípios. A impressão de uma urbanização não é fortuita. Há aumento da área urbana, da população urbana e do grau de urbanização em termos numéricos, mas eles não são acompanhados por aumento expressivo da população total, o que nos leva a questionar a urgência da expansão urbana nesses moldes.

Como imaginávamos, e depois comprovado pelo coeficiente de correlação de Pearson (Tabela 5), os municípios em que a reclassificação mais tem relação positiva com o crescimento total são aqueles de médio porte - *mais de 100 mil a 500 mil habitantes* ( $r = 0,55$ ). Essa correspondência sobressai da dos demais grupos. Já a correlação entre reclassificação e crescimento da população urbana é evidente em três grupos: *até 2.500 habitantes* ( $r = 0,53$ ), *mais de 20 mil a 50 mil habitantes* ( $r = 0,49$ ) e *mais de 100 mil a 500 mil habitantes* ( $r = 0,63$ ).

Tabela 5 – Coeficiente de correlação de Pearson entre variação de área urbana entre 2000 e 2010 e variáveis demográficas, por grupo de município, Minas Gerais

	TGP Tot	TGP Urb	TGP Rur	VGrau Urb	Dens	VDom Tot	VDom Urb	VDom Rur
Até 2.500	0,15	<b>0,53</b>	<b>-0,44</b>	<b>0,55</b>	<b>-0,89</b>	0,15	0,31	<b>-0,35</b>
2.501 a 8.000	0,15	0,28	<b>-0,38</b>	0,29	-0,58	0,12	0,20	-0,26
8.001 a 20.000	0,16	0,29	-0,17	0,25	<b>-0,78</b>	0,17	0,28	-0,15
20.001 a 50.000	0,28	<b>0,49</b>	-0,28	<b>0,54</b>	-0,58	0,30	<b>0,53</b>	-0,27
50.001 a 100.000	-0,05	0,00	-0,30	0,22	<b>-0,72</b>	-0,04	0,01	-0,25
100.001 a 500.000	<b>0,55</b>	<b>0,63</b>	<b>-0,38</b>	<b>0,43</b>	<b>-0,94</b>	<b>0,58</b>	<b>0,65</b>	<b>-0,36</b>
500.001 a 1.000.000	<b>-0,42</b>	-0,32	<b>-0,99</b>	<b>0,98</b>	-0,37	-0,29	-0,15	<b>-1,00</b>

Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2000b; IBGE, 2010b; SIDRA IBGE, 2021. Tabulação própria.

Nos dois grupos de municípios pequenos em que há correlação com o crescimento da população urbana, mas não com a população total, parece que a expansão urbana não se dá em necessidade de mais áreas para acomodar a população; ela não é uma consequência, mas, sim, uma das causas do crescimento populacional urbano, porque nesses municípios a expansão urbana aparenta

acontecer antes e não depois do aumento populacional. Já nos acima de 100 mil a 500 mil habitantes, é mais difícil afirmar isso, pois a reclassificação também está relacionada ao crescimento populacional total.

A reclassificação está mais associada à variação do grau de urbanização nesses três grupos já citados: *até 2.500 habitantes* ( $r = 0,55$ ), *mais de 20 mil a 50 mil habitantes* ( $r = 0,54$ ) e *mais de 100 mil a 500 mil habitantes* ( $r = 0,42$ ). Novamente, aparecem aqueles mesmos dois grupos de municípios pequenos, pois, reclassificando áreas onde existe certo contingente populacional, a população urbana aumentará e, sem grandes incrementos na população rural, o grau de urbanização também o acompanhará.

No que diz respeito à correlação entre reclassificação e variação da densidade populacional urbana, ela está presente em todos os grupos, em alguns é mais intensa<sup>28</sup>. O mesmo ocorre com os domicílios. Em alguns municípios, a reclassificação de áreas tem mais correlação com a variação de domicílios urbanos – *mais de 20 mil a 50 mil habitantes* ( $r = 0,527$ ), e *mais de 100 mil a 500 mil habitantes* ( $r = 0,645$ ). Em outros, há mais correlação (inversa) com a variação de domicílios rurais – naqueles *até 2.500 habitantes* ( $r = -0,35$ ) e *mais de 100 mil até 500 mil habitantes* ( $r = -0,36$ ).

Portanto, não há correlação entre o porte populacional e a variação de área, mas em alguns grupos essa relação é sim mais evidente. Nos municípios de médio porte e nos de pequeno porte com população *até 2.500 habitantes* e *mais de 20 mil até 50 mil habitantes* é onde a reclassificação de áreas está mais relacionada ao crescimento urbano, podendo ser mais influente nas taxas de crescimento populacional, grau de urbanização e variação de domicílios.

---

<sup>28</sup> *até 2.500 habitantes* ( $r = -0,88$ ), *mais de 8 mil a 20 mil habitantes* ( $r = -0,78$ ) e *mais de 100 mil a 500 mil habitantes* ( $r = -0,94$ ). Nos grupos *mais de 2,5 mil até 8 mil habitantes* e *mais de 20 mil até 50 mil habitantes*, tal correlação é considerada moderada ( $r = -0,57$  e  $r = -0,58$  respectivamente).

## 4.2 Estudo de caso

### 4.2.1 Rio Preto (código 3155900)

Pequeno município de 5.292 habitantes (CENSO, 2010), localizado na região intermediária e imediata de Juiz de Fora, na fronteira com o estado do Rio de Janeiro: na Figura 14, à esquerda do rio Rio Preto, localiza-se Valença – RJ, e à direita, Rio Preto – MG. No período colonial, a região foi rota de contrabando do ouro por ser um caminho mais curto até os portos do Rio de Janeiro. Depois, caminho do comércio, pelos tropeiros, e foi também produtora de café e gado leiteiro (RIO PRETO, 2022). Hoje, o município tem um potencial turístico principalmente por atrativos naturais, como a presença de cachoeiras, grutas, serras e vales, integra o Circuito Turístico Serras do Ibitipoca e abriga parte do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

Figura 14 - Rio Preto – MG



Fonte: KONG Play. Voo em Rio Preto – MG. YouTube, 23 nov. 2015. 1 vídeo. 7:24 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=88pNEHwHKhw&ab\\_channel=KongPlay](https://www.youtube.com/watch?v=88pNEHwHKhw&ab_channel=KongPlay). Acesso em: 08 fev. 2022.

Segundo o IBGE, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era 0,679 e, em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) era R\$ 59.030,95, sendo que o

setor de serviços é o contribuinte mais expressivo (Quadro 10). Seu PIB *per capita* era de R\$ 11.225,82 em 2019.

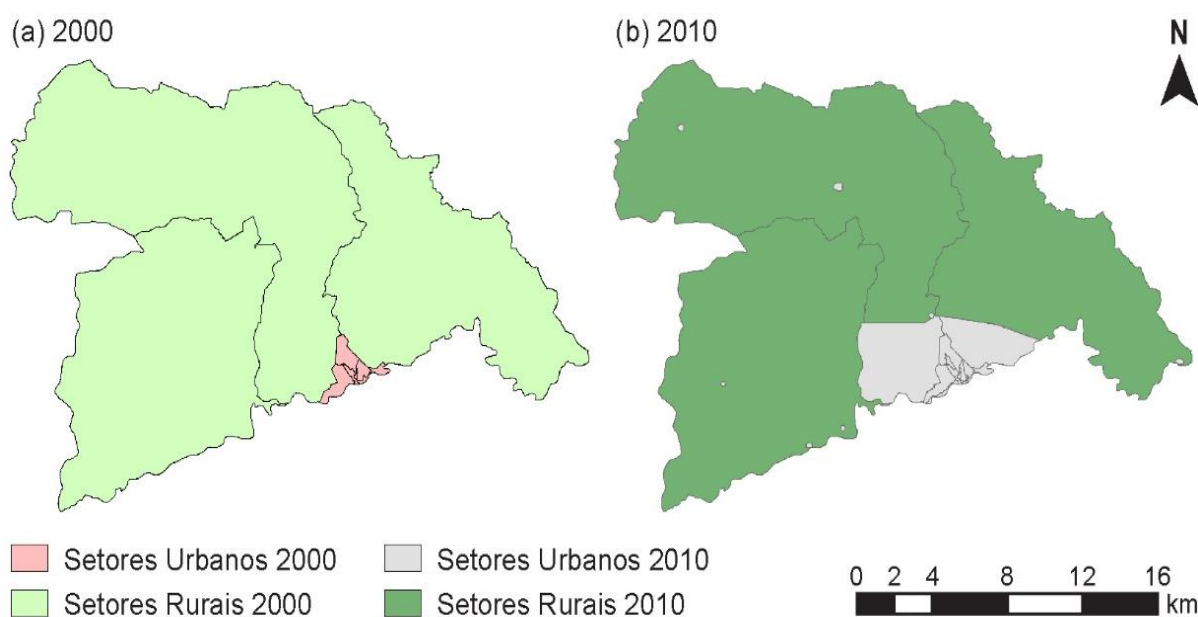
Quadro 10 - PIB do município de Rio Preto – MG

Agropecuária	3.704,00 (x1.000) R\$
Indústria	3.364,27 (x1.000) R\$
Serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	26.263,70 (x1.000) R\$
Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	25.698,97 (x1.000) R\$

Fonte: IBGE, 2019.

A reclassificação de áreas rurais em urbanas impulsionou espacial e demograficamente o crescimento urbano do município na década de 2000 a 2010. Sua área urbana cresceu 613%, passando de 3,83km<sup>2</sup> para 27,31km<sup>3</sup> (Figura 15, Tabela 6). Além disso, o crescimento populacional urbano é significativamente maior que o crescimento total do município, enquanto o crescimento rural é intenso e negativo<sup>29</sup>. Como consequência, o grau de urbanização do município aumentou quase dez pontos percentuais, atingindo 84,1% em 2010.

Figura 15 - Rio Preto – MG áreas urbanas e rurais



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2010b e IBGE, 2010c.

<sup>29</sup> Taxa geométrica de crescimento populacional total de 0,29%, urbana de 1,42% e rural -4,10 ao ano.



Tabela 6 - Novos setores censitários urbanos formados pela subdivisão e reclassificação de antigos setores rurais de Rio Preto

2000	2010	Dom.	Pop.	Área (km <sup>2</sup> )	Dens. (hab/km <sup>2</sup> )
	315590005000006 Não Urbanizada (2)	13	29	15,10	1,92
	315590005000011 Urbana Isolada (3)	1	5	0,08	63,29
315590005000006 Rural (8)	315590005000012 Urbana Isolada (3)	9	30	0,15	197,37
	315590005000013 Urbana Isolada (3)	7	21	0,05	411,76
	315590005000015 Rural (8)	105	342	125,44	2,73
	315590005000007 Não Urbanizada (2)	28	92	7,84	11,74
315590005000007 Rural (8)	315590005000014 Urbana Isolada (3)	5	18	0,10	181,82
	315590005000016 Rural (8)	77	228	85,89	2,65
	315590005000008 Urbana Isolada (3)	35	113	0,05	2.173,08
315590005000008 Rural (8)	315590005000009 Urbana Isolada (3)	25	83	0,07	1.276,92
	315590005000010 Urbana Isolada (3)	32	99	0,04	2.414,63
	315590005000017 Rural (8)	89	271	109,34	2,48

Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

A quantidade de setores censitários também aumentou: em 2000, havia 8 setores e, em 2010, 21 setores. Segundo a tabela de comparabilidade disponibilizada pelo IBGE, as operações para a formação dos novos setores de Rio Preto podem ser divididas em basicamente dois grupos. No primeiro, enquadram-se setores subdivididos por critérios quantitativos de unidade de coleta. É composto basicamente pelos setores urbanos, com exceção do 315590005000001, que se manteve com a mesma área de 2000 para 2010. Todos eles mantiveram sua situação como

urbana. No segundo grupo estão aqueles setores com subdivisão por outro motivo, mas que não foi especificado. Este é formado inteiramente pelos setores rurais de 2000. Após a subdivisão (Tabela 6), parte de suas áreas mantiveram-se rurais e outra parte foi alterada para urbana, isto é, são áreas reclassificadas – o que explica o significativo incremento de área urbana.

Ao analisar a densidade populacional desses setores censitários, percebemos que, nas antigas áreas rurais, a população se concentrava justamente nas regiões que foram reclassificadas como urbanas em 2010. Parece, então, que a fragmentação é uma validação de onde a população já se concentrava e, por isso, foi transformada em urbana. Entretanto, muitos dos novos setores urbanos gerados por subdivisão de setor rural não atingem dez domicílios particulares. Além disso, todos os novos setores urbanos se enquadram nas categorias ‘não urbanizada’ ou ‘urbana isolada’, ou seja, não necessariamente são áreas com infraestrutura urbana, o que é possível observar na Figura 16.

Figura 16 - Sobreposição da mancha considerada urbana pelo município em 2010 com a imagem satélite de 2018



Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2010b; Google Earth.

Como o acréscimo de domicílios urbanos foi de 371 unidades, e 216 deles situam-se em setores urbanos já existentes em 2000, os demais 155 são das novas áreas urbanas (Tabela 7). Desse modo, os 155 domicílios e os 490 habitantes pertencentes a esses novos setores censitários urbanos agora se somam aos dados urbanos. Portanto, uma parte deles pode ser fruto da reclassificação da área onde estão localizados, e não necessariamente um acréscimo real no total de domicílios (novas construções) e habitantes (por migração ou crescimento vegetativo) do município. Ao olhar para os domicílios rurais, o saldo foi de uma perda de 102 domicílios e 437 habitantes, o equivalente a 27,5% da variação de domicílios urbanos e 74,5% da variação de habitantes urbanos do período em análise.

Tabela 7 - Variação de área urbana, domicílios, população e densidade populacional em Rio Preto, 2000 a 2010

	Urbano				Rural			
	Dom	Pop	Area	DensPop	Dom	Pop	Area	DensPop
<b>2000</b>	1108	3864	3,8	1008,1	373	1278	344,1	3,7
<b>2010</b>	1479	4451	27,3	163,0	271	841	320,7	2,6
<b>Variação</b>	<b>371</b>	<b>587</b>	<b>23,5</b>	<b>-845,1</b>	<b>-102</b>	<b>-437</b>	<b>-23,5</b>	<b>-1,1</b>

Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

Considerando os limites da área rural em 2000, entre 2000 e 2010 houve um acréscimo de 53 domicílios e, coincidentemente, 53 moradores (Tabela 8). Pressupondo que todo esse acréscimo estivesse localizado nas áreas que foram reclassificadas, tem-se um saldo de, no mínimo, 102 domicílios e 437 moradores reclassificados de rural como urbano no período. Isso é, a nova área urbana, área reclassificada, contribuiu com 155 domicílios e 490 moradores para o incremento urbano; desses, um saldo de 102 domicílios e 437 moradores já estavam nessa área em 2000, contribuição da reclassificação, os demais, saldo de 53 domicílios e 53 moradores, foram incrementados na área seja por migração ou crescimento vegetativo ao longo da década.

Tabela 8 - Variação de domicílio particular permanente e de população, de 2000 a 2010, em cada região dos setores de 2000 de Rio Preto

2000-2010			
Setor 2000	Situação	Variação de domicílios particulares	Variação de população residente setor
315590005000001	urbano	12	-39
315590005000002	urbano	50	47
315590005000003	urbano	64	92
315590005000004	urbano	47	-6
315590005000005	urbano	43	3
315590005000006	rural	20	29
315590005000007	rural	7	-12
315590005000008	rural	26	36

Fonte: Elaborada a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

Por outro lado, se todo o acréscimo do saldo ocorresse em áreas que permaneceram rurais, o papel da reclassificação seria ainda mais intenso. Nessa segunda situação hipotética, os 155 domicílios e os 490 moradores das áreas reclassificadas já existiriam em 2000, e, a contribuição da reclassificação para o incremento urbano seria de 41,7% para os domicílios e 83,4% para os moradores. Dessa forma, na pior das situações, a reclassificação contribuiu para 74,5% do incremento da população urbana. Seria, portanto, uma falácia afirmar que a migração intramunicipal rural-urbana durante a década de 2000 e 2010 foi decisiva para o crescimento populacional urbano, uma vez que, juntamente do crescimento vegetativo, pode representar no máximo 25,5% do aumento.

O que estamos tentando demonstrar é que parte substancial do crescimento tanto da população quanto dos domicílios particulares permanentes e do grau de urbanização origina-se da simples reclassificação de áreas e populações, e não necessariamente de movimentos migratórios, apesar de combinarem-se, em alguns casos.

#### 4.2.2 São João Evangelista (código 3162807)

Município de 15.553 habitantes em 2010, situado na região geográfica intermediária de Governador Valadares e na região imediata de Guanhães. Sua colonização ocorreu no período da decadência das regiões auríferas, pelo interesse em terras férteis (SÃO JOÃO EVANGELISTA, 2022). O município integra o Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce (Figura 17), sendo atrativo pelas Igrejas Matriz e de São Sebastião, pela cachoeira da Fumaça e por promover o Festival Gastronômico e a Semana da Cultura. Além disso, assim como diversos pequenos municípios mineiros, sedia um dos *campus* do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, o que pode ter significativa influência na dinâmica demográfica da cidade.

Figura 17 - São João Evangelista – MG



Fonte: LOPES, Adeilson Alves. São João Evangelista MG 4K. 15 ago. 2021. 1 vídeo. 5:50 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NUg5zbIL-zo&ab\\_channel=AdeilsonAlveslopes](https://www.youtube.com/watch?v=NUg5zbIL-zo&ab_channel=AdeilsonAlveslopes). Acesso em: 08 fev. 2022.

De acordo com IBGE (2019), seu IDHM em 2010 era de 0,638, PIB *per capita* de R\$ 13.057,70 e Produto Interno Bruto de R\$191.072,34, ambos em 2019, com o setor de serviços se destacando (Quadro 11).

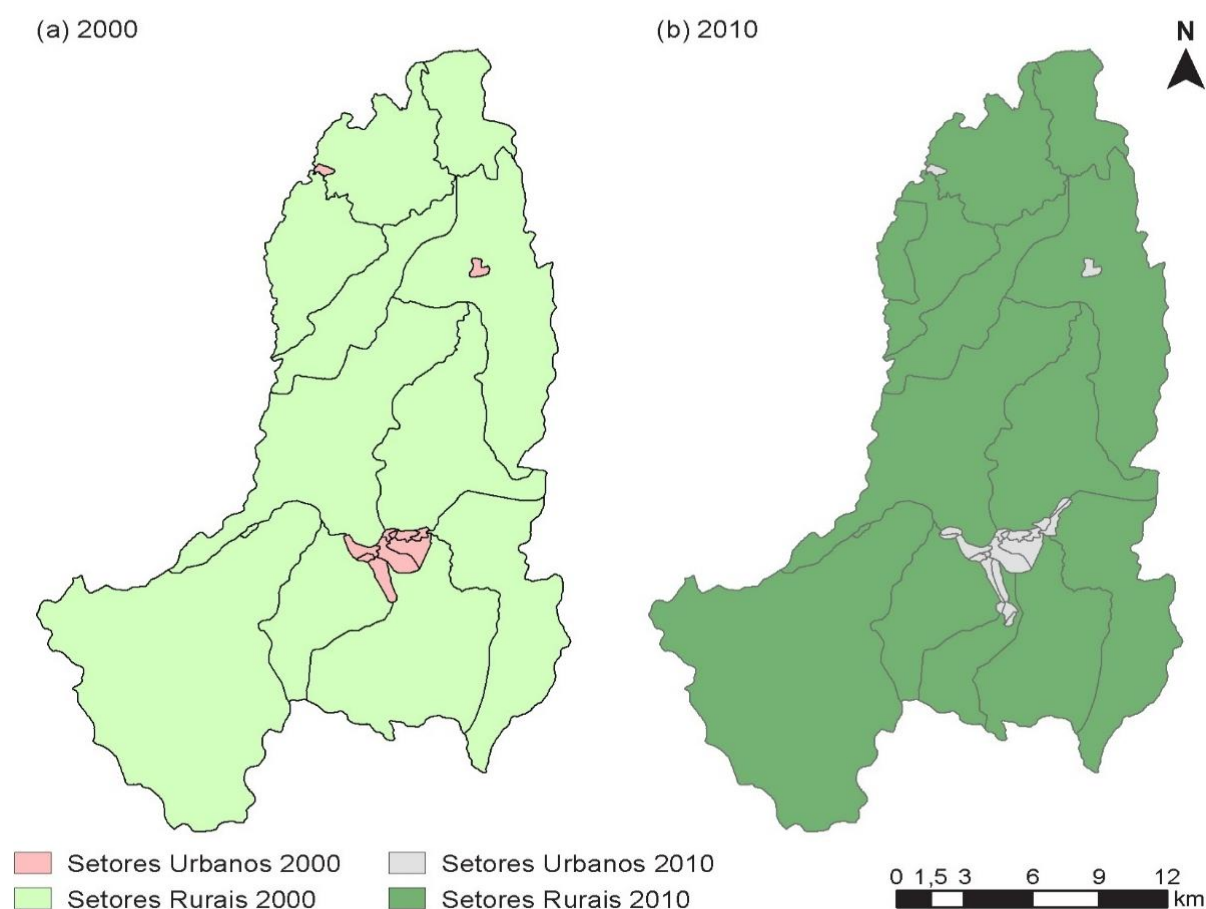
Quadro 11 - PIB do município de São João Evangelista – MG

Agropecuária	18.538,41 (x1.000) R\$
Indústria	12.187,27 (x1.000) R\$
Serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	96.652,27 (x1.000) R\$
Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	63.694,39 (x1.000) R\$

Fonte: IBGE, 2019.

Com taxa de crescimento populacional total de 0,02% e urbana de 0,86% entre 2000 e 2010, sua população municipal pouco se alterou, mas a população urbana aumentou e a rural diminuiu a uma taxa de -1,36% ao ano. Assim, o grau de urbanização passou de 59,8% em 2000 para 65% em 2010, uma adição de 5,2%. Juntamente ao incremento populacional urbano, houve expansão da área urbana equivalente a 31% em relação a 2000, chegando a 9,69km<sup>2</sup> (Figura 18).

Figura 18 - São João Evangelista – MG áreas urbanas e rurais



Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010b e IBGE, 2010c.

A quantidade de setores censitários também aumentou de 23 para 35 setores, por critério quantitativo de unidade de coleta nos setores já urbanos, por limite de área de apuração ou por outro motivo nos setores rurais. A maioria dos setores urbanos se manteve com a mesma área, apenas o 316280705000001 e o 316280705000002 de 2000 se subdividiram em dois no censo de 2010. Já sobre os setores rurais, vários se subdividiram alterando a subordinação de situação de rural para urbana (Tabela 9).

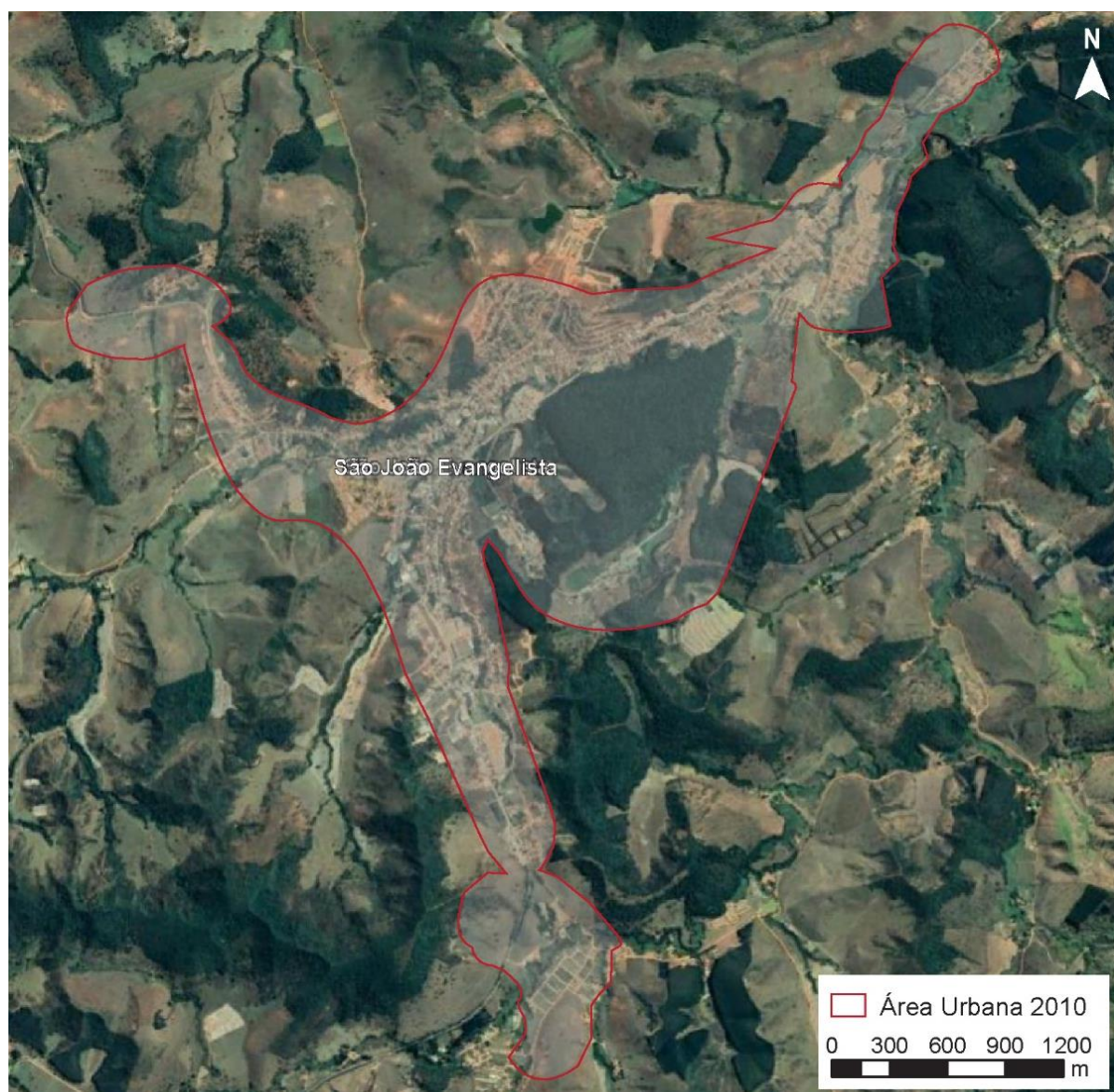
Tabela 9 - Novos setores censitários urbanos formados pela subdivisão e reclassificação de antigos setores rurais de São João Evangelista

2000	2010	Dom.	Pop.	Área (km <sup>2</sup> )	Dens. (hab/km <sup>2</sup> )
316280705000010 Rural (8)	316280705000011 Rural (8)	130	404	58,83	6,86
	316280705000025 Urbanizada (1)	7	25	0,29	85,91
316280705000011 Rural (8)	316280705000012 Rural (8)	95	375	39,24	9,56
	316280705000021 Urbanizada (1)	2	7	0,23	30,97
316280705000012 Rural (8)	316280705000013 Rural (8)	171	589	39,36	14,96
	316280705000020 Urbanizada (1)	20	79	0,62	128,25
315590005000013 Rural (8)	315590005000014 Rural (8)	69	258	13,63	18,94
	315590005000022 Urbanizada (1)	-	-	0,17	0,00
	315590005000023 Urbanizada (1)	11	46	0,38	119,79
	315590005000027 Rural (8)	134	477	35,45	13,46
315590005000014 Rural (8)	315590005000015 Rural (8)	68	223	24,42	9,13
	315590005000024 Urbanizada (1)	-	-	0,17	0,00
	315590005000026 Urbanizada (1)	1	3	0,17	18,18

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

Diferente de Rio Preto, todas as áreas reclassificadas como urbanas estão na categoria 'urbanizada' e a sobreposição da mancha urbana à imagem satélite é mais ajustada (Figura 19). Em geral, as densidades populacionais das áreas reclassificadas são maiores se comparadas às das áreas que se mantiveram como rural, indicando onde a população já se concentrava, mesmo que não ultrapassem 20 domicílios e 80 habitantes, pois são áreas pequenas. Os setores com final 22 e 24 não possuem informações nos dados agregados por setor censitário, e, por isso, supomos que não há quaisquer domicílios particulares permanentes ou habitantes.

Figura 19 - Sobreposição da mancha considerada urbana pelo município em 2010 com a imagem satélite de 2018



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2010b; Google Earth.



Desse modo, os domicílios localizados nessas áreas e habitantes que ali residiam em 2000 foram reclassificados, contribuindo em maior ou menor intensidade para o crescimento urbano. Entretanto, ao contrário do que ocorre em Rio Preto, mesmo com a reclassificação, o número de domicílios rurais aumentou (Tabela 10).

Tabela 10 - Variação de área urbana, domicílios, população e densidade populacional em São João Evangelista, 2000 a 2010

	Urbano				Rural			
	Dom	Pop	Area	DensPop	Dom	Pop	Area	DensPop
<b>2000</b>	2382	9282	7,4	1253,6	1429	6244	471,1	13,3
<b>2010</b>	3046	10108	9,7	1043,2	1512	5445	468,8	11,6
<b>Variação</b>	<b>664</b>	<b>826</b>	<b>2,3</b>	<b>-210,4</b>	<b>83</b>	<b>-799</b>	<b>-2,3</b>	<b>-1,6</b>

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

Dos 664 domicílios que aumentaram na área urbana, 41 são provenientes de áreas reclassificadas e os demais, 623, de áreas já urbanas em 2000. Na área correspondente à toda área rural de 2000, tem-se um saldo de 124 domicílios, localizados em áreas que permaneceram rurais em 2010 ou que foram reclassificadas como urbanas (no máximo 41 domicílios). Logo, a contribuição da reclassificação para o aumento dos domicílios urbanos pode variar até 6,17%, valor máximo ao adotar o pressuposto de que todos os 41 domicílios presentes em 2010 já existiam em 2000.

O mesmo ocorre com os habitantes da área urbana de 2010. Ocorreu uma variação de 826, sendo que 160 estão localizados em antigas áreas rurais e 666 em áreas já urbanas. Dentro do limite das áreas rurais de 2000 houve perda de 639 pessoas distribuídas em áreas rurais de 2010 ou urbanas (antes rural). Assim, a reclassificação pode acrescentar de zero a 160 habitantes urbanos (0% a 19,37%). Tanto para domicílios, quanto para habitantes a participação da reclassificação é bem menor quando comparada à do município de Rio Preto. Ademais, percebemos que em quase todas as regiões do município a predominância é de aumento do número de domicílios, enquanto que o número de habitantes diminui (Tabela 11).

Tabela 11 - Variação de domicílio particular permanente e de população, de 2000 a 2010, em cada região dos setores de 2000 de São João Evangelista

2000-2010			
Setor 2000	Situação	Variação de domicílios particulares	Variação de população residente setor
316280705000001	urbano	74	63
316280705000002	urbano	148	282
316280705000003	urbano	6	-163
316280705000004	urbano	25	-8
316280705000005	urbano	86	83
316280705000006	urbano	91	115
316280705000007	urbano	77	177
316280705000008	urbano	-6	-64
316280705000009	urbano	37	59
316280705000010	rural	18	-75
316280705000011	rural	56	138
316280705000012	rural	40	-17
316280705000013	rural	17	-68
316280705000014	rural	-6	-96
316280705000015	rural	17	-11
316280705000016	rural	19	19
316280710000001	urbano	5	-74
316280710000002	rural	-5	-46
316280710000003	rural	-19	-178
316280710000004	rural	6	-128
316280715000001	urbano	35	32
316280715000002	rural	3	-64
316280715000003	rural	23	51

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE, 2000a; IBGE, 2010a; IBGE, 2010b; IBGE, 2010c. Tabulação própria.

Essas informações nos revelam que, em cada município, a reclassificação de áreas pode impactar de um modo específico, contribuindo em maior ou menor grau para o crescimento urbano e grau de urbanização, de acordo com as características das regiões reclassificadas e com a quantidade de área reclassificada. De modo geral, os estudos de caso estão coerentes com o comportamento do grupo de seu porte municipal. Entretanto, pode haver novos indícios, como a divergência na intensidade de urbanização do estudo de caso e o grupo, na tendência de variação dos domicílios e na densidade. Por isso, é necessário comparar.

Rio Preto, por exemplo, assim como a média do grupo de municípios de 2.5001 a 8.000 habitantes, tem um crescimento positivo da população total e da população urbana, ao tempo em que apresenta um crescimento negativo da população rural. Além disso, o incremento de área e a diminuição da densidade também seguem o padrão. Todavia, possui grau de urbanização maior que a média do grupo, além de se destacar em sua variação durante o período e a variação de domicílios rurais se difere da média, pois é negativa.

Já São João Evangelista difere-se dos municípios de 8.001 a 20.000 habitantes no comportamento da densidade que, ao contrário da média do grupo que apresenta um aumento, diminuiu. Nos demais fatores, segue o padrão de baixo crescimento da população total, decréscimo de população rural, grau de urbanização na faixa dos 60% com significativa variação no período de análise, variação de domicílios positiva (sendo os rurais em menor intensidade) e significativa variação da área urbana.

Nos estudos de caso, fica mais evidente como acontece a reclassificação, principalmente no que se refere ao comportamento demográfico. Apesar de alguns estudos como de Jiang e O'Neill (2018) revelarem que há uma tendência da reclassificação se destacar em unidades mais avançadas na urbanização, a reclassificação também se materializa em pequenos municípios, não só nos com alto grau de urbanização, assim como parece influenciar fortemente no crescimento urbano. Talvez a reclassificação seja até mais perceptível nos pequenos municípios devido aos seus menores graus de urbanização, mas não significa que não ocorra nos de médio porte. Portanto, assim como apontado por Bocquier e Costa (2015), parece não haver um padrão para a manifestação da reclassificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as análises apresentadas, verificamos que a reclassificação de áreas influenciou o crescimento urbano e o aumento do grau de urbanização nos municípios mineiros entre 2000 e 2010. A depender das características das regiões reclassificadas e da quantidade de área reclassificada, esse processo contribuiu em maior ou em menor grau, impactando de modo específico em cada município. Ele foi mais perceptível e relevante nos pequenos municípios com menores graus de urbanização, mas não significa que não ocorra nos demais.

Certificamos também que, apesar das novas formas de habitação que exaltam a proximidade com a natureza devido ao atual contexto social, no período de análise a população de Minas Gerais seguiu se concentrando nas áreas consideradas urbanas, mesmo que mais lentamente, uma vez que a população já é predominantemente urbana, aumentando assim o grau de urbanização. Paralelamente, houve acréscimo de área urbana.

Embora constatado o crescimento da população e da área urbanas, notamos que não necessariamente essas variáveis estão relacionadas, já que o índice de correlação entre elas se encontra no limiar entre moderado e fraco. Além disso, a correlação entre variação da área urbana e variação de densidade populacional urbana é moderada e inversamente proporcional, isto é, à medida que a área urbana aumenta sem um crescimento populacional equivalente, o número de habitantes por km<sup>2</sup> diminui, e o mesmo ocorre com a densidade habitacional urbana.

Esses dados indicam que, em geral, primeiro a área foi reclassificada e só depois houve sua ocupação. Também nos sugerem o padrão de ocupação dessas novas áreas. As cidades, desse modo, se tornam mais dispersas pelo território, demandam maior infraestrutura urbana e aumentam a proporção de terrenos ociosos, de processos especulativos e de valorização imobiliária, em que a cidade, como mercadoria, se torna mais restritiva a certa parcela da população e contribui para a intensificação das desigualdades sociais no país.

Já nas análises por porte demográfico, o crescimento urbano de alguns municípios possui mais relação com a reclassificação de áreas, podendo ser mais influente nas taxas de crescimento populacional, grau de urbanização e variação de

domicílios. Em geral, são aqueles de médio porte e de pequeno porte com população até 2.500 habitantes e acima de 20 mil até 50 mil habitantes.

Diferentemente do grupo de porte médio – nesses dois grupos de municípios pequenos – o aumento de áreas urbanas parece ser mais uma causa do que uma consequência do crescimento populacional urbano, pois a expansão urbana aparenta acontecer antes e não depois do aumento populacional. A reclassificação, portanto, também desempenha um papel importante para a sensação de crescimento urbano desses municípios. Há aumento da área urbana, da população urbana e do grau de urbanização em termos numéricos, mas eles não vêm acompanhados por aumento expressivo da população total, o que nos leva a questionar a urgência da expansão urbana nesses moldes.

Em virtude da arbitrariedade do plano diretor na maioria dos municípios mineiros, essa reclassificação pode acontecer sem muitos critérios, tornando-se subjetiva. A situação é agravada pelo caráter político administrativo da definição das áreas urbanas, que acontece sem fundamentos claros; assim, pode sujeitar-se a interesses políticos e econômicos de elites locais, sem contar que também pode ser de interesse da administração municipal, para arrecadação de impostos.

Outras suposições para a reclassificação se sobressair nos municípios de pequeno porte estão vinculadas à proximidade geográfica com cidades influentes nas redes urbanas, recebendo indiretamente os efeitos do forte dinamismo; à expansão das universidades, já que Minas Gerais possui inúmeras instituições de nível superior em cidades pequenas, como é o caso de São João Evangelista; e às situações em que o poder político e o poder econômico são combinados, ou seja, agem conjuntamente.

O que estamos demonstrando, portanto, é que parte substancial do crescimento tanto da população quanto dos domicílios particulares permanentes e do grau de urbanização origina-se da simples reclassificação de áreas e populações e não necessariamente de movimentos migratórios. A pesquisa contribui, desse modo, para o esclarecimento do processo de reclassificação e suas implicações, mesmo que em cada município se manifeste de uma forma diferente, fomentando a discussão sobre uma questão ainda pouco abordada no país. Além disso, retoma a problemática da definição de áreas urbanas e rurais nos municípios brasileiros.

A discussão pode ser utilizada pelos poderes públicos na determinação da área urbana municipal mais condizente com a realidade e também para possíveis instruções federais na distinção do urbano e do rural a partir de novas metodologias que considerem as individualidades de cada município, e que não permitam decisões incabíveis de reclassificação. Talvez, a ampliação da obrigatoriedade do plano diretor para todos os municípios possa contribuir nesse sentido, tendo em vista que, em Minas Gerais, por exemplo, em 79,13% deles o plano diretor é facultativo.

O estudo também traz dados concretos sobre a dimensão de áreas reclassificadas, as quais podem ser monitoradas ao longo do tempo a partir de análises dos próximos Censos Demográficos. A ausência do Censo Demográfico de 2020 foi um limitador para entendermos as tendências mais recentes do crescimento urbano, porém, é possível reproduzir a metodologia adotada quando as informações forem disponibilizadas. Ademais, essa perspectiva comparativa entre os Censos é importante para conhecer o caminho que a reclassificação vem percorrendo no Brasil e, certamente, auxiliará no planejamento urbano através de diretrizes de ocupação dos territórios, como o zoneamento urbano e rural, a definição de áreas de crescimento futuro e a contenção de expansão desenfreada.

A reclassificação de áreas e populações como componente do crescimento urbano é um assunto ainda pouco debatido no Brasil e, assim, não objetivamos aqui esgotá-lo. Exploramos a temática com análises sobre o cenário mineiro de modo geral, abrindo a discussão no país e, também, caminhos para pesquisas complementares qualitativas através de estudos de caso pontual, com contextos diferentes, para viabilizar propostas de intervenção. Acreditamos, então, que essa pesquisa foi um passo inicial importante para o futuro do crescimento urbano e dos estudos nesse campo do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. M. M. Na ruralidade metropolitana o encontro da ruralidade com a expansão da metrópole. *In*: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, p. 167-185, 2011.

BOCQUIER, P.; COSTA, R. Which transition comes first? Urban and demographic transitions in Belgium and Sweden. **Demographic Research**, v. 33, p. 1297-1332, 2015.

BÓGUS, L. M. M.; VÉRAS, M. P. B. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. **Cadernos MetrÓpole**, n. 03, p. 81-98, 2000.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Coleção de leis da República Federativa do Brasil de 1938, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 438-440, 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm). Acesso em: 02 mar. 2021.

CAPEL, H. La definición de lo urbano. **Estudios Geográficos**, v. 36, n. 138, p. 265-301, 1975.

CASTIGLIONI, A. H. Transição urbana e demográfica no Brasil: características, percursos e tendências. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 1, p. 6-26, 2020.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S. **A vida como ela é no mundo das tabelas/setores IBGE**. [s. l.: s. n.], 2014. Disponível em: [http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:dalasta\\_compat\\_bases\\_censit\\_ana.pdf](http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:dalasta_compat_bases_censit_ana.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021

DANCEY, C. P., REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DYSON, T. The role of the demographic transition in the process of urbanization. **Population and development review**, v. 37, p. 34-54, 2011.

FARRELL, K. An inquiry into the nature and causes of Nigeria's rapid urban transition. **Urban Forum**, v. 29, p. 277-298, 2018.

FARRELL, K. The rapid urban growth triad: a new conceptual framework for examining the urban transition in developing countries. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1470, 2017.

FARRELL, K.; WESTLUND, H. China's rapid urban ascent: An examination into the components of urban growth. **Asian Geographer**, v. 35, p. 85-106, 2018.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

HESPAÑHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico/?=&t=downloads/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico/?=&t=downloads/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha de setores censitários**. Rio de Janeiro, 2000b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha de setores censitários**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela de comparabilidade: setores censitários 2000-2010**. Rio de Janeiro, 2010c.



JIANG, L.; O'NEILL, B. Determinants of Urban Growth during Demographic and Mobility Transitions: Evidence from India, Mexico, and the US. **Population and Development Review**, v. 44, p. 363-389, 2018.

JONES, B.; BALK, D.; LEYK, S. Urban Change in the United States, 1990–2010: A Spatial Assessment of Administrative Reclassification. **Sustainability**, v. 12, n. 4, p. 1649, 2020.

LIMA, M. H. P. A delimitação legal dos espaços urbanos. *In*: **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, p. 26, 2016.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R. Por el derecho a la ciudad, entre lo rural y lo urbano. **Scripta Nova**, v. 16, n. 418-25, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-25.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, setembro 2006.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, p. 277-300, 2007.

OJIMA, R. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **GEOgraphia**, Niterói, v. 10, n. 19, 2008.

OJIMA, R.; DIÓGENES, V. H. D. Envelhecimento populacional e dispersão urbana. Notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização. **Geograficidade** v. 8, n. 1, p. 70-80, 2018.

ONU. **Demographic Yearbook Annuaire démographique - 2019**. 70 ed. New York: Annuaire ONU, 2020.

PATARRA, N. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, p. 27-40, 1994.

PAVIANI, A. Urbanização: impactos ambientais da população. **Revista Bioética**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 278-283, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO. **Cidade**. Rio Preto, 2022. Disponível em: <https://www.riopreto.mg.gov.br/cidade/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA. **Turismo**. São João Evangelista, 2022. Disponível em: <https://www.sje.mg.gov.br/turismo>. Acesso em: 07 jan. 2022.

RANDOLPH, R. Expansão das metrópoles, deslocamento de suas fronteiras e reorganização regional em seu entorno: perguntas e caminhos. *In*: RANDOLPH, R.;

SOUTHERN, B. C. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 25-45, 2011.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, Lisboa, n. 211, p. 430-456, junho 2014.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SIDRA IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censos Demográficos 2000 e 2010**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/Q>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. *In*: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, p. 25-38, 2014.

UNFPA - United Nations Population Fund. **The State of World Population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth**. NewYork: UNFPA, 2007.

WANDERLEY, M. D. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. D. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 31-44, 2001.